



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUCIANO SCHMEISKE PASCOAL

ROSALINA E AS BATALHADORAS:
O SUJEITO, A TRAJETÓRIA E O PROJETO
COMO ELEMENTOS TRANSFORMADORES DA REALIDADE
NUM GRUPO SOCIAL PERIFÉRICO

Londrina
2008

LUCIANO SCHMEISKE PASCOAL

ROSALINA E AS BATALHADORAS:
O SUJEITO, A TRAJETÓRIA E O PROJETO
COMO ELEMENTOS TRANSFORMADORES DA REALIDADE
NUM GRUPO SOCIAL PERIFÉRICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Raimunda de Brito Batista

Londrina
2008

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos
da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Caltalogação-na-Publicação (CIP)

P281 Pascoal, Luciano Schmeiske.
Rosalina e as batalhadoras : o sujeito, a trajetória e o projeto como elementos transformadores da realidade num grupo social periférico / Luciano Schmeiske Pascoal. – Londrina, 2008.
117f. : il.

Orientador: Raimunda de Brito Batista.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2008.
Bibliografia: f. 119-121.

1. Mudança social – Teses. 2. Comunidade – Desenvolvimento – Teses. 3. Mulheres – Teses. I. Batista, Raimunda de Brito. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316.42

LUCIANO SCHMEISKE PASCOAL

ROSALINA E AS BATALHADORAS: O SUJEITO, A TRAJETÓRIA E O PROJETO COMO ELEMENTOS TRANSFORMADORES DA REALIDADE NUM GRUPO SOCIAL PERIFÉRICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Raimunda de Brito Batista
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a Dr^a Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a Dr^a Olga Rodrigues de Moraes Von Simson
Universidade Estadual de Campinas

Londrina, 14 de Janeiro de 2008.

DEDICATÓRIA

Nem a dissertação e nem mesmo o autor existiriam
sem a existência de Silvia.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e amigo Miguel Contani, que não satisfeito em ser um pai exemplar para Eduardo e André, ainda possui a estranha necessidade de querer cuidar de outros filhos. Agradeço também à sua esposa, Zuleica, ponto de equilíbrio e serenidade em sua mente inquieta.

À minha filha Bárbara, que se viu privada de momentos lúdicos por causa dos meus estudos.

À minha família, Dona Wilma, Natália, Leandro, Alessandra, Daniel, Stefânia, César e Giovanna, pela fé.

Ao professor e amigo Rogério Iwano, à Ana e seu herdeiro Alexandre, pelo estímulo e a instigação.

Ao professor e amigo Gleiton Luiz de Lima, pela atenção inequívoca.

Ao jornalista e cunpadre Ranulfo Pedreiro, à Lebna, à Bruna e ao futuro herdeiro, pela inspiração.

Ao primo e irmão Flávio, à Larissa e ao Mike, pelos exemplos de paixão.

Ao jornalista, historiador, filósofo e amigo Tony Hara, à Patrícia e à Marina, pela busca incessante e incansável rumo à sabedoria.

Às professoras Ana Cleide Chiarotti Cesário, Ana Maria Chiarotti de Almeida, Dalva Rausch, Silvana Aparecido Mariano, e ao Professor Ronaldo Baltar, pelos empréstimos, dicas, sugestões e comentários valorosos. E às meninas da Biblioteca Central, Di, Lau e Fátima, por colocarem em ordem estes escritos.

Um agradecimento especial às professoras Leila Jeolás e Maria José de Rezende, pela demonstração de devoção indelével diante do saber.

E sobretudo à minha orientadora, Raimunda de Brito Batista, mulher que carrega no nome duro o significado da força e da proteção. Mulher de índole benevolente, dessas que deixam rastros de flores em solo ressequido. Obrigado pela liberdade de espírito.

A Ogum, orixá da guerra e mestre das comunicações, pelos caminhos abertos e pela viagem segura.

Nós somos o que fazemos.
O que não se faz não existe.
Portanto, só existimos nos dias em que fazemos.
Nos dias em que não fazemos apenas duramos.

Padre Antonio Vieira(VIEIRA, 2000)

PASCOAL, Luciano Schmeiske. **Rosalina e as batalhadoras**: a trajetória, o projeto e o sujeito como elementos transformadores da realidade num grupo social periférico. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2008.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva descrever e analisar os passos que levam um indivíduo a recriar-se como sujeito de sua própria realidade, a agir efetivamente como ator social apto a produzir liberdade de ação e a motivar o combate à inércia e à estagnação social -, e construir, no interior de um espaço público, um ambiente comunitário de comunicação, de consciência e de poder. O estudo discute, por meio da análise da trajetória de vida de Rosalina Batista, uma líder comunitária, como se desenvolve a capacidade de transformação social promovida por uma mulher semi-alfabetizada, que foi capaz de armazenar um estoque de conhecimento, de criar domínios de relevância, organizar suas percepções e suas experiências, para desenvolver projetos que reinventaram sua realidade pessoal e modificaram os rumos de vida dos habitantes de um bairro da periferia de Londrina-PR. O autor desta dissertação acompanhou, durante os últimos anos, os passos de Rosalina Batista no interior dos projetos por ela comandados junto ao centro comunitário chamado Biblioteca Virtual, criado pela *Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato*. Com isso, ao mesmo tempo em que atuou no papel de observador, pôde colher os dados da perspectiva de um participante. A fundamentação teórico-metodológica, retirada dos preceitos da fenomenologia, orientou as análises e permitiu concluir que há um potencial de visualização de um fenômeno a partir do acompanhamento de trajetórias de vida. Permitiu, sobretudo, comprovar que a capacidade de solução de problemas pode ser encontrada também na própria comunidade e acreditar que esta não se acha tão desprovida, quanto se possa crer, de cabeças e mentes capazes de sistematizar um conjunto de conhecimentos e “contaminar” outros setores da comunidade que ainda não “despertaram” para a percepção que esses conhecimentos transportam. Outra importante convicção foi a de que as ciências sociais, por sua capacidade de ampliar as condições de tratamento das bases simbólicas mobilizadas, podem tornar os sujeitos estudados beneficiários dessas contribuições a partir de dados levantados pelo procedimento apontado, e da devolução dos resultados obtidos ao grupo pesquisado.

Palavras-chave: Transformação social. Trajetória de vida. Periferia. Sujeito. Conhecimento. Fenomenologia. História oral.

PASCOAL, Luciano Schmeiske. **Rosalina and the brave women:** the path, the project and the subject as issues for reality change in a peripheral social group. 117 f. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, 2008.

ABSTRACT

This research is aimed at describing and analyzing the steps which lead an individual to recreate himself as a subject of his own reality, to effectively play a role as a social actor able to produce freedom of action and to encourage the fight against inertia and social standstill -, and build, within a public space, a community environment conducive to communication and power. By means of the analysis of life reports of Rosalina Batista, a community leader, the study discusses the capacity for social change encouraged by a semiliterate woman who was capable of bringing together a remarkable amount of knowledge, of creating relevant dominions, of organizing her own perceptions and experiences, to develop projects which reinvented her personal reality and modified the routes of life of the inhabitants of a peripheral district in Londrina-PR. The author of this dissertation accompanied, during the last few years, the path of Rosalina Batista within the projects conducted by her in a community center named Virtual Library, created by the *Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato*. Thus, while acting as an observer, he was able to gather the data from the perspective of a participant. The theory and methodological procedures were drawn from phenomenology and allowed for the visualization of the phenomenon as perceived through life reports. They further allowed to prove that the capacity of solving problems may be found within the community itself and reinforced the belief that it is not as lacking as it may appear, of heads and minds capable of handling a certain amount of knowledge and “contaminate” other sectors of the community which have not yet “awakened” for the perception such knowledge conveys. Other important belief is that social sciences, for their capacity of expanding the conditions for handling the symbolic material raised, may turn the individuals studied into users of these contributions in the data gathered through the described procedure.

Key words: Social change. Life report. Periphery. Subject. Knowledge. Phenomenology. Oral history.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 INTRODUÇÃO	15
PARTE I (INDIVIDUU)	19
CAPÍTULO I - O INDIVÍDUO E A MODERNIDADE	20
1.1 O TRIUNFO AGONIZANTE DA MODERNIDADE.....	22
1.2 O PROJETO, A MEMÓRIA E SUAS POSSIBILIDADES.....	26
1.3 ORALIDADES, TRAJETÓRIAS E BIOGRAFIA	31
CAPÍTULO II - O FENÔMENO NO MUNDO DA VIDA	36
2.1 A CUMPLICIDADE E A ESPERANÇA.....	40
CAPÍTULO III - ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS E PODER SOCIAL	43
3.1 ESPAÇO PÚBLICO, PALCO, AÇÃO E DISCURSO	51
3.2 CIVILIDADE E PARTILHA	55
3.3 A CRIAÇÃO DO SUJEITO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS	57
PARTE II (PHAINOMENON)	64
CAPÍTULO I - DO JEQUITINHONHA AO FRANSISCATO: A REINVENÇÃO DO MUNDO SOCIAL	65
CAPÍTULO II - AS BATALHADORAS E OS NEGÓCIOS HUMANOS	76
CAPÍTULO III - A “CARIMBEIRA” APOSENTADA	85
CAPÍTULO IV - A VIOLÊNCIA SUJEITADA	93
CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	113

APRESENTAÇÃO

A primeira vez que desci as ladeiras do Jardim Franciscato, Zona Sul de Londrina, foi no final do ano de 1999. A minha visita era como repórter de uma emissora de televisão. Naquela época eu ainda tinha convicção de que os maiores problemas do país vinham da imensa população excluída que habita nossos subúrbios. Eu tinha sido designado para cobrir um trabalho de desentupimento de bueiros, realizado pela Prefeitura. Os garis tiraram todo tipo de lixo que as ‘bocas de lobo’ engoliram durante anos, interrompendo o fluxo da água da chuva, causando inundações e estragos. A reportagem mostrava que os culpados pelo transtorno eram os próprios moradores que, vítimas de uma educação precária, viam na rua um lugar ideal para depósito de dejetos.

Imagens captadas e entrevistas realizadas, eu e minha equipe tomamos o caminho de volta para a redação. No trajeto fui surpreendido com um canteiro de obras instalado numa bifurcação no meio do bairro. Um prédio imponente se erguia e se destacava em meio a casas simples e barracos vacilantes. A minha curiosidade de jornalista fez o motorista interromper a viagem de volta. Parei para saber do que se tratava a obra.

Os pedreiros me orientaram a falar com uma senhora esguia, de cabelo preso, semblante sério, que circulava entre tijolos e cimento, percorrendo corredores inacabados, como se fiscalizasse a construção da própria casa. Era Rosalina Batista, que se apresentou como líder comunitária do bairro. Num tom de voz cheio de orgulho, esta mulher me explicou que o prédio era a realização de um sonho. Ali estava sendo edificada a “Biblioteca Virtual”, fruto de um projeto elaborado por uma Organização Não Governamental e a Universidade Estadual de Londrina.

Rosalina foi mostrando os ambientes e descrevendo suas futuras funções: sala de computadores, cozinha industrial comunitária, biblioteca, salas para cursos e reuniões, etc. Depois da última porta, na parte inferior do prédio, abria-se um grande salão com pé direito alto. *“Aqui irá funcionar uma TV comunitária. E a gente pensa também em montar uma Rádio Mulher, para levar informações para os moradores”*, disse a senhora. Ela me explicou ainda que o prédio estava sendo erguido com dinheiro de uma fundação norte-americana que havia ‘comprado’ a idéia do projeto, num total de 50 mil dólares. Outra parcela de 50 mil dólares viria para equipar o local.

Confesso que fiquei atordoado. Tinha tomado contato, mesmo que superficialmente, com uma ação social capaz de modificar a vida de milhares de excluídos que viviam na minha cidade. E esta ação estava sendo encabeçada por uma mulher semi-alfabetizada que, em poucos minutos, me explicou com detalhes todos os seus planos para transformar a realidade da sua gente. Ela falou sobre internet, o poder da mídia, a importância da educação, o isolamento das periferias, os problemas que seriam sanados se as pessoas tivessem acesso às informações, os desafios de se enfrentar as dificuldades de frente. O seu discurso preciso era construído por concordâncias verbais vacilantes e palavras equivocadas, mas a sua capacidade de se comunicar, de expressar suas idéias, de planejar um futuro decente para a sua gente, era surpreendente. Naquele breve contato com esta senhora fui tomado pela inquietude e, ao mesmo tempo, pela frustração. Eu acreditava, até aquele momento, estar no auge da minha carreira profissional, trabalhando numa emissora com a maior audiência do estado, sendo reconhecido nas ruas por causa da minha visibilidade, e respeitado pelos colegas por causa das minhas reportagens. Mas aquele encontro casual me fez rever muitos conceitos.

A minha primeira contestação era como profissional. Havia aprendido na academia que nós jornalistas carregamos a missão de informar a população, com isenção, responsabilidade e imparcialidade. Esta tarefa seria fundamental para que esta mesma população adquirisse ferramentas para melhorar sua qualidade de vida. Com informação, as pessoas passam a exercer sua cidadania. Aprendi também que os meios de comunicação desempenham papel decisivo nesta empreitada. As televisões e as rádios colocariam no ar todos os dias programas jornalísticos que contribuiriam para a formação dos nossos cidadãos. Embora já suspeitasse que estes preceitos não passassem de puro mito, foi justamente conversando com uma mulher sem estudos que tive certeza disso. Desde então vim construindo a convicção que a nossa mídia não pratica comunicação social e, diante do seu potencial, contribui muito pouco para diminuir nossas desigualdades. São concessões públicas a serviço do interesse privado. O modelo de televisão aberta praticada no Brasil é um mecanismo ilusório, ou, como dizia Bourdieu, “*um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica*” (BOURDIEU, 1997, p.20). É a principal fonte de laser de uma *sociedade programada*¹ cujos valores são impostos como verdade absoluta e necessária. É preciso consumir e vender. A nossa televisão nos ensina que tipo de roupa devemos vestir, que tipo de alimento devemos ingerir, que tipo de produtos devemos comprar e quais os comportamentos adequados devemos adotar para que estejamos inseridos dentro da normalidade e do aceitável socialmente. E nós acreditamos nela, sem pestanejar.

¹ Termo cunhado por Alain Touraine, um dos autores com quem trabalho nesta dissertação.

Além disso, o olhar que a nossa mídia lança sobre a periferia é quase sempre de reprovação, onde são destacados aspectos negativos, como a violência, assassinatos, tráfico de drogas e miséria. As atitudes revolucionárias, os exemplos de superação, as lições de cidadania que se propagam longe da região central de nossas cidades raramente são mostrados, passam despercebidos. O sangue, o sexo, o drama e o crime são campeões de venda na audiência pernicioso da nossa mídia. A sua preocupação em construir meios alternativos de comunicação mostrava que Rosalina também contestava esta visão deturpada e distorcida que a maioria da nossa população consome diariamente em frente à televisão, nas páginas dos jornais, ou ao pé do rádio.

A outra mudança de opinião foi pessoal, e por isso mesmo, mais profunda. Acredito que nós jornalistas, assim como os sociólogos, somos movidos pela vocação de desvendar o desconhecido. O jornalismo é, entre outras, a arte de tirar a venda dos olhos diante de fatos obscuros. A sociologia, como toda ciência, tem por função revelar coisas ocultas. Para saciar nossa aptidão, somos obrigados a percorrer terras estrangeiras e universos estranhos. O jornalista é aquele que segue os vestígios, que se instiga, que está sempre em mobilidade, física e mental, em busca da história. O cientista social vive a somar os conhecimentos humanos, analisando suas origens, seus legados, suas relações. Ambos utilizamos a mesma matéria prima para melhor executar nossas tarefas: as relações humanas. E o contato que tive com Rosalina e sua comunidade nestes últimos anos mudou minha percepção da circunferência, do contorno, da vizinhança, da curva descendente que molda geograficamente nossas periferias.²

Subi as ribanceiras do Franciscato rumo à redação da televisão com uma série de perguntas e dilemas, cujas respostas, acredito, estou encontrando hoje nas Ciências Sociais. Quais os passos que esta mulher, proveniente da zona rural, conseguiu dar para se tornar uma líder comunitária capaz de mobilizar centenas de pessoas condenadas ao silêncio e ao esquecimento social? Como esta mulher, desprovida de estudos e de teorias, conseguiu não só diagnosticar as demandas da sua comunidade, como também foi capaz de realizar projetos e apresentar soluções simples e eficazes para combater as mazelas sociais de sua gente? De onde sai aquela oratória simples, construída com palavras mal ditas, cujos significados e poder de

² É interessante notar que a palavra Periferia vem do grego *Periphéreia*, que significa circunferência. Para os gregos antigos a circunferência estava associada à perfeição. Para Aristóteles o Universo era uma grande esfera, já que esta era a forma mais perfeita já concebida. Hoje a circunferência que separa o “centro” da “margem” é sinônimo de caos e imperfeição. Arendt também lembra que a palavra grega *polis* tinha originalmente a conotação de algo como ‘muro circundante’. Ela lembra também que o latim *urbs* exprimia a noção de um ‘círculo’ e deriva da mesma raiz que *orbis*. (ARENDR, 2005).

persuasão envolvem, não só seus semelhantes, mas também acadêmicos, intelectuais e políticos astutos? Como um indivíduo qualquer no meio da multidão de marginalizados conseguiu se tornar o ator principal no palco sombrio das ladeiras suburbanas, e cuja performance contagiava não só a platéia, como também os coadjuvantes, o contra-regra, o iluminador?

Este estudo pretende responder algumas destas questões mostrando como a criação do Sujeito-ator é capaz de definir novos rumos às comunidades destinadas à inércia, ao fracasso, ao esquecimento. Neste mundo considerado moderno, a nossa sociedade aceita, como sendo *do bem*, o controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e sobre sua situação. Isto, a princípio, lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes da sua história pessoal de vida, conceber a si mesmo como ator social capaz de interagir com outros atores em plena representação da vida, e capaz de mudar o desfecho de uma história já traçada.

Desci novamente as ladeiras do Franscicato pouco tempo depois, desta vez para trabalhar e aprender um pouco mais sobre o fenômeno dos negócios humanos. Desligado da profissão de repórter, apresentei e tive o Projeto Vídeo Cidadão aprovado na Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina, o PROMIC.³ Este projeto funcionou de julho de 2002 a dezembro de 2005, no espaço destinado ao estúdio de TV dentro da Biblioteca Virtual. O seu principal objetivo foi ensinar jeitos e maneiras diferentes de comunicação. O projeto contava com uma Ilha de edição não linear, uma câmera digital 8 milímetros, vídeo-cassete, microfone e iluminação. Em menos de 3 anos, a oficina de audiovisual recebeu dezenas de participantes, com idades que variaram entre 12 e 54 anos. Todos tiveram o primeiro contato com uma tecnologia exclusiva e conheceram pequenas técnicas de investigação, produção, gravação, edição e finalização de vídeo. Foram produzidas dezenas de audiovisuais, desde pequenas reportagens a vídeos institucionais para empresas. Analfabetismo, violência, saneamento básico, dengue, reciclagem de lixo, e outros assuntos, foram discutidos através do olhar dos alunos. O que se percebe muito claramente nos bairros afastados dos grandes centros, e em cidades pequenas, não é simplesmente a falta de informação. O que se constata é que as

³ O Programa Municipal de Incentivo à Cultura, o PROMIC, e o Fundo Especial de Incentivo à Cultura, o FEPROC, foram criados em 06 de Dezembro de 2002, através da Lei Municipal nº 8984. O PROMIC propõe a realização das políticas públicas na forma de parcerias entre Estado e Sociedade Civil, com os cidadãos se envolvendo em sua elaboração e execução. São duas categorias de projetos estabelecidas: 1. Projetos dos Produtores Independentes (PCI) são aqueles que se orientam para o circuito cultural tradicional ou cuja inserção seja comunitária e vise estimular a produção artística e cultural nos bairros e regiões da cidade, em ambos os casos os projetos devem nascer da iniciativa independente dos produtores culturais. 2. Projetos e Programas Estratégicos (PPE) são aqueles que visam dimensionar a cultura para toda a cidade e ativar circuitos culturais, realizando as políticas públicas de cultura. Fonte: <http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?opcao=promic>

peças não conseguem se comunicar de maneira adequada. Dominando as técnicas do audiovisual, essas pessoas conseguiram, além de criar informação relevante a sua realidade, dominar melhor algumas técnicas de comunicação. Interpretar, reconhecer e discutir a realidade onde estão inseridos é o início do processo para melhorar a qualidade de vida. Ao assimilar novas linguagens, a comunidade desenvolve e promove cidadania e se torna capaz de transformar violência em ousadia, miséria em confiança, indiferença em dignidade. Ao se comunicar de maneira mais eficaz, os indivíduos melhoraram sua capacidade de armazenar experiências e memórias; condicionamentos básicos para projetar o futuro.

1 INTRODUÇÃO

Brasil abriga dois países, distintos essencialmente em mentalidade, e que estão em constante conflito. De um lado, um Brasil *moderno*, com acesso às maravilhas da tecnologia e aos campos decisórios da política, munido de ferramentas racionais para projetar o seu futuro. De outro, um Brasil *arcaico*, desprovido de condições básicas de dignidade, sem acesso à educação decente, dependente do desígnio divino e à mercê de um Estado corrupto e ineficiente. E o principal fator que aprofunda o abismo entre estes dois Brasis é a escolaridade. Este diagnóstico, embora já desconfiado por muitos, foi descrito pela Pesquisa Social Brasileira e está na obra “A Cabeça do Brasileiro”.⁴ O trabalho quis saber o que pensa o brasileiro em relação a vários assuntos: ética, sexualidade, destino, família, punições, cor e raça, economia, política, igualdade, civismo, etc. E apontou que quanto maior a instrução do cidadão, em geral, maior é a sua consciência de que o dinheiro público precisa ser controlado; por outro lado é menor a sua tolerância com a corrupção e com o jeitinho brasileiro de resolver as coisas. Com menos escolaridade a pessoa se torna mais individualista, é a favor do cumprimento da Lei de Talião e da censura, e defende a crença de que o seu destino está nas mãos de Deus. Cito dois exemplos:

Sobre punições ilegais, a pesquisa colocou a seguinte questão: o que você acha da polícia matar bandidos depois de prendê-los? Esta situação é aceita por 40% dos analfabetos. Até a 4ª série, 35% acham normal. Esta porcentagem se repete nos entrevistados que cursaram da 5ª a 8ª séries. No ensino médio, 23% aceitam. E no Ensino Superior, 17% concordam com esta situação.

Sobre “a proibição de programas de TV que fazem críticas ao Governo”, 56% dos analfabetos concordam que isso deve ocorrer. Entre os escolarizados até a 4ª série, 45%. Da 5ª a 8ª, 33% aceitam. No Ensino Médio, 19%. Entre os pesquisados com Nível Superior apenas 8% concordam com a censura (ALMEIDA, 2007).

A pesquisa defende que uma população mais educada resulta em mais desenvolvimento econômico e em mais pluralismo, já que são criadas diferentes fontes de poder e de interesse. E ainda, pessoas mais educadas tendem a se afastar da autoridade superior e a rejeitar as relações sociais verticais em benefício de relações de poder mais

⁴ A pesquisa, realizada pela UFRJ, ouviu 2363 pessoas entre Julho e Outubro de 2002, em 102 municípios brasileiros, dentre os quais, 27 capitais. As opiniões foram divididas por sexo, idade e por região do país, e também pelo nível de escolaridade.

horizontais. “A enorme desigualdade social no Brasil está diretamente relacionada à escolaridade. Quem tem menos escolaridade tem menos chances de se dar bem na vida. O mesmo fosso que a escolaridade provoca em relação à renda, ela provoca em relação à mentalidade, a valores e a comportamentos. Isso foi mensurável nesta pesquisa”,⁵ garantiu o coordenador do projeto, o sociólogo e cientista político Alberto Carlos Almeida.⁶

A pesquisa aponta para como os brasileiros *pensam*, não necessariamente como eles *agem*. Porém, apesar da obviedade de algumas conclusões, esta pesquisa acabou me ajudando, de alguma maneira, a justificar o meu campo de ação dentro do objeto de estudo de minha tese. Estou interessado em desvendar como uma pessoa sem escolaridade consegue fugir dos determinismos sociais impostos por uma sociedade hierárquica e *patrimonialista*. Estou interessado nos indivíduos que, num exercício constante de contestação e de reinvenção, conseguem driblar as regras da submissão. Naquele *joão-ninguém das massas*, que condenado a não participar de nenhum poderoso sistema de relações sociais, insurge contra este destino. Um *sujeito* que vai além da sociedade dual proposta por Da Matta, composta por dois princípios antagônicos, o indivíduo das relações impessoais e a pessoa das relações do compadrio e de amizade (DA MATTA, 1981).

Pretendo desvendar um pouco do universo de determinados indivíduos que, ao contrário do que pregam as estatísticas, conseguem se livrar dos condicionamentos estabelecidos pela situação social. Aqueles sujeitos que criam as possibilidades de exercícios de escolha e decisão, que metamorfoseiam-se, que constroem projetos, que se esquivam das regras e que aniquilam o destino. Para isso elegi uma líder comunitária que vive na Zona Sul de Londrina e que nos últimos anos atua num espaço de decisões e de promoção de cidadania instalado dentro do Jardim Franciscato. As ações desta mulher, acredito, estão sendo fundamentais para a transformação social de toda a comunidade ao seu redor; e mais, acabam influenciando outras lideranças e comunidades vizinhas ao Franciscato.

Para entender como esta mulher, assim como tantas outras líderes comunitárias, desprovida de educação formal e proveniente do meio rural, conseguiu se destacar entre os seus, lanço mão dos princípios da Fenomenologia,⁷ método sociológico desenvolvido por Alfred Schutz a partir dos princípios filosóficos de Edmund Husserl.

⁵ Isso remete à máxima do matemático e físico britânico Lorde Kevin: “Só existe o que é mensurável. O que não é mensurável não existe.”

⁶ Trecho da entrevista do sociólogo no programa Roda Vida da TV Cultura realizada no dia 27/08/2007. www.tvcultura.com.br/rodaviva.

⁷ Do grego *phainesthai*, aquilo que se apresenta ou que se mostra, e *logos*, explicação, estudo.

Para Husserl (1996) a Fenomenologia é uma descrição da estrutura do fluxo de vivências que constitui a consciência de cada um. Seria uma tentativa de reencontrar significações nos dados originários da experiência. O ponto de partida desta filosofia são as experiências de um ser humano consciente, cuja ação no mundo produz *sentido*. O interesse para a fenomenologia não é o mundo que existe, mas sim o modo como o conhecimento do mundo se dá, tem lugar, se realiza para cada pessoa.

No caso estrito desta dissertação, a utilização deste conceito será utilizada para descrever um determinado fenômeno que se apresenta como oposição às convenções sociais apresentadas como verdade. Para isso utilizo alguns conceitos fenomenológicos desenvolvidos por Alfred Schutz (1979) para a sociologia. Como seria impraticável construir uma tese para discutir todas as interpretações do mundo surgidas a partir das experiências subjetivas da vida de um determinado indivíduo, como propôs Schutz, pretendo aqui tomar emprestado algumas considerações deste autor para investigar como se deu a trajetória social da minha personagem.

Em Sociologia, particularmente através dos textos de Schutz, Fenomenologia Social é o estudo dos modos como as pessoas vivenciam diretamente o *cotidiano* e imbuem significado às suas atividades. A estrutura ontológica do universo nos impõe um quadro constituído de todas as nossas atividades espontâneas. Dentro desse quadro temos de achar o nosso caminho e temos de entrar em acordo com todos os elementos que compõem a vida social. “As relações causais do mundo objetivo são vivenciadas subjetivamente, como meios possíveis para fins possíveis, como obstáculos ou apoio para as atividades espontâneas do meu pensar e fazer. Elas são vivenciadas como contextos de interesses, como uma hierarquia de problemas a serem resolvidos, como sistemas de projetos e suas possibilidades de desempenho” (SCHUTZ, 1979, p.137). A seleção subjetiva de elementos relevantes para os meus propósitos na vida faz surgir novas experiências decisivas para a minha atuação: a experiência da dúvida, da questão, da escolha, da decisão, enfim, da deliberação. Assim, a Fenomenologia proposta por Schutz é um modo de compreender o mundo.

Na primeira parte desta dissertação, no capítulo I, faço uma apresentação dos conceitos de indivíduo, individualismo e holismo, propostos por Dumont (2000). Estes conceitos são importantes para situar alguns valores da nossa sociedade contemporânea que moldam, todavia, muitas características dos nossos comportamentos sociais, sejamos nós escolarizados ou não. Também proponho um diálogo com um autor contemporâneo, pouco

utilizado pelas ciências sociais no Brasil, mas que a meu ver traz contribuições relevantes para a minha discussão. Alain Touraine (1984, 1994), que a primeira vista pode parecer deslocado na interlocução com outros autores aqui apresentados, me convenceu sobre suas concepções de *modernidade* e de formação de um *sujeito-ator* capaz de modificar a realidade. Ainda nesta primeira etapa convido o antropólogo social Gilberto Velho (1981, 1986, 1994) que, influenciado pelas idéias de Schutz, elabora noções de *campo de possibilidades*, *projetos*, e *margem de manobra*, entre outras, que se encaixam dentro de análises de trajetórias de vidas pertinentes ao meu estudo.

No segundo capítulo apresento a Fenomenologia desenvolvida por Schutz, seu esquema de circularidade que faz com que os fenômenos da *atitude natural*, do *conhecimento*, da *experiência*, do *mundo da vida cotidiana* e da *relevância*, interajam entre si para nutrir o homem com um *estoque de conhecimento*. É dessa experiência armazenada que este homem irá construir seu interesse pela vida. Neste capítulo apresento também a orientação do “*nós*” dentro de um *ambiente comum de comunicação*, uma condição imprescindível para que exista a *consciência* e a *ação* diante do mundo social.

No terceiro capítulo faço um histórico sobre organizações não-governamentais, movimentos sociais, e novos atores que surgiram nas três últimas décadas do século passado para entender em que circunstâncias surgiram a Associação de moradores e a líder comunitária estudados neste trabalho. Também neste capítulo sugiro outra troca de idéias com outra autora que, aparentemente, não poderia fazer parte da estrutura desta discussão. Porém, mais uma vez, encontrei elementos dentro de alguns conceitos de Hannah Arendt, (1992, 2005) como *espaço público*, *poder*, *ação* e *discurso*, que no meu entender ajudam a explicar algumas características que envolvem as mulheres batalhadoras do Jardim Franciscato e suas atuações. Neste capítulo ainda apresento novamente Touraine e sua concepção sobre a criação de um *sujeito* transformador.

Munido deste aporte teórico parto para, na segunda parte desta dissertação, investigar quatro situações que podem explicar como os indivíduos, através de suas experimentações, conseguem interpretar, assimilar, projetar, agir e modificar o mundo da vida. Com a descrição deste fluxo de vivências, como sugeriu Husserl (1996), podemos ler a constituição da consciência de cada um.

PARTE I

INDIVIDUO

Soldados possantes que vinham resfolegando de uma luta de quatro horas, caíram, alguns mortos por mulheres frágeis. Algumas valiam homens. Velhas megeras de tez baça, faces murchas, olhares afuzilando faúlhas, cabelos corredios e soltos, arremetiam com os invasores num delírio de fúrias.

E quando se dobravam, sob o pulso daqueles, juguladas e quase estranguladas pelas mãos potentes, arrastadas pelos cabelos, atiradas ao chão e calcadas pelo tacão dos coturnos – não fraqueavam, morriam num estertor de feras, cuspiendo-lhes em cima um esconjuro doloroso e trágico...

Euclides da Cunha – Os Sertões

CAPÍTULO I

O INDIVÍDUO E A MODERNIDADE

Dumont (2000) defende que há duas espécies de sociologia. Na 1ª a abordagem parte dos indivíduos, seres morais, independentes e autônomos, para enxergá-los posteriormente inseridos dentro de uma sociedade. Designado de *individualismo metodológico*, esta corrente parte da idéia de que as relações sociais devem ser compreendidas como resultado das ações dos indivíduos. Na outra escola sociológica parte-se do fato de que o homem é um ser social, um “todo indivisível”, que não pode ser explicado por suas idiossincrasias, e que é parte integrante de um mundo que sintetiza as partes numa totalidade organizada. A isso se designou *Holismo*. O individualismo metodológico postula que os indivíduos existem empiricamente, como uma “amostra indivisível da espécie humana”, um sujeito da palavra, portador de pensamentos e de vontades, que possui valor normativo. Diametralmente oposto, o *Holismo* decorre da certeza de que a totalidade universal da sociedade é algo mais importante, essencial, do que as partes ou as suas somas, que esta totalidade é historicamente e hierarquicamente superior aos valores individuais. “Deste ponto de vista, existem duas espécies de sociedade. Quando o indivíduo constitui o valor supremo, falo de *individualismo*; no caso oposto, em que o valor se encontra na sociedade como um todo, falo de *holismo*” (DUMMONT, 2000, p.36).

No universo holista tudo é regido pelos costumes, por valores já estabelecidos, por regras convencionadas, onde os comportamentos são previstos e sancionados, onde as relações sociais preexistem ontologicamente, e onde a possibilidade da ação é praticamente nula. Nessa perspectiva supõe-se que os sujeitos, individuais ou coletivos, não fazem senão aplicar um modelo e uma lei que já existiam. O homem se limita a expressar os valores de sua cultura, a cumprir as funções sociais determinadas ou a colocar em prática as regras envolvidas na lógica da estrutura social onde estão inseridos (CAILLÉ, 1996). É preciso cumprir as tarefas necessárias à reprodução da ordem funcional. A vida se passa como se estivéssemos incondicionalmente submetidos a um Deus infinitamente benevolente que nos mostra o melhor caminho a ser seguido. O indivíduo é incapaz de dar e de atingir a liberdade, pois é totalmente controlado pelo exterior. A ele cabe apenas cumprir as regras, submetendo-se unicamente ao seu destino. A ideologia holista é apoiada na hierarquia, na dominação, onde o espaço para a emergência de um *ethos* igualitário é sistematicamente anulado.

Já a idéia do individualismo nasce da necessidade do homem se libertar, de *renunciar* à organização social estabelecida e imposta, de se ver livre do jugo das instituições políticas, econômicas e religiosas. Para Dumont, o individualismo, como ideologia, subentende, ao mesmo tempo, igualdade e liberdade. Neste sentido, o indivíduo, ao se perceber como um homem particular empírico, como um homem portador de valores, singular, buscou um valor supremo em si mesmo. Ao buscar autonomia e independência, ao se distanciar do mundo social, ele se transformou no *indivíduo-fora-do-mundo*, no *renunciante*, agora em busca do seu desenvolvimento espiritual individual. Esta liberdade de consciência constitui, para Dumont, o primeiro, cronologicamente, de todos os aspectos da liberdade política e a raiz de todos os demais conceitos de liberdade. Então, o conceito de individualismo seria o valor fundamental da sociedade moderna. Este projeto sócio-cultural se dá a partir do início do Século XVI, quando a homogeneidade da sociedade medieval é, aos poucos, substituída pela heterogeneidade de um mundo liberto da orientação central da Igreja; onde é possível assistir às transformações históricas através de outros ângulos, por outros olhares, e onde é possível também ouvir vozes dissonantes, ter contato com valores originais, menos hierarquizados. As múltiplas reformas que se desenrolam à partir do Renascimento criam um campo fértil para a produção de subjetividades (GINZBURG, 1987).

Uma referência fundamental nesta transformação é a consolidação do capitalismo como modo de produção que, além das mudanças econômicas, do fortalecimento das produções materiais, incutiu também um ideário de liberdade, já que o homem servil feudal deve ser substituído por um outro capaz de estabelecer contratos de trabalho. A reforma protestante de Lutero seria o outro movimento de destaque na produção da subjetividade moderna, já que implicava no intercâmbio direto entre o indivíduo com Deus, possibilitando assim a intensificação da experiência individualizada da salvação (WEBER, 1996). A revolução científica dos Séculos XVI e XVII, com seu modelo racionalista que contribuiu para o aparecimento do sujeito *autoconsciente*, munido de vontade própria, cartesiano, completaria o esboço deste mundo em transição, um mundo da fragmentação, um ambiente propício para o desenvolvimento da idéia do indivíduo como centro microcósico.

O moderno não era aquilo que tratava do novo ou do atual, mas dizia respeito à institucionalização do indivíduo como valor supremo, superior ao conceito de sociedade. Dentro desta perspectiva, Dumont levanta uma questão importante na diferenciação crítica entre dois conceitos de indivíduo:

Assim, quando falamos de “indivíduo”, designamos duas coisas ao mesmo tempo: um objeto fora de nós e um valor. A comparação obriga-nos a distinguir analiticamente esses dois aspectos: de um lado, o sujeito *empírico* que fala, pensa e quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como a encontramos em todas as sociedades; do outro, o *ser moral* independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não-social, portador dos nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro lugar na nossa ideologia moderna do homem e da sociedade (DUMONT, 2000, p.36).

O liberalismo dos séculos XVII e XVIII eleva o conceito de indivíduo ao nível de bandeira política, consagrando direitos como valores inalienáveis, tais como a liberdade de ação, de escolha e de participação, a consideração do homem como célula básica da sociedade, a separação entre as esferas pública e privada da vida social. Para Dumont, a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789, marca o triunfo do indivíduo. Mas o postulado deste documento que mais interessa a este estudo diz o seguinte: “Todos estão igualmente habilitados a todas as honras, posições e empregos, de acordo com suas diferentes capacidades, sem qualquer outra distinção além da que resulta de suas virtudes e talentos”.

2.1 O TRIUNFO AGONIZANTE DA MODERNIDADE

Em “Crítica da Modernidade”, Touraine (TOURAINÉ, 1994) tece um julgamento detalhado dos valores racionais que dominaram a idéia de progresso nos últimos dois séculos. Este traçado histórico é fundamental para entendermos os valores que dominam a sociedade atual e mais ainda, para identificarmos a importância do surgimento de um sujeito/ator munido de capacidades e de vontades transformadoras.

Para Touraine, o elemento essencial da ideologia clássica da modernidade surge da idéia de que o bem é o que é útil à sociedade, e o mal o que prejudica sua integração e sua eficácia.⁸ Os valores da Revolução Francesa eternizada nas Declarações dos Direitos Humanos são pontos inaugurais dessa ideologia. O homem pré-moderno, contaminado pelas inquietudes do Iluminismo, procurava incessantemente a sabedoria, mas se sentia obstaculizado pelas forças impessoais impostas, todavia, pela força religiosa repressora, pelo

⁸ É interessante notar que esta mesma ideologia está muito presente nos discursos hegemônicos atuais, principalmente os difundidos pelos meios de comunicação de massa, onde o que causa ruptura deve ser eliminado e o que devemos procurar e defender incessantemente é uma sociedade sem conflitos. Quem busca o embate é um inimigo da harmonia e da ordem estabelecidas.

destino inevitável, pelo sagrado onipresente. “A modernidade triunfante quis substituir essa sujeição ao mundo pela integração social. Era preciso desempenhar seu papel de trabalhador, de genitor, de soldado ou de cidadão, participar da obra coletiva, e antes de ser o ator de uma vida pessoal, tornar-se o agente de uma obra coletiva” (TOURAINÉ, 1994, p.220). E foi justamente nesta fonte racionalista e instrumental que o germe da industrialização se alimentou.

A modernidade era a *antitradição*, era a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, era a saída do estado natural e a entrada na idade da razão. As sombras impostas pela Igreja precisavam ser dissipadas pelas luzes das ciências e da técnica. Para Touraine, esta visão racionalista não deve ser rejeitada, porém ela não dá a idéia completa da modernidade. Ela esconde a emergência do sujeito humano como liberdade e como criação.

Não existe modernidade sem racionalização; mas também não sem formação de um *sujeito-no-mundo* que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade. Não confundamos a modernidade com a moda puramente capitalista de modernização (TOURAINÉ, 1994, p.215).

A idéia de modernidade está, portanto, estreitamente associada à da racionalização. Renunciar a uma é rejeitar a outra. O indivíduo, que antes só estava submetido às leis naturais, agora precisa obedecer aos valores da sociedade. Sua educação deve ser uma disciplina que o liberte da visão estreita, irracional, que lhe impõem sua família, seu divino e suas próprias paixões. “A ordem social não deve depender de nada além de uma livre decisão humana, que faz do homem o princípio do bem e do mal e não mais o representante de uma ordem estabelecida por Deus ou pela natureza” (TOURAINÉ, 1994, p.24).

Touraine explicita os conceitos fundamentais do Iluminismo que iniciaram todo este processo de mudança.

O ser humano não é mais uma criatura feita por um Deus supremo à sua imagem e semelhança, mas um ator social definido por papéis, diante de um palco repleto de conflitos, e que deve contribuir para o bom funcionamento do sistema social. Este ser humano liberto deve procurar a definição do bem e do mal para poder se tornar útil, ou, dependendo dos interesses de determinado grupo, nocivo. Para Touraine, a rejeição de toda revelação e de todo princípio moral criou um vazio que é preenchido pela idéia de sociedade, isto é, de utilidade social. “A caridade torna-se solidariedade, a consciência passa a ser o respeito às leis. Os juristas e os administradores substituem os profetas” (TOURAINÉ, 1994, p.38). Esta

proficuidade humana foi explorada ao extremo durante a Revolução Industrial, alavanca mestra para o recrudescimento do capitalismo selvagem que se alastrou pelo Ocidente. Esta modernidade impôs à sociedade civil a sujeição às leis da produção e do trabalho e ao controle do Estado. Não era mais a consciência dos homens que determinava sua existência, como havia prevalecido com o pensamento cartesiano, mas ao contrário, a sua existência social é que determinava agora a sua consciência.

Já o século XX, para Touraine, se apresenta como o período do declínio do modernismo, ou o que ele denomina “*modernidade limitada*”, mesmo diante de avanços inimagináveis da técnica e do surgimento de movimentos sociais que lutam contra a exploração insana do trabalho. Os modelos políticos criados neste século inspiraram mais horror que esperança. Os indivíduos, privados do suporte de Deus, continuam presas fáceis diante dos interesses das forças dominantes. As sociedades tradicionais, que submetiam os indivíduos a regras e ritos, foram substituídas por uma sociedade dominada pela produção, pelo consumo e pela comunicação de massa. A forma moderna de dependência obrigava os indivíduos a preencher os papéis que foram criados para eles. A normalização é imposta por um poder cada vez mais despótico. “Durante a época da modernidade limitada, o homem se julgou deus; ele se embriagou com o seu poder e se aprisionou em uma jaula de ferro que foi menos a das técnicas que a do poder absoluto, de um despotismo que se queria modernizador e que se tornou totalitário” (TOURAINÉ, 1994, p.386).

A mesma Razão que se mostrou como o caminho da liberdade, foi dominada e utilizada para que os *príncipes*⁹ pudessem impor suas vontades àqueles seres transformados em instrumentos de produção ou de consumo. A experiência do surgimento do Comunismo, esperança de uma nova sociedade igualitária, se mostrou traumática, ineficaz e brutal. As duas Grandes Guerras expuseram a face mais negra e cruel desta sociedade tecnicista e sem esperanças. Triunfa a sociedade liberal, que substitui a exploração desenfreada pela exclusão simples e fria. Uma sociedade que se assemelha cada vez mais a um mercado onde sobrevive apenas a luta por dinheiro. Uma nova ideologia das elites que preferem o repouso, a defensiva, a proteção, o silêncio, o isolamento.

Eis-nos portanto, no Leste como no Oeste, embarcados numa sociedade formada por três grupos: os pilotos, grupo pouco numeroso, não daqueles que comandam mas que respondem às incitações do mercado e do meio-ambiente em geral; os passageiros, que são os consumidores e ao mesmo tempo membros da tripulação, e os naufragos que foram arrebatados pela tempestade ou atirados ao mar como inúteis ou sobrecargas (TOURAINÉ, 1994, p.191).

⁹ Touraine utiliza com frequência o Príncipe maquiavélico para designar e sintetizar a figura de déspotas esclarecidos, detentores do poder ou personagens dominantes.

Touraine substitui a definição de “sociedade pós-industrial” pela “sociedade programada”,¹⁰ onde a difusão maciça de bens culturais ocupa o espaço central que um dia foi destinado aos bens materiais. O poder nesta nova sociedade consiste em prever e modificar opiniões, atitudes, comportamentos, em modelar a personalidade e a cultura. Os “valores” se sobressaem sobre as “utilidades.” O grande diagnóstico deste novo corpo social foi feito pelos filósofos da Escola de Frankfurt e seus estudos sobre a “Indústria Cultural”.

Mas Touraine defende que não existe sociedade que seja apenas um mercado, onde a inovação, o movimento, as técnicas, apenas circundam os bolsões de misérias. Ele alerta que os países subdesenvolvidos, como a maioria da América Latina, parecem arrastados para uma *dualização acelerada*, que aumenta a proporção dos pobres e os afasta cada vez mais das categorias que participam do sistema econômico mundial. É o diagnóstico de uma patologia social cujo principal sintoma é a incapacidade de ação, onde impera a inércia, onde os pobres vivem num mundo cada vez mais diferente do mundo dos ricos.¹¹

Esta sociedade dividida entre o sadio e o doente, o permitido e o proibido, o central e o marginal, onde o espaço privado avança e se impõe sobre o espaço público, é o palco de operações da batalha incessante entre os novos movimentos sociais e o sistema estabelecido.

Durante decênios nos foi apresentada e imagem de uma sociedade inteiramente dominada por uma lógica de reprodução da ordem social, na qual as instituições de controle social e cultural eram onipotentes; ao cabo deste longo período de teoria puramente crítica, nós descobrimos à nossa volta uma paisagem completamente transformada, a presença de problemas, de debates, de movimentos sociais novos (TOURAINÉ, 1994, p.168).

Para o sociólogo francês, o grande desafio do nosso tempo é a capacidade do indivíduo em se transformar em ator social, um agente capaz de mudar o estabelecido, de alterar sua situação em vez de reproduzi-la. É o indivíduo se tornando *Sujeito*.

¹⁰ Para Touraine, a *sociedade programada* introduziu grandes aparelhos centralizados de gestão nos domínios mais diversos da vida social. Assim surgiu a industrialização da informação, do consumo, da saúde, da investigação científica, etc. “Esta mobilização dá possibilidades aos indivíduos, mas pode também aumentar a capacidade de manipulação de um poder absoluto” (TOURAINÉ, 1984 p.152).

¹¹ É impossível deixar de pensar nos inúmeros condomínios fechados que surgiram em Londrina nos últimos anos e que se alastram para as dimensões de uma nova cidade, além das fronteiras do Shopping Catuaí. Ilhas de sossego fortificadas, impenetráveis, algumas protegidas por cercas elétricas que lembram Campos de Concentração, estruturas distantes da ameaça da escória pobre e violenta dos subúrbios.

2.2 O PROJETO, A MEMÓRIA E SUAS POSSIBILIDADES

Como demonstrou Dumont, nem todas as sociedades desenvolvem uma cultura individualista nos termos do Ocidente Moderno. E dentro da própria sociedade moderna há fortes descontinuidades e diferenças em termos de ênfase no indivíduo enquanto sujeito e unidade social significativa. A Revolução Industrial criou um tipo de sociedade cuja complexidade está estritamente ligada a uma intensificada divisão social do trabalho, a um desenfreado aumento da produção e do consumo, à articulação de um mercado comum mundial e a um vertiginoso e tumultuado processo de crescimento urbano. Mais recentemente, nas cidades do terceiro mundo, este processo recrudescer diante do êxodo rural, das migrações, da explosão demográfica, da pobreza e da marginalidade. O resultado desta sucessão de mudanças deu origem a nossa sociedade complexa contemporânea (VELHO, 1981).

Para Velho, definir as características desta sociedade, principalmente o seu caráter individualista, é o grande desafio da antropologia moderna. Ele defende que não há como falar em individualismo, pura e simplesmente, mas em individualismos, já que este termo possui diversas acepções que dão margem a discussões muitas vezes desencontradas. “É fundamental na antropologia contemporânea a noção de que o homem vive, socialmente, em uma *rede de significados*.¹² A própria concepção de indivíduo, para correntes importantes, não seria natural, mas construída histórica e socialmente, delimitada e circunscrita, portando, a sociedades específicas” (VELHO, 1986, p.49).

A existência do que chamamos de *cultura* dentro da nossa sociedade complexa contemporânea, envolve uma série de questões norteadoras. Aquilo que pode ou não ser comunicado; o que pode ser compartilhado; de que maneira a realidade pode ser negociada; o que significaria o comportamento desviante enquanto controle ou rejeição de normas e regras dominantes; e ainda, onde estariam os limites para a manipulação dos símbolos. Velho via em alguns preceitos do Interacionismo de Simmel algumas pistas para entender esta problemática. A interação é fundamental já que a unidade da vida social não é o indivíduo, mas a relação entre indivíduos. Como um processo social, a interação daria aos atores não apenas o papel de reprodução, mas de *reinventores* da vida social.

¹² Para Geertz a cultura é uma *rede de significados* elaborada socialmente pelos homens. Assim como a concepção de indivíduo, a cultura não é algo estático ou eterno, mas que precisa ser constantemente vivida, modificada e reinventada pelas pessoas.

Se enfatizarmos o fato dos indivíduos envolvidos serem da mesma cultura, falarem a mesma língua, forçosamente, estamos chamando a atenção para o que há de comum, o que aproxima os atores, o seu pertencimento a uma cultura comum, com seu sistema de valores, crenças, gostos, etc. O Interacionismo, obviamente, não ignora essa possibilidade. Mas, para nossa discussão, importa mais perceber a sua contribuição, para um melhor entendimento da coexistência problemática das diferenças. Privilegia, nesse nível, as diferenças de origem, background, trajetória, experiência social, em geral. Enfatiza, por conseguinte, a individualidade dos fenômenos. Neste sentido todos os processos internos da diferenciação de uma sociedade são relevantes. Classes, grupos de status, estratos, assim como o pertencimento a minorias étnicas e regionais, grupos desviantes, religiões específicas são pistas fundamentais para o mapeamento dessa diversidade. Nesta perspectiva o conflito coloca-se como possibilidade permanente, desde que há interesses e valores diferentes e, muitas vezes, antagônicos. [...] O confronto é uma possibilidade dentro do complexo jogo de negociação da realidade, e sempre é difícil prever ou antecipar em que domínios ele poderá ocorrer (VELHO, 1986, p.50).

Simmel, em seu artigo “A Metrópole e a Vida Mental”, publicado originalmente em 1902, chamava a atenção para a especificidade da vida social nos grandes centros urbanos surgidos da Revolução Industrial. Um de seus objetivos, segundo Velho, era contrastar um estilo de vida metropolitano com o modo de vida tradicional, rural. A principal característica da grande cidade estava na grande quantidade e diversidade de estímulos. A inserção deste indivíduo na sociedade moderna se daria como ponto de interseção de vários mundos. Isso gerou o que Simmel chamou de Homem *Multifacetado*. Ele se encontra num ambiente que "promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor. Mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos" (SIMMEL, 1987, p.21). Esta constante *transformação* exterior e interior obriga o homem urbano a um crescente processo de individuação como modo de manter um núcleo de auto-compreensão. Em sua teoria dos *impulsos nervosos*, Simmel pensava o homem urbano como um ser massacrado por um turbilhão de acontecimentos cotidianos aos quais, depois de certo tempo, deixa de reagir, sofrendo uma espécie de *anestesia*. “Isso geraria um *excesso*, provocando uma adaptação no nível individual que definiu como *blasé*”.¹³ (VELHO, 1994, p.17).

Para escapar da solidão, da indiferença, da massificação, o habitante da cidade precisa procurar e criar a sua própria identidade, utilizando-se dos vários conjuntos de símbolos em suas interações cotidianas. Para Velho, a relação entre o desempenho de papéis

¹³ Segundo o Dicionário Aurélio, Blasé está relacionado ao homem entediado de tudo, dentro da realidade, ou na afetação. Este homem manifesta um comportamento, ou um procedimento, que revela tédio e indiferença. O personagem objeto de estudo desta dissertação percorreu o mesmo caminho que o homem estudado por Simmel há mais de 100 anos, mas como veremos, desenvolveu um outro tipo de comportamento.

sociais e os conjuntos de símbolos disponíveis no cotidiano, constitui uma questão estratégia para a antropologia, que busca localizar as experiências significativas que criam as fronteiras simbólicas da sociedade. Utilizando a sua criatividade e as minúsculas frestas de liberdade de escolha, o ser urbano irá engendrar novas redes sociais, novas *redes de significado*, novas unidades sociais mais *afetivas*, reinterpretando e selecionando os símbolos que melhor se encaixam em sua visão de mundo. A busca e o encontro do *Outro*, mobilizando-se em grupos, organizações, associações, movimentos reivindicatórios, representa sanar o sentimento de solidão urbana, recriando a sociedade em que se vive.

O reconhecimento da diferença como elemento construtivo da sociedade, não só o conflito, mas a permuta, a aliança e a interação em geral, constituem a própria vida social através da experiência, da troca e do reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes. Se não existe diferença, não existe relação. O que é a interação senão uma relação entre indivíduos que são diferentes uns dos outros?

São justamente essas diferenças entre os indivíduos, essas singularidades, que vão permitir que haja relação, porque é isso que possibilita algum tipo de troca, de reciprocidade. A interação é isso; se os indivíduos são iguais, não há sociedade. Portanto, não temos nem mônadas isoladas, pairando, nem uma sociedade homogênea em que todos os indivíduos são determinados, condicionados e produzidos por forças ou estruturas maiores.¹⁴

A hipótese levantada por Velho é que quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de *ethos* e visões de mundo contrastantes, mais marcada será a sua *autopercepção* de individualidade singular. Nas sociedades complexas modernas, a multiplicação e a fragmentação de domínios, envolvendo todas as variáveis políticas, econômicas e simbólicas, constituem um mundo de indivíduos cuja identidade é constantemente questionada e sujeita a alterações drásticas. “O trânsito intenso e freqüente entre domínios diferenciados implica adaptações constantes dos atores, produtores de e produzidos por escalas de valores e ideologias individualistas constitutivas da vida moderna.” (VELHO, 1994, p.44) O autor então deixa claro em sua obra que está à procura de mapear e resgatar uma possível *margem de manobra* e a iniciativa dos agentes sociais envolvidos neste processo.

Assim, a trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento *constituidor* da sociedade. Suas experiências pessoais, seus amores, desejos,

¹⁴ Entrevista concedida em Julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/316.pdf

sufrimentos, decepções, frustrações, triunfos etc., são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade. Para desvendar a importância desta trajetória individual, Velho desenvolveu boa parte de seu trabalho com as noções de *campo de possibilidades* e de *projeto*. Velho associa *campo de possibilidade* com as alternativas construídas dentro de uma dimensão sócio-histórica e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. É neste espaço singular onde serão desenvolvidas as performances, as explorações, o desempenho, as opções de negociação da realidade. É no *campo de possibilidades* que os *projetos* serão formulados e implementados. É ali que poderá surgir também a interação com outros *projetos* individuais.

Já para definir *projeto*, Velho cita a sua principal influência, Alfred Schutz: é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*. É através do projeto que a ação social ganha uma dimensão mais consciente, e isto implica algum tipo de avaliação, uma estratégia, um plano para a realização de metas estabelecidas, uma noção de tempo para a determinação de etapas a serem superadas. A noção de *projeto* enfatiza a margem de manobra existente dentro da sociedade para o surgimento de opções e de alternativas visando às transformações sociais.

De alguma forma, um sujeito decide e escolhe um caminho específico. Em termos de histórias de vida há momentos particularmente dramáticos que podem ser reconstituídos quando o indivíduo se vê diante de encruzilhadas. Pode ser a mudança de bairro, a conversão a uma religião, a adesão a um partido político, o fim de um casamento etc. O grau de consciência envolvido e a coerência dos projetos em pauta são questões a serem verificadas. Não estou trabalhando com a idéia de um homem abstrato, calculista, manipulando permanentemente táticas e estratégias. Essas decisões são tomadas geralmente em situações de grande conflito intelectual e emocional. Sem dúvida pode-se afirmar que uma constante nesses momentos é a angústia da individualização. [...] é preciso definir e descobrir *o que se quer*. Em outras palavras, o que o *indivíduo sujeito moral* quer e pretende (VELHO, 1981, p.43).

Os *projetos* são conscientes e potencialmente públicos, já que estão ligados a uma organização social e aos processos de mudança social. Também podem ser políticos quando envolvem relações de poder ou quando são capazes de aglutinar grupos de interesse. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais. E é através da elaboração de *projetos* com objetivos específicos que as trajetórias dos indivíduos ganham consistência. A viabilidade das realizações vai depender do jogo, da interação, da negociação com outros *projetos* individuais ou coletivos, carregados com todas as diversas visões de mundo e de estilos de vida complexos e heterogêneos que caracterizam a sociedade moderno-contemporânea. E toda esta negociação se passa dentro do *campo de possibilidades*.

Neste embate de relações, a *memória* tem papel decisivo. *Projeto e memória* associam-se, articulam-se, visando dar significado à vida e às ações dos indivíduos. Para Velho, a consciência do *projeto* depende, essencialmente, da *memória*. É ela que fornece os indicadores de um passado que produziu as circunstâncias do presente. Sem esta consciência seria impossível ter ou elaborar *projetos*. Esta associação são amarras fundamentais na constituição das identidades sociais. “São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória” (VELHO, 1984, p.101).

O autor lembra que na nossa sociedade complexa a multiplicidade de motivações, a fragmentação sociocultural, os infindáveis conflitos de interesse, produzem uma necessidade de *projetos*. Por isso, os sujeitos podem ter mais de um *projeto*, mas, em princípio, existe um principal ao qual estão subordinados todos os outros. Por isso, o *projeto* é dinâmico e está sendo permanentemente reelaborado, está constantemente reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados à sua identidade. Assim sendo, existe também a possibilidade de um *projeto* coletivo, mesmo não sendo vivido de modo homogêneo pelos indivíduos que o compartilham.

A possibilidade da formação de grupos de indivíduos com um projeto social que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e vivência de interesses comuns que podem ser os mais variados, como já foi mencionado - classe social, grupo étnico, grupo de status, família, religião, vizinhança, ocupação, partido político, etc. [...] Sua eficácia dependerá do instrumental simbólico que puderem manipular, dos paradigmas a que estiverem associados, da capacidade de contaminação e difusão da linguagem que for utilizada, mais ou menos restrita, mais ou menos universalizante. Nem tudo nos projetos é político, mas, quando são capazes de aglutinar grupos de interesses, há que procurar entender sua riqueza simbólica e seu potencial de transformação (VELHO, 1981, p.33).

O repertório de papéis sociais a que os indivíduos estão sujeitos dentro das suas relações não está situado em um único plano, nem pode ser mensurado por uma visão linear da experiência sociocultural. A própria existência desse repertório está condicionada à múltiplas realidades, à inúmeras redes de valores e relacionamentos, ao trânsito intenso entre domínios e experiências mais diferenciadas. A tendência à fragmentação, tão presente no cotidiano da nossa sociedade moderno-contemporânea, não anula totalmente certas âncoras fundamentais, (Identidades socializantes, grupos de referências e mecanismos contrativos, como família, etnia, vizinhança, religião, etc.) que podem ser acionadas em momentos estratégicos. A essa permanente negociação da realidade, Velho chama de *potencial de metamorfose*.

O trânsito entre os diferentes mundos, planos e províncias é possível, justamente, graças à natureza simbólica da construção social da realidade. [...] A *metamorfose* de que falo possibilita, através do acionamento de códigos, associados a contextos e domínios específicos – portanto, a universos simbólicos diferenciados – que os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos (VELHO, 1994, p. 29)

2.3 ORALIDADES, TRAJETÓRIAS E BIOGRAFIA

Até o início do século XX a história oficial fazia-se quase exclusivamente com base em documentos escritos. Não havia, para os acadêmicos e cientistas, nada de confiável, de válido, de verdadeiro, além da palavra escrita. A evidência oral era abertamente rejeitada. Esta atitude começou a mudar quando a necessidade de novos temas e de novas fontes de informação começou a perturbar os saberes científico e histórico.

O caráter sintético de um relato biográfico, de uma narrativa oral, enquanto prática de vida, se apresentou sedutor para qualquer pesquisador. Os primeiros a perceberem isso foram os etnólogos, observando o que determinado indivíduo, ou povo, dizia de si mesmo; depois vieram os sociólogos, que sempre trataram as histórias de vida como um conjunto de acontecimentos de uma existência individual, descrição de um destino único e irreduzível, que poderia explicar, se analisado meticulosamente, um determinado fenômeno social. E com o desenvolvimento das técnicas de estudos das histórias orais, os cientistas sociais não precisaram mais se ater a textos escritos para estudar e entender o passado e, conseqüentemente, a construção do mundo social. Munidos de novos métodos e técnicas de trabalho, além de conceitos, temáticas e problemas de estudo inéditos, bastava aos nossos pesquisadores terem ouvidos para ouvir e a perspicácia para registrar uma boa história oral.

Para as ciências sociais a história de vida é o relato de um narrador sobre a sua existência, ou sobre a existência de um indivíduo, através do tempo. Esta narração reconstitui os acontecimentos vivenciados e transmitidos e também as experiências adquiridas dentro de uma determinada trajetória existencial. O entendimento construído sobre a história de vida, como um relato oral recolhido através de uma entrevista, nos ajuda a compreender uma vida, ou uma parte dela, reconstituindo processos socioculturais vividos pelo narrador, em diversos contextos.

Para Souza (SOUZA, 2003), a utilização do termo história de vida corresponde a uma denominação genérica referente à formação e à investigação, porque parte

do princípio de que o sujeito toma consciência de si e de suas aprendizagens experienciais quando vive, simultaneamente, os papéis de ator e investigador da sua própria história. Revela-se pertinente para a auto-compreensão do que somos, das aprendizagens que construímos ao longo da vida, das nossas experiências e de um processo de auto-conhecimento e dos significados que atribuímos aos diferentes fenômenos que mobilizam e tecem nossas existências. “A partir da voz dos atores sociais, (é possível) recuperar a singularidade das histórias narradas por sujeitos históricos, socioculturalmente situados, garantindo o seu papel de construtores da história individual/coletiva intermediada por suas vozes.” (SOUZA, 2003, p. 7)

Para Queiroz, a História Oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. “Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma cultura. [...] o relato do narrador sobre a sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu [...]” (QUEIROZ, 1988, p. 19).

Através dos depoimentos orais é possível ao pesquisador delinear as relações sociais de uma pessoa e conhecer alguns aspectos empíricos que moldaram e que determinaram comportamentos e papéis assumidos. A história de vida é, portanto, técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social (VON SIMSON, 1988). Ao focalizar a memória pessoal de determinados indivíduos, a história de vida consegue construir uma visão concreta do funcionamento e das etapas da existência de um determinado grupo social. Estas memórias subterrâneas, que se situam à margem da história oficial, inacessíveis, acabam ganhando relevância quando trazidas à tona, quando apresentadas ao conhecimento de todos.

Para François, a história de vida oral é uma alternativa, livre e emancipadora, que rompe abruptamente com abordagem acadêmica institucional:

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos *dominados*, aos silenciosos, e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc.), à história do cotidiano e da vida privada [...], à história local e enraizada. Em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma *história vista de baixo*, atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas objetivas e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, [...] (FRANÇOIS, 1996, p. 4).

Para Lozano (1996) a prática da história oral apresenta pelo menos duas grandes modalidades ou estilos de ação. Ela chama o primeiro estilo de *faceta técnica*, e o segundo, de *faceta metódica*. Cada um dos estilos pode ser subdividido em duas modalidades ou tipos de resultado. A *faceta técnica* possui duas variantes: a) o *arquivista-documentarista*, que se preocupa principalmente em criar e organizar arquivos de documentos, transcritos, procedentes de entrevistas gravadas; e b) o *difusor populista*, que enxerga na história oral uma alternativa para divulgar a história daqueles que foram desprezados pelas histórias oficiais.

Por outro lado, na *faceta metódica*, temos: a) o *reducionista*, cujos pesquisadores valorizam a evidência oral como apêndice agregado ou complemento, para a comprovação factual ou ilustração testemunhal, de uma série de postulados de caráter teórico estabelecidos de antemão; e b) o *analista complexo*, para quem a fonte oral precisa estar aberta a diversas disciplinas; não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas. A história oral é vista como um meio de estabelecer relações de maior qualidade e profundidade com as pessoas entrevistadas, como uma reação ao *quantitativismo* positivista que dominou as ciências sociais por muitas décadas.

Esses pesquisadores da oralidade (sejam historiadores, antropólogos, sociólogos, etc.) consideram a evidência oral uma fonte muito importante e, em vários casos, a única ou a medular, mas que afinal é só mais um dos meios e acervos de informação de que dispõe o pesquisador para a construção da percepção, no tempo e no espaço, da experiência humana, particularmente dos grupos sociais em que a oralidade se mantém em vigência. [...] Como acontece com outras questões mais vitais, aprende-se melhor a história oral experimentando-a, praticando-a, sistemática e criticamente (LOZANO, 1996, p. 24).

Von Simson (1988) lembra que o advento de novas tecnologias de captação de histórias contribuiu para a retomada da importância das técnicas de histórias de vida dentro das ciências sociais, principalmente na segunda metade do século passado. A necessidade de utilização de novas maneiras de se captar depoimentos revelou a grande importância em se guardar as histórias dos nossos protagonistas, principalmente diante das transformações ocorridas no país com o êxodo rural a partir da década de 1950. Estas mudanças sociais bruscas condenaram ao desaparecimento muitos saberes tradicionais. Mas a captação e a preservação de oralidades também possibilitou que indivíduos pertencentes a categorias sociais excluídas da história oficial pudessem deixar registradas para sempre uma visão idiossincrática do mundo.

Mas o interesse dos cientistas sociais na utilização de histórias de vida não está ligada apenas à questão da memória.

A organização de arquivos, a constituição de acervos de documentação, o armazenamento de dados, também por si sós não se colocam diretamente como meta a ser alcançada. O que se busca é o esclarecimento de relações coletivas entre indivíduos num grupo, numa camada social, num contexto profissional, noutras épocas e também agora (VON SIMSON, 1988, p.34).

A autora salienta ainda que vivemos hoje um momento privilegiado para se captar, por meio de história oral, e mais particularmente por intermédio de histórias de vida ou de depoimentos pessoais, “a maneira pela qual diferentes camadas sociais, diferentes grupos, homens e mulheres, várias faixas de idade estão experimentando as mudanças que ocorrem, segundo que valores as estão encarando, quais as normas que aceitam para seus comportamentos e quais as que rejeitam.” (VON SIMSON, 1988, p.35).

Ao captarmos esta memória através de depoimentos pessoais, é possível saber a maneira pela qual diferentes camadas sociais vêm experimentando, ao longo das últimas décadas, as mudanças de realidade impostas pela modernidade. O objetivo principal desta organização de histórias é esclarecer as relações entre os indivíduos e seus grupos e entender a capacidade de escolha que determinados indivíduos fizeram dentro de sua caminhada existencial.

Dentro dessa percepção, Velho (1986) defende que as ciências sociais precisam olhar o indivíduo não como um ente acabado, com uma personalidade monolítica, e sim como algo que existe em função de várias experiências e de vários papéis. O indivíduo não é *um* o tempo todo, ele é *muitos*. “Este ‘*ser muitos*’ tem a ver com a sua trajetória e com a sua participação em diferentes mundos e diferentes experiências, e isso nos acompanha o tempo todo”.¹⁵ Nesta discussão, Velho insiste na relevância do que ele chamou de *vivência individual da heterogeneidade*.

Mesmo contextualizando a noção de indivíduo, cabe registrar que é ao nível das biografias de indivíduos específicos que encontramos com mais vigor e dramaticidade a coexistência de orientações e códigos diferenciados. Isso porque nessas biografias assinalam-se trajetórias e papéis complexos, em que oposições do tipo tradicional x moderno ou holista x individualista são percebidas como constituintes de identidades individuais com tudo que possa haver de dramático nisso. Valores contraditórios, anomia, desmapeamento são algumas formas de classificar essas situações (VELHO, 1986, p. 53).

¹⁵ Entrevista concedida em Julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. www.cpdoc.fgv.br/revista/irq/316.pdf

Para Velho os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares, como seus antepassados de todas as épocas e áreas geográficas. Mas, de um modo inédito, estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos. Neste mundo comandado ditatorialmente pela imagem, onde o estresse de informações e de valores domina a formação desses novos indivíduos, existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes em sua escala e extensão (VELHO, 1984).

Como veremos no relato de Rosalina, e também nas entrevistas de algumas de suas parceiras de comunidade, alguns aspectos de sua trajetória existencial são essenciais para entendermos a sua conduta na criação de um campo de possibilidades, sua capacidade de realizar projetos, sua habilidade em mudar os rumos de sua história. Através deste entendimento é possível visualizar sua atuação como líder comunitária, e, conseqüentemente, a suas interferências na vida de seu grupo. Para isso utilizo uma técnica semelhante à “biografia”, como *escrita da vida do outro*, diferente da autobiografia, que expressa o *escrito da própria vida* (PINEAU, 1999). Este *modelo biográfico* pressupõe um distanciamento entre o sujeito/objeto de estudo, e o pesquisador/observador, num dos mais antigos dilemas da antropologia social.

Ferrarotti defende a consolidação da biografia como método autônomo de pesquisa no campo das ciências sociais. A utilização do método biográfico, para o autor, corresponde a uma necessidade de renovação e um rompimento com a sociologia clássica e sua objetividade metodológica, que não dá conta de compreender novos valores da sociedade contemporânea. Ferraroti defende ainda a concepção de uma nova antropologia, que dê conta de novas interpretações, já que “[...] as pessoas querem compreender a sua vida quotidiana, as suas dificuldades e contradições, e as tensões e problemas que esta lhes impõe. Deste modo, exigem uma *ciência das mediações* que traduza as estruturas sociais em comportamento individuais ou microssociais [...] a biografia parece implicar a construção de um sistema de relações e a possibilidade de uma teoria não formal, histórica e concreta, de ação social” (FERRAROTTI, 1988, p. 20 e 21).

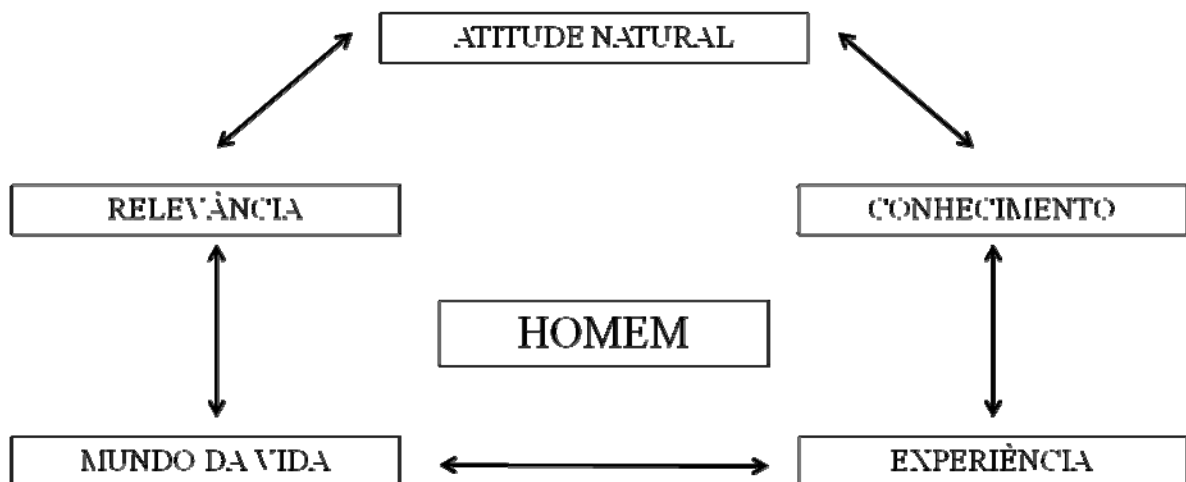
Porém, diante dos perigos da *literalidade*, do *empirismo reificado*, dos fatos que falam por si próprios, da complexa e tempestuosa relação entre as condições objetivas da pesquisa antropológica e o *vivido*, o autor lança um alerta aos que tratam as trajetórias humanas como um fetiche:

Como um médico legista inábil, entrando por engano na sala de operações, eu seccionei conscientemente o vivo com a mesma meticulosidade que presido à autópsia de um cadáver (FERRAROTTI, 1990, p. 41).

CAPÍTULO II

FENÔMENO NO MUNDO DA VIDA

Para Schutz, (1979) o mundo da vida é todo o imenso campo de experiências cotidianas, direções e ações através das quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios. Esses indivíduos manipulam objetos, relacionam-se com pessoas, concebem e põem em prática seus planos. *O mundo da vida cotidiana*, vivenciado e interpretado por nossos predecessores antes do nosso nascimento, agora se dá à nossa experiência e à nossa experimentação. Este mundo é o nosso palco onde iremos executar nossas ações e interações. Nascemos num mundo social pré-organizado, que vai sobreviver à nossa passagem por ele, um mundo compartilhado por semelhantes organizados em grupos, um mundo que tem seus horizontes determinados no tempo e no espaço. É preciso não só se relacionar com ele, mas dominá-lo e modificá-lo para buscar os propósitos que buscamos, se é que buscamos. Neste processo existem os que vencem os obstáculos apresentados por este mundo dado, e os que desistem, se conformam. Schutz focalizou este mundo sob várias perspectivas. Desde a nossa *atitude natural*, com as relações, e proibições, com os objetos, com os costumes, com as leis, até os fatores que determinam as condutas dos indivíduos inseridos nele.



Este esquema nos mostra que a atitude natural, o conhecimento, a experiência, o mundo da vida cotidiana e a relevância, interagem entre si e exercem influência constante sobre o homem. Para Schutz o que uma pessoa sabe é o seu *estoque de conhecimentos*. Logo, este conhecimento terá diferentes domínios de *relevância*, tais como: relevância motivacional, relevância temática e relevância interpretacional. Em seu modelo teórico da compreensão da realidade, Schutz afirma que o mundo da vida cotidiana é intersubjetivo. Ali é que vivenciamos novas experiências e interpretações. Quanto maior for o nosso estoque de experiências, maiores são nossas chances de realizar novas interpretações do mundo em que estamos inseridos. O que nos interessa aqui são as maneiras como o indivíduo se orienta nas situações da vida, da *experiência que armazenou* e do *estoque de conhecimento que tem à mão*.

Schutz propõe uma reflexão sobre as condições do agir e do conhecimento humanos, elementos que constituem as estruturas básicas do mundo da vida, que se manifestam no conhecimento produzido socialmente. Um conhecimento que está sempre relacionado a uma determinada situação vivenciada.

Se por um lado, o conhecimento se dá dentro da experiência da vida, dentro de um fluxo de vivências, por outro lado, também a experiência vivida depende do conhecimento. Neste sentido, toda situação é responsável pela produção de conhecimento, mas também ela depende do acervo de conhecimento existente. Mostra-se aqui a *circularidade* da relação entre conhecimento e mundo da vida. [...] Neste sentido, toda a ação depende do acervo de conhecimento, assim como todo o conhecimento depende da ação que o realiza (BOMBASSARO, 1995, p.103-104).

Esta ação humana é vista como um processo motivacional, ligado a razões e objetivos, que são guiados por antecipações na forma de planejamento e de projeção. Através de meu ato de reflexão as experiências são apreendidas, acentuadas, marcadas, umas com relação às outras. Para o autor, somente o que já foi vivenciado é significativo, e não aquilo que está sendo vivenciado, já que a experiência é reflexiva e reprodutiva. O comportamento é uma experiência de consciência, portanto, atribuidor de significado. “A experiência do fenômeno, então, nunca é de alguém se *comportando*, mas de alguém que se *comportou*” (SCHUTZ, 1979, p.67).

A nossa vida consciente revela um número indefinido de planos diferentes, desde o plano da ação ao plano do sonho. Esses diferentes graus de tensão de consciência estão relacionados aos nossos diferentes interesses na vida, onde a ação se apresenta como o nosso interesse maior, o interesse em enfrentar e modificar a realidade. Já o sonho seria a

nossa falta total de interesse. “A atenção à vida, é portanto, o princípio regulador básico de nossa vida cotidiana. Define os aspectos do mundo que são relevantes para nós; articula o fluxo contínuo de nossa corrente de pensamento; determina a extensão e a função de nossa memória” (SCHUTZ, 1979, p.68). Somente o indivíduo que desempenha, que trabalha, que age, está inteiramente interessado na vida. Ele vive dentro dos seus atos, e sua atenção está exclusivamente voltada para a realização de seu projeto, para a execução de seu plano.

O homem, na sua vida diária, tem a disposição um *estoque de conhecimento à mão*, que lhe serve de código de interpretação e determina sua antecipação das coisas que virão. Os problemas que temos que solucionar durante nossa caminhada divide o nosso estoque de conhecimento em zonas de relevância.

Assim, o mundo social no qual o homem nasce e tem de achar seu caminho é por ele vivenciado como uma rede fina de relacionamentos sociais, de sistemas de signos e de símbolos com sua estrutura de significados particular, de formas institucionalizadas de organização social, de sistemas de status e prestígio, etc. O significado de todos esses elementos do mundo social, em toda a sua diversidade e estratificação, assim como o padrão de sua própria textura, é tido como pressuposto pelas pessoas que nele vivem (SCHUTZ, 1979, p.80).

Assumir o mundo como um pressuposto, como inquestionável, significa aceitá-lo do mesmo modo como nos foi apresentado. Também significa que este mundo vai continuar sendo da mesma maneira como foi até aqui. É dentro dessa zona de coisas pressupostas que temos de encontrar nosso caminho. E é o nosso *interesse à mão* que motiva todo o nosso pensar, o nosso projetar, o nosso agir, e estabelece os problemas a serem atingidos por nossas ações. A função seletiva do interesse organiza o mundo para mim em estratos de maior ou menos relevância.

Schutz defende que o indivíduo precisa estar livre para escolher de que grupo quer ser membro e de que papel social quer ser incumbido. Aquele que vive no mundo social é um ser livre. Esta liberdade se dará através do meu conhecimento do mundo. Mas só uma parte deste conhecimento se origina da minha experiência pessoal. A maior parte é derivada do social, dada por meus amigos, meus pais, meus professores e os professores dos meus professores. E isso inclui distintos estilos de vida que nos são apresentados, meios singulares de entrar em harmonia com ambientes muitas vezes hostis, receitas eficientes para a utilização “de meios típicos que provocam fins típicos em situações típicas. O meio tipificador *par excellence*, através do qual o conhecimento social é transmitido, é o vocabulário e a sintaxe da linguagem cotidiana.” (SCHUTZ, 1979, p.96).

Schutz salienta que o que o sociólogo chama de “sistema”, “papel”, “status”, “expectativa de papel”, “situação” e “institucionalização” é vivenciado pelo ator na cena social em termos muito diferentes. Para este ator todos os fatores designados por esses conceitos são elementos de uma rede de tipificações. O conhecimento dessas tipificações é gerado socialmente, ou seja, é uma herança. Através dessas tipificações os indivíduos criam seus padrões de linhas de ação, selecionam seus motivos e objetivos, dando origem, muitas vezes, a outros produtos sócio-culturais. E a *ação* praticada por estes indivíduos é para Schutz a conduta que é prevista, que é baseada num projeto pré-concebido. O estado de coisas que motivaram o meu projeto de uma *ação* futura, que será levada a cabo por alguém, é determinada em função de “motivo a fim de”, que transforma a fantasia interior em desempenho, ou ação, que afeta o mundo exterior. Mas Schutz sugere uma oposição à classe de “motivos a fim de”, que foi chamada “motivos por que”. O indivíduo foi motivado a praticar algum ato porque cresceu dentro de um determinado ambiente e teve contato com determinadas experiências. O que é motivado numa ação no modo “por que” é o projeto da ação em si, é o sistema de planos no qual se fundamenta a constituição de alternativas.

Motivo pode ter um significado subjetivo e um significado objetivo. Subjetivamente, refere-se à experiência do ator que vive o processo de atividade em curso. Para ele, motivo quer dizer o que ele realmente tem em vista como atribuidor de significado à sua ação em curso, e isso é sempre o “motivo a fim de”, a intenção de realizar um estado de coisas projetado, atingir um objetivo preconcebido. Na medida em que o ator vive em sua ação em curso, ele não tem em vista os seus “motivos por que”. Somente quando a ação é realizada, quando, na terminologia que propusemos, ela se torna um ato, é que ele pode voltar-se para a sua ação passada, como um observador de si próprio, e investigar em que circunstâncias foi determinado que fizesse o que fez (SCHUTZ, 1979, p.125).

Para agir conscientemente é preciso consultar o mapa de nossas experiências. Estamos *conscientes* de uma ação somente quando a contemplamos como já terminada, já feita, como um ato. Isso também vale para o projeto. O indivíduo também pode apelar para o seu estoque de receitas, sua vocação, suas experiências práticas. Sua escolha será deliberada e será colocada em ação aquela que tem maior chance de sucesso. Mas Schutz lembra que só há racionalidade no conhecimento se todos os elementos dentre os quais o ator tem de escolher são claros. A escolha em si só é racional quando o ator seleciona, dentre todos os meios ao seu alcance, o mais apropriado para realizar o fim intencionado.

Todo “projetar”, dentro da fenomenologia, consiste numa antecipação da conduta futura por meio da fantasia, porém, projetar é mais do que fantasiar. O projeto é a

fantasia motivada. A característica essencial do projeto é a possibilidade prática de desenvolver a ação projetada. Essa possibilidade depende do nosso estoque de conhecimento à mão.

3.1 A CUMPLICIDADE E A ESPERANÇA

Schutz desenvolveu dentro do seu tratado fenomenológico uma tese geral da reciprocidade de perspectivas tentando entender a troca de pontos de vista e a harmonia de valores entre os indivíduos. Os objetos do mundo possuem significação distinta para as pessoas, mesmo estas vivendo num grupo social que luta pelos mesmos fins. Mas o senso comum supera as diferenças quando eu me coloco no lugar do outro, ou quando “nós” assumimos, escolhemos, interpretamos os objetos de maneira idêntica, visando nossos propósitos. O autor ainda chamou de situação “face a face” quando o Outro está ao alcance da minha experiência direta compartilhando comigo os mesmos tempo e espaço. Nesta *orientação para o Tu*, seria possível inclusive captar os pensamentos alheios. Se o Outro, de um modo semelhante, coordenou as minhas experiências com as dele, então ambos podemos dizer que “Nós” dividimos a mesma corrente de consciência comum. O relacionamento do “Nós”, sendo espacial e temporal, abrange tanto o corpo como a consciência da outra pessoa.

Para esse encontro com a outra pessoa, trago todo um estoque de conhecimento previamente constituído. Isso inclui tanto o conhecimento geral do que outra pessoa é, em geral, quanto qualquer conhecimento específico que eu possa ter sobre a pessoa em questão. Inclui conhecimento dos códigos de interpretação de outras pessoas, seus hábitos e sua linguagem. Inclui conhecimento dos “motivos a fim de” e “motivos por que”, pressupostos dos outros em geral e dessa pessoa em particular. E quanto estou face a face com alguém meu conhecimento dessa pessoa aumenta a cada momento. Minhas idéias dela passam por revisão contínua, conforme a experiência concreta se desenvolve. Pois nenhum relacionamento social é um Ato intencional isolado. Ao contrário, consiste numa série contínua de Atos (SCHUTZ, 1979, p.187).

Schutz acreditava que o que dinamiza a nossa compreensão mútua é a *reciprocidade de motivos*. Um ator social, ao se dirigir a outra pessoa, seja do seu grupo social ou de um estranho que desperta interesse, espera provocar uma reação. Assim, a reação desejada e esperada do outro é o “motivo a fim de” do primeiro ator. Se o outro compreende a intenção, entende a mensagem que foi anunciada, desperta para uma situação que precisa ser

mudada, o “motivo a fim de” de quem iniciou a interação se transforma no “motivo por que” de quem reagiu (SCHUTZ, 1979).

Através desse espelhamento um do outro, desse cruzamento de olhares e intenções, podemos ser testemunhas dos nossos projetos, e também das nossas frustrações e realizações. É somente no relacionamento do “Nós” é que se pode vivenciar o curso da ação, desde o seu nascimento como projeto, até o seu resultado final. Ainda essencial na situação face a face é o fato de você e eu termos o mesmo ambiente.¹⁶ Os episódios que compõem as nossas biografias estão repletos de experiências que vivenciamos juntos, captadas dentro do nosso relacionamento; eu e você vivenciamos estas experiências dentro de um ambiente comum e de uma consciência comum.

Esta situação se dá pela compreensão de que os sujeitos motivam-se reciprocamente em suas atividades espirituais. Não poderíamos ser pessoas para os outros, nem para nós mesmos, se não houvesse uma conexão intencional de nossas vidas conscientes. Assim originam-se os relacionamentos de compreensão mútua e o consentimento e, conseqüentemente, *um ambiente comum de comunicação*. A comunicação bem sucedida só é possível entre pessoas e grupos sociais que compartilham um sistema de relevância similar. Quanto maiores as diferenças entre seus sistemas de relevância, menores as chances de sucesso na comunicação. As pessoas que participam do ambiente de comunicação são dadas umas às outras, não como objetos, mas como aqueles que vivenciamos diretamente numa comunidade social. A sociabilidade se constitui através de atos comunicativos em que o *Eu* se volta para os outros, apreendendo-os como pessoas que se voltam para ele, e todas conhecem esse fato. “A fala do outro e a nossa escuta são vivenciadas em simultaneidade vívida” (SCHUTZ, 1979, p.162).

Isso significa que o outro é como eu, é capaz de agir e de pensar, que nossos pensamentos se entrelaçam, as nossas *vidas conscientes* revelam a mesma estrutura de tempo, com todas as experiências de retenções, reflexões e antecipações. Schutz acreditava que toda comunicação possível pressupõe um relacionamento de afinção mútua entre o comunicador e o receptor da comunicação. “Esse relacionamento se estabelece através do compartilhar recíproco do fluxo de experiências do tempo interior do outro, através de vivenciar um presente vívido juntos, através de vivenciar esse conjunto como um *Nós*” (SCHUTZ, 1979, p.212).

¹⁶ “Ambiente” para Schutz é a parte do mundo exterior que posso apreender diretamente. Isso incluiria não só o ambiente físico, mas também o social, com todos os seus artefatos culturais, línguas, etc. .

Do ponto de vista da Fenomenologia, a resposta para o conceito de *sociedade* deve ser procurada nas intenções e orientações dos indivíduos guiados por seu conhecimento daquelas esferas da vida social relevantes para a sua própria existência. Como ninguém é capaz de saber tudo, e, muitas vezes, como a maior parte dos indivíduos de um determinado círculo social não tem acesso ao conhecimento e à educação adequada, é preciso construir um acordo, uma combinação dos conhecimentos parciais, fragmentários, e, frequentemente vagos, dos indivíduos. Isso, em resumo, é o que Schutz chamou de *distribuição social do conhecimento*. O que eles compartilham uns com os outros é parte do *mundo ao alcance comum* do grupo (SCHUTZ, 1979).

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS E PODER SOCIAL

São inúmeros os autores das Ciências Sociais que desenvolveram teorias complexas, realizaram análises profundas, construíram fundamentações históricas, acerca dos diversos tipos de movimentos sociais que acompanham a história da humanidade. Este trabalho tem a ousadia de pretender contribuir para estes estudos. Porém acredito ser necessário uma apreciação de alguns fatores recentes para entender em que contexto surgiram a Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, e a sua líder e objeto de estudo desta dissertação, Rosalina Teixeira da Cruz Batista.

A Revista Exame de Outubro de 2006 traz uma longa reportagem sobre as Organizações Não-Governamentais, que são apresentadas, logo na capa, como “*os novos inimigos do capitalismo*”. Os autores da matéria escreveram que as ONGs ocuparam o espaço das antigas esquerdas no combate ao agronegócio, à globalização e à economia de mercado. Num tom alarmista, a Revista é taxativa ao afirmar que “em qualquer época da história, sempre há quem se oponha às mudanças e ao desenvolvimento.” Os exemplos citados são muitos: Greenpeace X Plantadores de soja, Índios X Aracruz Celulose, MST X Transgênicos, etc.

As ONGs surgiram no mundo em meados dos anos 40 e, durante muito tempo, estavam mais associadas a trabalhos de filantropia. Nas décadas mais recentes, essas organizações se multiplicaram e ganharam popularidade levantando bandeiras ambientalistas, como a defesa das baleias e a oposição à construção de usinas nucleares. A queda do Muro de Berlim, em 1989, foi um marco na história das ONGs. A derrocada dos regimes socialistas deixou uma lacuna ideológica que, aos poucos, foi sendo preenchida pelas organizações não-governamentais (SEIBEL; GIANINI, 2006, p.27).

A reportagem segue analisando as “Caixas-Pretas”¹⁷ dessas organizações. Diversas críticas ao uso de recursos públicos por parte de ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) voltaram à tona durante o último processo eleitoral. O Congresso Nacional é palco novamente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI),

¹⁷ No dicionário o termo “Caixa-Preta” designa qualquer sistema cujas funções internas são desconhecidas e cujo funcionamento é estudado mediante avaliação das relações entre valores de entrada (input) e de saída (output). Na aeronáutica a “Caixa-Preta” é um aparelho que registra as mensagens trocadas entre tripulantes de aeronaves e órgãos de controle de voo, além de gráficos das reações aerodinâmicas da aeronave em voo, o que permite desvendar as causas de acidentes. O termo utilizado na reportagem denota que estas organizações possuem mecanismos misteriosos, cujo funcionamento não pode ser visto ou compreendido.

para apurar a liberação de dinheiro público para estas organizações e a utilização destes recursos durante os primeiros quatro anos da gestão Lula. O mesmo Congresso já havia sido palco de uma CPI com os mesmos objetivos, que funcionou de fevereiro de 2001 a dezembro de 2002. Segundo o assessor jurídico da Associação Brasileira de ONGs, (Abong), Alexandre Ciconello, o relatório final distorceu fatos, não aprofundou as investigações, e concluiu que as ONGs, neste universo “enorme e variado, em sua maioria esmagadora, atua legalmente, de boa fé e presta bons serviços”.¹⁸

O certo é que existe hoje uma falta de controle sobre as atividades das ONGs no Brasil. Não se sabe nem sequer o número dessas organizações que atuam no país. O último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi feito em 2002 e registra a existência de aproximadamente 275 mil entidades do tipo.¹⁹

Mas porque estas entidades proliferaram no país nas últimas décadas do século passado? Qual o papel dessas organizações na melhoria da qualidade de vida de populações miseráveis? Porque as ONGs, como organizações vivas, vêm substituindo o Estado em suas funções básicas?

A construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nos últimos dois séculos, que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Para Scherer-Warren, (1993) os países em desenvolvimento – entre os quais o Brasil é um caso exemplar – apresentam, ao lado de seus processos de modernização, a *desmodernização*²⁰ política, ou seja, a incapacidade do Estado em gerenciar satisfatoriamente os serviços públicos indispensáveis. Em conseqüência disso surgem a exclusão econômica, a pobreza e o aumento da desigualdade social, a desordem urbana e a escalada da violência organizada.

Vivemos numa sociedade onde a política não intermedia mais a relação do indivíduo com a economia e onde as instituições públicas vivem um longo processo de

¹⁸ A íntegra do relatório final da CPI das ONGs pode ser conferida no sítio: www.abong.org.br.

¹⁹ Acredita-se que hoje este número já tenha passado de 300 mil entidades. Deste total apenas 4,5 mil estão legalmente registradas no Ministério da Justiça. Toda esta enormidade de entidades é fiscalizada por apenas 12 funcionários da Justiça, tornando impossível o controle efetivo das atividades. O governo federal destinou, só em 2006, R\$ 3 Bilhões a ONGs e OSCIPs, segundo dados do Ministério do Planejamento. O valor corresponde a 1,29% do Produto Interno Bruto (PIB). Do total, técnicos do governo, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) calculam que quase a metade, R\$ 1,5 bilhão, tenha sido desviada da finalidade original dos convênios. Os projetos que mais apresentam irregularidades estão incluídos no Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação. Entre os problemas revelados estão turmas fantasmas, professores sem receber e alfabetizadores contratados à revelia. Porém há milhares de entidades que funcionam nos mais rígidos critérios de honestidade e zelo pelo dinheiro público, que prestam serviços essenciais à sociedade, e que estão ameaçadas com a exposição da falta de controle do governo federal. (fonte: O Estado de São Paulo, edição nº 41536, de 8 de julho de 2007)

²⁰ Termo cunhado por Alain Touraine na obra: “Podemos Viver Juntos?”.

declínio. Se a política se *dessocializa*, o trabalhador, como ator social, perde espaço e função. Dentro desta sociedade injusta, sobrevive um espaço de condutas coletivas baseado num imaginário social que visualiza a possibilidade de criação de alternativas futuras positivas. “Trata-se do espaço de sobrevivência dos sonhos, das utopias ou, pelo menos, de aposta nas possibilidades de autocriação social” (SCHERER-WARREN, 1993, p.114). A autora vai mais longe e apresenta alguns pré-requisitos para a formação de um Movimento Social. Primeiro é preciso um reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidade social e política. Em segundo aparece o desenvolvimento de uma sociabilidade política, sem a qual não há um Movimento Social nem um projeto coletivo em torno do qual lutar. E por fim é preciso a construção de um projeto de transformação. A participação coletiva é um processo dialógico onde são cultivados conceitos como troca, responsabilidade, tolerância, e o pleno exercício do dar e receber (SCHERER-WARREN, 1993).

Para Touraine, um movimento social é o esforço de um ator coletivo para se apossar dos “valores” e das orientações culturais de uma sociedade. Ele defende que é preciso reconhecer que as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas “mudar a vida”, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha: “Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. [...] Ele visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo a vitória sobre um adversário social.” (TOURAINÉ, 1994, p.251) Para o autor, o movimento social é a ação coletiva de defesa do sujeito contra o poder da mercadoria, da empresa e do Estado, e ainda, é a luta contra os aparelhos de dominação e a denúncia da ausência do próprio Estado. Sem a participação num movimento social, o sujeito se perde na sua própria individualidade. O movimento social é a manifestação do *Sujeito*, e este não existe sem o engajamento social e o desprendimento. Touraine defende que a democracia é antes de tudo um regime político que permite aos atores sociais formar-se e agir livremente. Não há democracia onde reinam o dinheiro, o clientelismo, a corrupção. A democracia não é o triunfo do povo, mas vitória da capacidade criadora e transformadora dos indivíduos (transformados em Sujeito) e das coletividades, sobre o mundo tecnicista e institucional.

São os seus princípios constitutivos que comandam a existência dos próprios atores sociais. Só há atores sociais se se combinar a consciência interiorizada de direitos pessoais e coletivos, o reconhecimento da pluralidade dos interesses e das idéias, particularmente dos conflitos entre dominantes e dominados, e enfim a responsabilidade de cada um a respeito de orientações culturais comuns (TOURAINÉ, 1994, p.345).

Tradicionalmente, a população brasileira esteve centrada na sobrevivência e as elites sempre reprimiram com violência qualquer forma de organização em demanda de direitos. É só perceber a reação do Poder Público e da Mídia em relação à atuação do MST, por exemplo.²¹ Porém, para Paoli, a indignação pública estaria informando um deslocamento no campo da discussão política. As bases legitimadoras do exercício do poder estão sendo julgadas. A população já não vê o Estado como a instituição que dá, que faz, que protege. A população cobra a responsabilidade dos governantes para com a república. A opinião pública questiona os privilégios tradicionalmente aceitos de quem tem poder e por outro lado cobra mais transparência na gestão pública. Os movimentos sociais modernos cobram, cada vez mais, um deslocamento deste paradigma:

É isto o que constitui o significado primeiro dos movimentos sociais: ao proporem a autonomia da ação coletiva, eles trabalham também para a valorização de uma sociedade finalmente política, e aberta aos conflitos através de uma referência democrática: nem mais párias à política, nem mais súditos do Estado, mas cidadãos (PAOLI, 1998, p.503).

Durante a década de 70 deu-se a discussão de um trabalho mais abrangente, que começa a ampliar uma visão sobre igualdade e cidadania. Destacam-se nestas discussões, a violência contra a mulher, o planejamento familiar, a igualdade de salários, a exigência de creches nas empresas, a dupla jornada de trabalho, a divisão sexual do trabalho e a participação política feminina. A Igreja Católica teve papel relevante nestas organizações. Uma das principais organizações comunitárias femininas desta época foram os Clubes de Mães, que agiam como elemento socializador, desenvolvendo novos valores e novos comportamentos. As mulheres não “existiam” como indivíduos, já que apenas pertenciam à unidade familiar cumprindo o seu papel de esposas, mães e irmãs. “As *necessidades* das mulheres demoraram para ser reconhecidas como direitos individuais e, ao invés, foram

²¹ Numa experiência como professor de jornalismo na UNOPAR, no ano de 2004, perguntei aos meus alunos, quase todos provenientes de famílias com alto poder aquisitivo, o que eles achavam do MST. As respostas variaram entre “bando de arruaceiros”, “criminosos”, “destruidores de propriedade privada”, “crime organizado”, entre outras acusações. Depois perguntei se algum dia eles haviam visto na mídia alguma matéria ou reportagem que mostrasse algum aspecto positivo do MST. Ninguém, numa platéia de 45 alunos, disse que sim. Basta assistir a um telejornal, ouvir o noticiário radiofônico ou ler os jornais de maior circulação para perceber que os aspectos positivos da realidade das nossas periferias raramente são mostrados. Mas o tratamento que esta mesma mídia dá para movimentos sociais como o MST é muito mais pernicioso e violento. As inúmeras iniciativas de transformação social propostas pelo MST jamais são mostradas. As dezenas de assentamentos espalhados pelo país e que servem de exemplo de sucesso da reforma agrária simplesmente não existem para os nossos meios de comunicação. As atitudes criminosas de fazendeiros que ocuparam terras devolutas do Estado através de grilagem, como é o caso da maior parte do Pontal do Paranapanema, no interior de São Paulo, não são expostas à nossa sociedade. Para a nossa mídia o grande vilão do Pontal é um sujeito chamado José Rainha.

definidas como um limite para a capacidade de cidadania; e os *deveres* das mulheres foram utilizados como razão da sua exclusão da própria cidadania” (SARACENO, 1995, 206).

Para Paoli, o movimento de mulheres no Brasil nesta época constitui-se em duas faces: uma representada por grupos feministas e outra por grupos de mulheres organizados nas periferias dos centros urbanos, nas comunidades rurais e nos sindicatos (PAOLI, 1998). É dessa segunda face que interessa a esta pesquisa.

O início da década de 80 viveu um período histórico de constituição de novas identidades coletivas. Com o enfraquecimento da repressão e com os gritos por liberdade e democracia, a sociedade civil se mobilizou através de entidades constituídas em torno de carências comuns. A anistia de presos e exilados políticos, a luta por direitos humanos, o direito a representação sindical, a igualdade de gêneros, etc., moldaram e apresentaram os futuros líderes da nação.

Neste sentido, para Gohn, não resta a menor dúvida de que, no plano geral, a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros dos últimos 30 anos foi a reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da luta pelo fim da ditadura militar e a retomada da democracia, “trata-se da reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.” (GOHN, 2004, p.320). Com a democratização do país, estes movimentos foram obrigados a desenvolver capacidades de negociação política para continuar sobrevivendo e atuando.

Os anos 80 trarão um panorama novo na prática e na teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos. Na prática, surgem novas lutas como pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos de desempregados; movimentos pela saúde (GOHN, 2004, p.279).

Segundo pesquisa realizada em 1986 pelo Instituto de Estudos de Religião (ISER), o país possuía naquela época aproximadamente 1000 ONGs atuantes. Através da mesma pesquisa concluiu-se também que essas ONGs agiam na organização dos sindicatos e das associações de trabalhadores, na educação popular, no fortalecimento político e social das minorias, no desenvolvimento das questões ditas ‘alternativas’, como a ecologia e a paz, nas

atividades de denúncia com relação aos 'direitos humanos', na produção de conhecimento e na democratização das informações (LANDIM, 1988).

Diante desta nova perspectiva, que surge com a democratização do país, Grzybowski acredita que esses movimentos se apresentam como espaço de socialização política, permitindo aos trabalhadores o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar. Com isso surge a possibilidade de uma identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações. E "finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais".(GRZYBOWSKI, 1987, p.59).

Gohn defende que os anos 90 surgem como a grande era das Organizações Não-governamentais.(GOHN, 2004) As políticas econômicas dão suporte às atividades na economia informal, favorecendo oportunidades para a abertura de negócios que contratam mão-de-obra com custos mais reduzidos, não-afiliada a sindicatos, sem os direitos sociais etc. A produção semi-artesanal, muitas vezes ocorrendo na própria unidade doméstico-familiar, passa a ocorrer num cenário dominado pela fragmentação e pulverização das atividades produtivas e das relações sociais em geral. O número de pessoas sem-teto, morando permanentemente nas ruas, cresce assustadoramente. O número de crianças que passam o dia nas ruas e praças passará a compor o cenário das cidades de qualquer tamanho no país. A violência cresce de forma generalizada, os assaltos, furtos e seqüestros passam a ser uma rotina na vida de qualquer cidadão. O medo e a incerteza predominam, ainda que a economia tenha se estabilizado com a criação da nova moeda, o Real.

É nesse cenário que surgem os novos atores políticos e sociais que ganharam força depois de promulgada a Constituição de 1988: mulheres, jovens, negros, índios, quilombolas,²² e os pobres, os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho.

O movimento operário foi além da denúncia contra a opressão para inserir-se em um horizonte democrático mais amplo. As mobilizações já não são simplesmente para reclamar salários e condições de trabalho, e sim pelos direitos dos trabalhadores como cidadãos. Os movimentos feministas também são espaços públicos onde as mulheres lutam por participação no mercado de trabalho e nas políticas partidárias. Movimentos negros que reclamam o direito de resgatar sua identidade e lutam contra o preconceito. Os trabalhadores rurais se organizam para lutar pelo direito à terra e à reforma agrária. As nações indígenas

²² Os quilombolas são os descendentes dos escravos refugiados em quilombos. Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, existem mais de 1.000 comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro, mantendo-se vivas e atuantes. Até agosto de 2006, em todo o Brasil, apenas 114 dessas comunidades tinham as suas terras tituladas, como está previsto na Constituição de 1988. www.cpis.org.br

reagem à aniquilação inevitável de sua cultura e articulam uma organização que afirma seus direitos espaciais e temporários. E finalmente nas cidades, há grupos que lutam por casa, saúde, educação, transporte, alimentação, creches etc.

Estes novos intérpretes da realidade surgem num cenário de decepção da sociedade civil com a política, tanto com a praticada pelas elites dirigentes como com aquela praticada pelos partidos políticos, que progressivamente foram perdendo a capacidade de articular as demandas das camadas populares e médias.

Este espaço é trabalhado pela ética e a solidariedade, enquanto valores motores de suas ações, resgatando as relações pessoais, diretas, e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, hobbies, lazeres, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos, etc. No Brasil, esse papel passou a ser desempenhado pelas ONGs, que fazem a mediação entre aqueles coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais. [...] isso resultou na construção de uma nova esfera, ou subsfera, entre o público e o privado, que é o público não-estatal, e no surgimento de uma ponte de articulação entre estas duas esferas, dadas pelas políticas de parcerias (GOHN, 2004, p.301).

Estas *políticas de parcerias* alimentaram as discussões acerca da institucionalização dos movimentos sociais, ou, como alguns autores perceberam, da *cooptação* desses novos atores pelos aparelhos Estatais. No caso específico do movimento das mulheres, Alvarez alertou para o risco da domesticação imposto pelo Estado. “Essa tendência de absorção e institucionalização das reivindicações políticas do movimento feminino autônomo e não partidário pode prejudicar o progresso de erradicação da desigualdade com base em gênero, ao impedir a pressão política de fora do governo, o que é crítico para mediar a propensão do Estado de cooptar as mulheres e suas questões para que se incorporem aos objetivos ‘maiores’ do regime político vigente” (ALVAREZ, 1988, p.357). Já Machado analisa a relação entre os movimentos sociais e o Estado como uma ligação recíproca e dinâmica, onde existe uma via dupla no relacionamento entre a administração e a mobilização, por meio da qual uma legitima a outra.

Quanto mais institucionalizado for o movimento, maior o acesso às autoridades, e maior sua credibilidade no seio da população diretamente interessada na sua ação. Esta situação institucional, todavia, engloba um círculo vicioso que ainda não foi quebrado no campo dos movimentos sociais no Brasil. Os movimentos tendem a favorecer e apoiar os políticos que possam apoiá-los, mesmo com a alternância do poder de forças políticas distintas. [...] Em todo caso, é nesta ‘alternância’ e na politização conflitante

da maioria dos movimentos no Brasil [...] que reside o potencial para a democratização da sociedade (MACHADO, 1995, p.139).

Para Santos e Ota, pode-se concluir que a grande contribuição dos movimentos sociais, principalmente os urbanos, tem sido, nas últimas décadas, o de consolidar o significado de cidadania, não só nas conquistas materiais, na estruturação de espaços públicos, mas essencialmente na constituição de uma nova identidade coletiva com força para efetuar mudanças, realizar projetos e alcançar objetivos. “O movimento social pode ser pensado como um espaço em que se constroem novos sujeitos sociais que, ao reivindicarem o direito de participarem, dão um passo na direção de uma sociedade realmente democrática. A noção de cidadania não contempla apenas o direito de ser igual, mas também o direito à diferença.” (SANTOS; OTA, 2002, p.14) Para a concretização destes espaços e da transformação do indivíduo num sujeito da ação, é fundamental a participação efetiva da população. Esta mobilização comunitária se dá com o desenvolvimento do sentimento da ação coletiva. E este processo geralmente é desencadeado através de uma liderança que se destaca dentro do grupo:

As lideranças são as pessoas que exercem influência sobre determinado público devido ao seu papel social, ocupação ou trabalho. Deve ser capaz de readequar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade. É diferente dos chamados “multiplicadores” pois não apenas reproduz um conteúdo, mas o interpreta e o amplia, adequando-o ao seu público (SANTOS; OTA, 2002, p.29).

É esta liderança que irá despertar no seu grupo, na sua comunidade, a vontade de atuar num propósito comum. Ela irá apresentar uma interpretação da realidade e um sentido que deverão ser compartilhados pelos seus. E a mobilização só ocorre quando esta comunidade decide agir, se sente responsável e capaz de provocar mudanças, se sente contaminada pelo poder da escolha, e, de alguma maneira, é açulada à trilhar o caminho da liberdade. É justamente neste ambiente transformador que surge o Clube de Mulheres Batalhadoras em 1991, que posteriormente se transformará numa Associação. Este embrião irá nascer, crescer e *contagiar* outras entidades vizinhas ao Jardim Franciscato, numa cadeia comunitária impossível de ser desmantelada.

3.1 ESPAÇO PÚBLICO, PALCO, AÇÃO E DISCURSO

Proponho novamente uma outra troca de idéias com outra autora que, a primeira vista, não poderia dialogar com as concepções teóricas deste trabalho. Porém, tomo emprestado alguns conceitos de Hannah Arendt, como Poder, Espaço Público, Ação e Discurso, que, tenho certeza, se encaixam nas hipóteses que defendo e ajudam a explicar alguns fenômenos que serão analisados na Segunda Parte deste trabalho.

O poder, em Hannah Arendt, não tem o significado de ordem-obediência. Segundo ela, o poder, assim como encarado na Grécia antiga, é um fenômeno coletivo. O poder, ao contrário da força, pertence ao grupo e só existe enquanto o grupo permanecer unido. “Enquanto a força é qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam.” (ARENDDT, 2005, p.211). O poder só é efetivado quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais; quando as palavras são usadas não para velar intenções, e sim para revelar realidades; quando os atos não são usados de maneira despótica, tirânica, para violar e destruir, e sim para criar relações. No espaço público os homens devem expor suas opiniões por meio do discurso, em vista das decisões que concernem a todos.²³

A igualdade dos homens na política se deve à possibilidade de comunicação mútua. Portanto, para Arendt, o poder não é opressão, nem coerção, mas sim aptidão humana para agir em conjunto. “É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam” (ARENDDT, 2005, p.86). A liberdade e a política se vinculam porque é na organização política que os homens encontram liberdade; e sem espaços públicos não existe liberdade.

Segundo Laisner, a política para Arendt não se restringe à arena dos partidos políticos e do Estado. Isto decorre do fato de Arendt referir-se à política como um espaço no qual as decisões dizem respeito a todos e que tem como fundamento a participação de todos.²⁴

²³ É necessário situar a visão de Arendt acerca das atribuições da vida na esfera pública, especialmente a ação política, e também as atividades necessárias para a preservação da vida e do mundo humano, o que ela definiu como *Vita activa*. Em oposição à vida contemplativa, a *Vita activa* pressupõe três fatores essenciais: labor, trabalho e ação. O Labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do ser humano. A condição humana do Labor é a própria vida. O Trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. O Trabalho produz o mundo “artificial” das coisas. Já a Ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria. A Ação corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo.(ARENDDT, 2005).

²⁴ Arendt lembra, em *A Condição Humana*, que “pode-se facilmente imaginar como essa vida política comum era cheia de preocupações, quando se recorda que a lei ateniense não permitia que um cidadão permanecesse neutro, e punia com perda de cidadania aqueles que não quisessem tomar partido em disputas faccionárias” (ARENDDT, 2005, p.23).

Esta interpretação da política que faz Hannah Arendt é portanto, uma interpretação que amplia o espaço da política retirando-a do espaço restrito do Estado e trazendo-a para o âmbito da sociedade como um todo ao referir-se a um espaço onde as decisões dizem respeito a todos. Sua noção de política implica em uma troca de falas onde todos participam, o que supõe a existência de um espaço público onde as pessoas se sintam participantes e atuantes politicamente (LAISNER, 1998, p.96).

O conceito de separação entre a esfera pública e privada aparece a partir do surgimento da cidade-estado na Grécia antiga. O espaço privado está vinculado à família, local das atividades econômicas que visavam a produção de artefatos necessários à vida e à existência humana, como alimentos, vestuários e abrigos. É o espaço do trabalho. Na esfera familiar os homens vivem juntos para garantir sua sobrevivência, e predominava o domínio do chefe da família que o exercia de forma despótica e muitas vezes com violência. O trabalho e a fabricação demandavam comando e obediência. Nesta ótica, para os gregos, as atividades da vida privada impediam a obtenção da liberdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão. O homem privado não se dá a conhecer, e portanto, para Arendt, é como se não existisse (ARENDRT, 2005). Este espaço privado tomou outras dimensões na sociedade moderna, mas os chefes de determinados grupos continuam a defender seus interesses individuais (mesmo, muitas vezes, utilizando espaços públicos como se fossem seus domínios) com punhos de ferro ou através de mecanismos de dominação mais sutis, como os meios de comunicação de massa.

O espaço público está vinculado à vida política. Os assuntos de interesse coletivo eram decididos pelas palavras e pela persuasão, e não pela violência e a força. A vida pública se realizava na *ágora*, praça onde se reuniam os cidadãos para discutir os assuntos de interesse da *polis*.²⁵ Era o espaço onde os homens podiam atingir a imortalidade por meio de seus feitos, construídos pela ação, gestos e palavras.²⁶ Neste ambiente todos os homens são iguais, sem a necessidade de comando ou violência, permitindo o exercício da liberdade. Para Arendt a pluralidade humana é a condição básica da ação e do discurso, onde

²⁵Polis: reunião de cidadãos, sob mesmas leis e território, conformando a cidade-estado. É desta palavra que deriva o termo “política”. Além da vida privada, o homem possuía uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Eram duas ordens de existência: a vida com aquilo que lhe era próprio (*idion*) e a vida com aquilo que era comum a todos os integrantes da *polis* (*Koinon*) “A rigor, a polis não é a cidade-estado em sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam. *Onde quer que vás, serás uma polis*. [...] Trata-se do espaço da aparência, no espaço no qual eu apareço aos outros, e os outros a mim.”(ARENDRT, 2005, p.211)

²⁶Para Arendt, “*Aien aristeuein kai hypeirochon emmenai allon*” (ser sempre o melhor e destacar-se entre os outros) é a principal preocupação dos heróis gregos. A palavra “herói” era apenas um modo de designar

o homem se distingue dos demais, porém sem se tornar diferente.²⁷ A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros. E nenhuma outra atividade humana, sugere a filósofa, precisa tanto do discurso como a ação. É como uma marca própria do agente transformador: sem a ação não existe possibilidade de convivência humana. “Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer se imaginada fora da sociedade dos homens” (ARENDDT, 2005, p.31)²⁸ O indivíduo, ao agir entre os outros, revela-se.

O espaço público seria uma forma de sociabilidade que pressupõe dois fenômenos. Primeiro: tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e sua divulgação se torna mais eficaz. A aparência constitui a realidade porque é aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos. Desta forma vai-se construindo um mundo comum que articula os indivíduos em torno daquilo que se configura como *interesses comuns* (LAISNER, 1998). Por meio da opinião, persuasão e discussão, chega-se a um acordo e a um consentimento público, sem que este acordo anule as diferenças.

O segundo fenômeno proposto é que o público significa o próprio mundo que é comum a todos. Quando se perde o espaço público ninguém pode concordar com ninguém e as pessoas vivem em condição de isolamento. O espaço público é composto por aquilo que é comum e também por aquilo que é comunicável. Desta forma se faz necessário construir parâmetros para que os homens possam distinguir o relevante do irrelevante, o justo do injusto e o legítimo do ilegítimo. Ao contrário do domínio privado, do espaço familiar, onde existe um simples prolongamento de valores individuais, o espaço público oferece a oportunidade de um sujeito ser visto e ouvido por outros, e todos os que vêem e ouvem o fazem de ângulos diferentes.

Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna (ARENDDT, 2005, p.67).

qualquer homem livre que pudesse contar uma história de seus feitos.

²⁷ Arendt demonstra que, para os gregos, pertencer aos outros iguais (*homoioi*) significava ter a permissão de viver em pares; mas a esfera pública em si, a polis, era permeada de um espírito acirradamente agonístico: cada homem tinha constantemente que se distinguir de todos os outros, demonstrar, através de feitos ou realizações singulares, que era o melhor de todos (*aien aristuein*).

²⁸ Arendt nos lembra que o grego e o latim, ao contrário das línguas modernas, possuem duas palavras totalmente diferentes, mas correlatas, para designar o verbo “agir”. Aos dois verbos gregos *archein* (“começar”, “ser o primeiro”, e, finalmente, “governar”) e *prattein* (“atravessar”, “realizar” e “acabar”) correspondem os dois verbos latinos *agere* (“pôr em movimento”, “guiar”) e *gerere* (cujo significado original é “conduzir”). “É como se toda ação estivesse dividida em duas partes: o começo, feito por uma só pessoa, e a realização, à qual muitos aderem para “conduzir”, “acabar”, “levar a cabo” o empreendimento.” (ARENDDT, 2005, p.202)

Ao desaparecer o espaço público, os indivíduos perdem a referência desses parâmetros e, portanto, só confiam em sua subjetividade e seus interesses particulares passam a ser a medida de todas as coisas e a existência dos outros indivíduos não tem a menor importância. A perda do espaço público significa a perda do exercício do poder através da palavra e da ação e por isso também significa a perda da liberdade. E a destruição do espaço público não se faz somente nas tiranias, caracterizadas pelo isolamento radical de seus líderes, mas também na nossa atual sociedade de massas, “onde vemos todos passarem subitamente a se comportar como se fossem membros de uma mesma família, cada um a manipular e prolongar a perspectiva do vizinho” (ARENDT, 2005, p.67).

No lugar da ação, a sociedade espera em cada um de nós, seus membros, um certo tipo de comportamento programado, pacífico, incapaz de provocar conflitos e capaz de assimilar e seguir inúmeras e variadas regras, normas e leis que nos transformam em seres *normalizados* e comportados. A ação espontânea é abolida, assim como a reação inusitada de revolta diante da miséria, da violência, da indignidade. A esfera social, dentro da sociedade de massas, estaria sob total controle. Os agentes transformadores precisam habitar as *trevas da existência*, e as únicas coisas visíveis, tornadas públicas, são os comportamentos a serem apreendidos e seguidos.

Uma das principais preocupações de Arendt é a despolitização de nossas sociedades. Esse fenômeno indica um rompimento do homem com sua capacidade de discernir critérios e referências de convivência que permitam, a cada um, comunicar-se com todos os demais e agir em presença da pluralidade humana. Ela defende que política e cultura²⁹ andam de mãos dadas e através delas o homem possui os mecanismos de atuação na realidade.

Cultura e política [...] pertencem à mesma categoria porque não é o conhecimento ou a verdade o que está em jogo, mas sim o julgamento e a decisão, a judiciosa troca de opiniões sobre a esfera da vida pública e do mundo comum e a decisão quanto ao modo de ação a adotar nele além do modo como deverá parecer doravante e que espécie de coisas nele hão de surgir (ARENDT, 1992, p.277).

As leis servem para delimitar o espaço no qual a interação política se dá. Para Arendt, segundo Laisner, o direito só pode existir no exercício dos direitos. O homem

²⁹ A palavra e o conceito “Cultura”, segundo Arendt, são de origem romana. A palavra “cultura” origina-se de *colere* – cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar – e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, para que ela se torne adequada à habitação humana. Já para os gregos a cultura estava ligada à sensibilidade diante do belo. “Nesse sentido, compreendemos por cultura a atitude para com, ou melhor, o modo de relacionamento prescrito pelas civilizações com respeito às menos úteis e mais mundanas das coisas, as obras de artistas, poetas, músicos, filósofos e daí por diante.” (ARENDT, 1992, p. 267).

não nasce com direitos; é a Polis que os outorga. Para ter direitos é necessário pertencer a uma comunidade política que garanta que as ações e as opiniões de cada um encontrem lugar na condução dos *negócios humanos*. (LAISNER, 1998).

Porém, quando a Polis, dentro da sua variada teia de relações não é capaz de consentir os papéis sociais dentro de uma determinada comunidade, é que se faz necessário o surgimento de um agente transformador para que esta comunidade desperte. E quando o Estado se mostra ausente nas suas funções básicas de regulação da existência social, é que aparece, como veremos a seguir, o Sujeito que, através da ação e do discurso, cria uma outra realidade junto aos seus semelhantes.

3.2 CIVILIDADE E PARTILHA

Como vimos anteriormente, no início dos anos 90, emergiu a possibilidade de uma atuação conjunta entre Estado e sociedade civil. Segundo Dagnino, “o conflito e a tensão serão maiores ou menores dependendo do quanto compartilham – e com que centralidade o fazem – as partes envolvidas” (DAGNINO, 2002, p 24).

O foco mais generalizado de conflitos relatados entre a sociedade civil e Estado é a “partilha efetiva do poder”. De um lado, há certa negação no compartilhamento sobre as decisões referentes às políticas públicas que se dá pelo Executivo. Do outro, estão os setores da sociedade civil que insistentemente tentam participar efetivamente das decisões e concretizar o controle social sobre elas. Mesmo quando há um consenso, essa participação é restrita, possuindo um caráter limitado, sem aplicação ou impacto para a sociedade como um todo. Mesmo porque, acredito, a forma de viver e representar o vivido tem características locais e regionais. Ainda que estejamos vivendo um período denominado a “era das globalizações”, que estejamos nos tornando uma grande aldeia global, como profetizou McLuhan, é necessário que se demarquem as peculiaridades históricas locais, no plano econômico, político, social e, fundamentalmente, no plano cultural. As demandas e as soluções de uma determinada comunidade são idiossincráticas, e precisam ser analisadas dentro de sua realidade.

Um dos elementos que operam dificultando uma participação mais igualitária nos espaços públicos é a *exigência de qualificação - técnica e política*. A exigência de um saber técnico especializado na maioria dos espaços públicos estudados por

Dagnino, sejam estes envolvidos com políticas públicas, sejam na sua formação, discussão, deliberação ou execução, demonstra a dificuldade da sociedade civil em atuar efetivamente nestes espaços. Assim, o reconhecimento da pluralidade e da legitimidade dos interlocutores é requisito primordial dos espaços públicos – enquanto espaços de conflito que possuem a argumentação, negociação, alianças e a produção de possíveis consensos como procedimentos fundamentais.

O resultado das pesquisas feitas por Dagnino, mostra que quanto maior a representatividade, maiores são as chances de uma partilha efetiva do poder na negociação com o Estado. Esta representatividade é formada através da capacitação política e cultural dos que exigem mais cidadania e da efetiva participação coletiva. A necessidade de articulação entre as organizações da sociedade civil tem sido apontada com uma forma de assegurar uma representatividade maior, de modo a certificar uma interlocução eficaz com o Estado, tanto nos processos concretos de negociação como na inclusão de questões específicas na constituição da agenda estatal (DAGNINO, 2002a).

A convivência da sociedade civil com os espaços públicos permite a confrontação de concepções antagônicas de democracia, de processo decisório no interior do Estado. Outro fator é a possibilidade de convivência com as diferenças, o que tem promovido o reconhecimento do “Outro” enquanto portador de direitos, bem como de existência e legitimidade do conflito, dimensões constitutivas da democracia e da cidadania. Esses novos espaços também vieram consolidar a aptidão dos movimentos sociais à sua capacidade reivindicatória de direitos excluídos da cidadania no Brasil.

[...] a ausência de espaços desse tipo facilita a tomada de decisões e a formulação de políticas através de um exercício autoritário do poder, onde o Estado ignora e deslegitima o conflito ou o trata nos espaços privados dos gabinetes, com os que a eles têm acesso (DAGNINO, 2002a, p.300).

Assim, para que políticas públicas sejam implementadas de forma estratégica, deve-se pensar em articulá-las de forma que a participação da sociedade civil não seja algo irreal e impossível. Dessa forma, é tarefa fundamental da sociedade civil resgatar e reforçar o seu próprio envolvimento com as políticas públicas.

3.3 A CRIAÇÃO DO SUJEITO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O Outro conceito que tomo emprestado de Touraine diz respeito ao surgimento de um Sujeito-Ator capaz de modificar a realidade em que está inserido. Esta nossa sociedade de consumo que se consome num presente cada dia mais efêmero e volátil, se vê diante de desafios imediatos. Para Touraine, todos nós, ricos ou pobres, estamos embarcados nesta modernidade, “resta saber se como tripulantes ou como viajantes que partem com suas bagagem, levados por uma esperança e ao mesmo tempo conscientes de inevitáveis rupturas” (TOURAINÉ, 1994, p.214).

Durante muito tempo a modernidade foi apenas definida pela eficácia da racionalidade instrumental, a dona do mundo que se tornou possível graças à ciência e à razão. Mas esta definição esconde um elemento essencial dentro desse mecanismo existencial: a emergência do ser humano como ser criador. A modernidade é a criação permanente do mundo por um ser humano que desfruta do seu poder e da sua aptidão para criar informações e linguagens. E este poder vem da capacidade deste ser humano se tornar um ator, não para agir em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas para modificar o meio ambiente natural e, sobretudo, social, “modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominações ou as orientações culturais” (TOURAINÉ, 1994, p.220).

Este novo ser encontra a si mesmo através de sua capacidade de invenção, de construção, de intervenção, e também através de sua vontade de resistência à lógica dos meios de produção e de comunicação, dos instrumentos de poder e da exigente interação social.

De forma que continuamos a chamar de modernidade o que é a destruição de uma parte crescente entre o sujeito e a razão, entre a consciência e a ciência, por isso quiseram nos impor a idéia de que era preciso renunciar à idéia de sujeito para que a ciência triunfasse, que era preciso sufocar o sentimento e a imaginação para libertar a razão, e que era necessário esmagar as categorias sociais identificadas com as paixões, mulheres, crianças, trabalhadores e colonizados, sob o jugo da elite capitalista identificada com a racionalidade (TOURAINÉ, 1994, p.219).

Para Touraine, somos frequentemente atingidos pela doença da civilização que nos contamina com o individualismo narcisista, que nos impõe o nosso trabalho no mundo, para que possamos desempenhar o nosso papel de consumir, votar, criar nossos filhos, como se espera que façamos, sem sentimentos de revolta e contestação. Para ele, o mundo moderno necessita urgentemente de um ser humano que tenha controle sobre suas

ações e sobre sua situação, que conceba e sinta seus comportamentos, que tenha na liberdade o princípio fundamental de sua existência. Não é possível mais sufocar nossas imaginações para que a organização racional apresente as soluções para nossas demandas sociais. Ao contrário. É preciso que o indivíduo se transforme em *sujeito*, pois “o *Sujeito* é a vontade do indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator” (TOURAINÉ, 1994, p.219).

O *Sujeito* empurra o indivíduo ou o seu grupo em busca da sua liberdade através de lutas, de reivindicações, de coragem, contra a ordem estabelecida e contra os determinismos sociais. O *Sujeito* se constitui pela sua capacidade de respeitar e reconhecer o Outro, criando a condição primeira da justiça e da libertação. Nesta nossa sociedade *imediatista* e fragmentada o Outro normalmente é descartado, ou encarado como um intruso, um estranho, um perturbador. O Outro quase sempre está associado com a ameaça. Para o *Sujeito*, o Outro é um complemento e um parceiro de palco. “A idéia do *Sujeito* se destrói a si mesma se se confundir com o individualismo” (TOURAINÉ 1994, p.242). É necessário que o indivíduo saia de si mesmo e fale ao Outro. É neste exercício de projeção, de pertença, de adoção, onde nasce a liberdade.

O *Sujeito* é a face do bem, defende Touraine, porque ele luta para que nenhum indivíduo ou grupo seja considerado como um instrumento a serviço do poder e do prazer. Já o mal é o poder que reduz o *Sujeito* a não ser mais o recurso humano que garante a participação das pessoas comuns na produção da riqueza, do poder e da informação. E a consequência deste mal é a infelicidade, que resulta justamente na incapacidade do ser humano diante da morte, da doença, da separação, da miséria. Esta imensa miséria que assola nossas periferias é um claro sintoma da ausência de *Sujeitos*. Justamente porque o *Sujeito* é a vontade do indivíduo de ser produtor e não somente consumidor de sua experiência individual e de seu meio-ambiente social. Sem essa vontade não há mobilidade, só estagnação. Sem esta aspiração não há superação, há submissão. O indivíduo que se torna *Sujeito* cria a oposição à lógica da dominação social em nome da lógica da liberdade, da *livre produção de si mesmo*. É a afirmação dos seus direitos como cidadão num mundo onde o ser humano é transformado e tratado como objeto.

O sujeito não é reflexão sobre o *Si-mesmo* e sobre a experiência vivida; ao contrário, ele se opõe ao que tentamos chamar primeiramente de papéis sociais, e que na realidade é a construção da vida social e pessoal pelos centros de poder que criam consumidores, eleitores, um público, pelo menos enquanto oferecem respostas às demandas sociais e culturais. O indivíduo, se não se constitui em sujeito, é constituído como *Si-mesmo* pelos centros de poder que definem e sancionam seus papéis. [...] Aqueles que consomem a sociedade em vez de produzi-la e de transformá-la são submissos aos que dirigem a economia, a política e a informação. A

linguagem das propagandas e das publicidades tende constantemente a esconder este conflito central, a impor a idéia de que a organização da sociedade responde a necessidades, ao passo que é esta organização que constrói necessidades que certamente não são artificiais, mas que estão de acordo com os interesses do poder (TOURAINÉ, 1994, p.247).

Para Touraine, o *Sujeito* só existe como movimento social, como contestação da ordem estabelecida, é um dissidente, um resistente, capaz de modificar seu meio ambiente contra a influência dos aparelhos de dominação. A nossa sociedade liberal e desigual está sempre à procura do interesse financeiro e individual, porém está salpicada de buracos, de fendas, no fundo das quais se ouve o grito (ou até mesmo o silêncio) daquele que não é mais sujeito, o adolescente assaltante e assassino, o drogado, o deprimido, o narcisista, o faminto. E é justamente nestas fendas, muitas vezes profundas, o lugar onde o *Sujeito* irá ressurgir e *contaminar* seus semelhantes, os Outros, atuando de forma a não apenas fechar estas feridas fétidas, mas a criar anticorpos e defesas contra os micróbios, as bactérias, os parasitas e os vermes da desigualdade social.

O *Sujeito* aplaca o olhar estrangeiro e de estranheza que os centros comerciais lançam sobre os subúrbios periféricos das grandes cidades. Ele abriga o gesto da recusa e o esforço da libertação. Ele não é um observador da história, nem se perde em analisar os acontecimentos a sua volta. Ele busca o tempo todo interagir sobre os fatos do cotidiano para negar e combater o *Status Quo*. Não existe ator sem sujeito, mas também não existe *Sujeito* sem o ator que se engaje na vida social, que batalhe por ele contra os equilíbrios e a lógica da integração, contra o controle e as ideologias instituídas. “A presença do Sujeito não é semelhante à do Sol iluminando e aquecendo a Terra; ela só se faz sentir através dos protestos dos indivíduos e dos grupos contra os poderes estabelecidos, contra os aparelhos de gestão e as justificações tecnocráticas da ordem social” (TOURAINÉ, 1994, p.304). Ele se deixa perceber através da explosão de vozes que um dia foram condenadas ao silêncio e ao esquecimento. E esta voz só se faz ouvir nestas falhas do sistema, nos imensos vazios que o controle social, arma sublime do Estado, não consegue fazer desaparecer. É a liberdade pessoal *contaminando* a mobilização coletiva. É a busca utópica de uma nova comunidade, de uma sociedade fundada sobre valores integradores, onde seus membros sejam respeitados não pelos bens materiais ou espirituais, por suas cores ou crenças, mas pela sua capacidade de ação.

O *Sujeito* não nasce num mundo mágico e animado. Ele se engendra no mundo real e fragmentado das desigualdades e se alimenta na falta de sentido da vida miserável de seus semelhantes. É a reflexão do indivíduo sobre sua própria identidade.

O sujeito se reconhece e mesmo se define por seu esforço em reunir o que foi separado. Ele é o contrário de um apelo a um princípio fora do mundo, a um fiador metassocial da ordem social; ele constitui seu campo de ação e de liberdade aproximando os contrários, estendendo sua experiência e recusando todas as ilusões do Ego, todas as formas de narcisismo. O sujeito associa o prazer de viver à vontade de empreender, a diversidade de experiências vividas à seriedade da memória e do compromisso (TOURAINÉ, 1994, p.234).

Na relação interpessoal, assim como nas relações coletivas, o *Sujeito* jamais está em repouso, em equilíbrio; ele está sempre em movimento, inquieto com as normas, inimigo feroz do destino. “O *Sujeito* não tem natureza, princípios, consciência; ele é ação dirigida para a criação de si mesmo através de resistências que jamais podem ser completamente superadas. O *Sujeito* é desejo de si” (TOURAINÉ, 1994, p.300). E mais ainda, é desejo e reconhecimento pelo Outro, pelo indivíduo, pelo semelhante que ainda não se transformou em *Sujeito*. Para Touraine, o amor é um dos lugares onde aparece o *Sujeito*. Assim como o ser humano pode se enamorar por outro ser humano, o indivíduo pode vir a ser um *Sujeito*. O amor é a capacidade de transformação que precisa ser exercitada, não é como uma flor que brota desempenhando simplesmente seus códigos genéticos. São necessários terra fértil, iluminação adequada, água límpida, cuidados fraternos. O amor é e precisa de ação para acontecer. E não há amor sem desejo e sem reconhecimento do outro. “Mas também não há amor sem história de vida, sem resistência à adversidade e à perda” (TOURAINÉ, 1994, p.300). É pela relação ao outro como sujeito que o indivíduo deixa de ser apenas uma peça da engrenagem do sistema social, deixa de ser um instrumento de condutas e obediências, e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade.

É a relação amorosa que separa os determinismos sociais, que dá ao indivíduo o desejo de ser ator, de inventar uma situação em vez de conformar-se a ela, e principalmente que o leva a um empenho absoluto suficiente para não ser apenas de ordem social, para se afastar de condutas de consumo e de adaptação, tão fortes nas relações interpessoais que não são transformadas pelo amor ou pela amizade (TOURAINÉ, 1994, p.240).

O sociólogo acredita que o engajamento militante possui a mesma natureza do engajamento amoroso. É através desse engajamento que o Outro se liberta da opressão e das imposições. É no abandono, na marginalização, na solidão das ladeiras suburbanas, que nasce a consciência em certos indivíduos para enfrentar o que parece inelutável. O reconhecimento das necessidades sociais é o primeiro passo na direção desta consciência,

quando floresce a vontade de viver, de contestar a ordem. É neste ambiente que a figura do *Sujeito* se delinea, é ali que ele atua.

Touraine defende que o movimento das mulheres foi um dos grandes avanços da civilização ocidental no último século. Inicialmente político, o movimento feminista brigou pelo direito ao voto. Numa segunda etapa, o objetivo era a liberdade cultural da mulher, em particular com o seu corpo, através da contracepção e o aborto. Mais recentemente, o tom se dirigiu para o combate à violência.³⁰ A relação com o corpo ocupa um lugar tão central na sociedade contemporânea quanto o trabalho na sociedade industrial ou o estatuto político de liberdade ou de escravidão nas sociedades políticas. A sexualidade está presente em cada um dos aspectos da nossa personalidade e toma uma grande parte da construção de nós mesmos. Antes subordinadas à dominação patriarcal, encerradas nas tarefas familiares e na vida privada, as mulheres superaram a sua marginalização. O autor defende que já nos encontramos numa *sociedade das mulheres*, que nada tem a ver com uma *feminização* da sociedade, mas sim com uma cultura caracterizada pelo desaparecimento acelerado de uma politização entre os dois sexos, onde prevalecia a dominação masculina. As mulheres estariam inventando uma sociedade situada além da separação entre os sexos. Os homens podem ter o poder e o dinheiro, mas são as mulheres que possuem o sentido da vida e a capacidade de recriá-la. Touraine salienta que são as mulheres que fazem nossa sociedade passar de uma visão conquistadora do mundo a uma visão de si, criadora de novas orientações livres.

A sociedade dos homens tende a dar a prioridade à conquista do mundo. As mulheres envolvem totalmente a sociedade em direção a uma nova prioridade, a da construção de si própria. Mais precisamente, quando a sociedade masculina impulsionava ao máximo a polarização da sociedade entre uma elite e uma massa, as mulheres procuram reunificar os elementos que foram separados: vida pública e vida privada; sexualidade e espírito. É bem claro que são hoje as mulheres que tomam a palavra e que os homens, ou se calam, ou aprovam a linguagem das mulheres. O velho machismo desapareceu em grande parte, salvo em certos meios de alguns países, em particular da vida política.³¹

A sociedade de consumo levou à transferência maciça das mulheres dos serviços pessoais não mercantis para os setores pessoais de mercado, principalmente nas áreas da educação e da saúde. A vida privada não mais está encerrada no reino escondido gerido

³⁰ Vale lembrar que o Brasil ganhou em Agosto de 2006 a Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no. 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, e apontada por juristas e por lideranças de movimentos feministas como um grande avanço no combate à violência contra a mulher.

³¹ Entrevista de Touraine ao Instituto Humanitas Unisinos em Março de 2007. http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=5251.

pelas mulheres, tratadas como as responsáveis pela reprodução social e pela transmissão das heranças e valores. Na medida em que as mulheres passam a desempenhar o papel duplo de donas do lar e provedoras de recursos econômicos, a sua participação na vida pública toma outros contornos e perspectivas.³² O movimento das mulheres, em particular nos países subdesenvolvidos, reivindicou, em nome da modernidade, o reconhecimento dos seus desejos, dos seus direitos, da igualdade de oportunidades, da sua identidade *biocultural*. Essas mulheres não querem mais ser definidas pelo sexo, e sim por sua capacidade profissional. “Enquanto o desemprego tem efeitos destruidores sobre o homem, identificado com o trabalho e que foge do lar empobrecido ou cai no alcoolismo, são as mulheres que tomam todas as iniciativas. São elas também que animam, no essencial, as comunidades religiosas de base, tão numerosas no Brasil. Sua ação demonstra que a vida privada e a via pública não são separadas na América latina.” (TOURAINÉ, 1989, p.116) Esta nova mentalidade cultural está intimamente relacionada com o nascimento do Sujeito, seja ele homem ou mulher.

O autor acredita que o papel das mulheres no mundo contemporâneo, ou na nossa *sociedade programada*, não está em simplesmente promover a substituição do masculino pelo feminino, mas em recriar a unidade entre pólos que se criaram como opostos. É a *reincorporação* de coisas e valores que se pensavam contrários. Para ele o movimento social das mulheres não serve apenas para lutar por direitos, justiça, liberdade, cidadania. Muito mais do que isso, elas buscam a *autocriação* das mulheres como *Sujeitos*. E Touraine acredita numa aliança entre Sujeito e sexo contra o poder econômico e político. Para as mulheres, que sempre foram definidas em termos naturalizados e identificadas com categorias inferiores, é vital descobrir que o sexo pode ser o aliado necessário contra a organização social, que continua sendo desigual e polarizada.

O que me interessa basicamente é descobrir como as mulheres "inventam-se" como sujeito, saindo desse dualismo eterno e internalizado e redefinindo-se, reinventando-se, não especialmente como mulheres, mas como aquelas que criam o significado de si mesmas, seu próprio significado.³³

³² A SIS 2007 (Síntese dos Indicadores Sociais), divulgada em Setembro de 2007 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apontou que o número de mulheres consideradas "chefes" de família no Brasil teve um aumento de 8,2 milhões em dez anos (de 1996 a 2006). Em 1996, o número de mulheres indicadas como a pessoa de referência da família era de 10,3 milhões. Em 2007, o número subiu para 18,5 milhões. Em termos relativos, esse aumento corresponde a uma variação de 79%. Ainda com relação à "chefia" feminina, os dados do IBGE mostraram que as maiores proporções de mulheres que se declaravam como pessoa de referência da família tinham entre 25 e 39 anos ou 60 anos ou mais de idade, cada grupo correspondendo a 26,7%. O IBGE revelou que cerca de 31% das famílias chefiadas por mulheres no Brasil viviam, em 2006, com rendimento mensal de até meio salário mínimo per capita, ou seja, R\$ 175,00.

³³ Entrevista concedida por Touraine em 2002, a Mirian Adelman, Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, durante o XV Congresso Mundial de Sociologia em Brisbane, Austrália. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200016

Na análise de aspectos da trajetória de vida de Rosalina e da Associação das Mulheres Batalhadoras, a importância do espaço público no diagnóstico de problemas e na tomada de decisões, juntamente com os conceitos de Touraine sobre o Sujeito, acredito ser possível identificar esta “redefinição” e esta “reinvenção”. Um processo similar a um contágio viral, que se alastra pelo ar, através de processos comunicativos, contaminando indivíduos até então imunes à esperança e ao novo. Isto é o que veremos na segunda parte desse estudo.

PARTE II

PHAINOMENON

“Exiit, qui seminat, seminare semen.”
(*Mateus*, XIII, 4-23)

CAPÍTULO I

DO JEQUITINHONHA AO FRANCISCATO: A REINVENÇÃO DO MUNDO SOCIAL



34

³⁴ Rosalina Batista em frente à Biblioteca Virtual do Jardim Franciscato. (2008)

A história de vida da protagonista desta pesquisa começou em 9 de Setembro de 1947, na pequena cidade de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais.³⁵ A bordadeira Isabela Rodrigues da Cruz, natural de Montes Claros, deu à luz uma menina, que ganhou o nome de Rosalina. O pai, Pedro Teixeira da Cruz, também havia nascido naquelas redondezas em 1909, e ganhava a vida trabalhando como artesão, fabricando utensílios de madeira e balaios de vime. Vez em quando aumentava o rendimento familiar garimpando diamantes.

Pedro e Isabela colocaram no mundo 12 filhos, dos quais 7 eram mulheres. Todos foram cedo para a roça ajudar no sustento da família. Rosalina lembra que aos 7 anos já trabalhava nas lavouras de milho, arroz e feijão de corda. Naquela época a família arrendava meio alqueire de um grande proprietário, que ficava com a metade de tudo o que era colhido. As duas coisas que mais marcaram a infância da menina foram a fome e a vontade de estudar. Por causa da vida dura no campo e da ausência de escolas, Rosalina nem chegou a terminar a 4ª série do ensino fundamental. “*Hoje eu percebo que a gente vivia como escravos. O que a gente plantava mal dava para sustentar a família*”.³⁶ Aqui podemos identificar alguns aspectos do mundo como *pressuposto* que se apresentava à menina Rosalina. *O mundo da vida cotidiana*, vivenciado e interpretado por seus pais e parentes, agora se dá à experiência e à experimentação de uma criança que vê no trabalho duro na roça uma *atitude natural*, um costume que precisa ser preservado para que o seu grupo social se perpetue. As únicas perspectivas são oferecidas dentro de um universo ontológico, imutável, holista, onde os valores já estão estabelecidos, as regras são convencionadas, e os comportamentos são previstos e sancionados. Deus já havia nos imputado um papel a ser desempenhado. Neste mundo *dado* não existe espaço para a liberdade dos estudos. É preciso trabalhar a terra para o sustento diário. E Rosalina, como a primogênita, precisa cumprir de

³⁵ O Vale do Jequitinhonha está situado na região norte do estado de Minas Gerais. É uma região amplamente conhecida devido aos seus baixos indicadores sociais. É formada pela união de 51 municípios agrupados em cinco microrregiões. A sua população é de 694.120 habitantes. (IBGE, 2006) O Rio Jequitinhonha, que corta e dá nome à região, vem do nome indígena jiqui-itá-hy-nhonha. Jiqui é jequi, armadilha para pegar peixes. Itá é partícula designativa de plural, que transforma jequi em jequis. Hy, que se pronuncia aspirado, mais para "ri" que para "i", significa rio, e nhonha é sumir. Logo Jequitinhonha é o rio em que os jequis somem, por estarem pesados com os peixes capturados. Fonte: www.onhas.com.br

³⁶ O trabalho escravo no Brasil não é uma característica econômica apenas do nosso passado colonial. Em 2004, o Governo Brasileiro, através do Ministério do Trabalho, declarou, perante a Organização das Nações Unidas, que existiam no país, aproximadamente 25 mil trabalhadores escravos. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, somente entre os anos de 2005 e 2006, mais de 8.300 brasileiros foram ‘libertados’ das condições de trabalho análogas à escravidão no Brasil. A grande maioria na região norte do país. Estes dados, além de um diagnóstico atual sobre os escravos brasileiros modernos, podem ser encontrados no sítio www.reporterbrasil.com.br.

maneira irrepreensível a sua jornada, sua labuta, obedecendo a regras e submetendo-se unicamente ao seu destino, seu estado natural.

Em Junho de 1963 os Cruz finalmente deixaram a vida sem perspectiva de Minas Gerais para traz, e vieram tentar a sorte no próspero norte do Paraná, um novo Eldorado que se anunciava. Rosalina, nas vésperas de completar 16 anos, lembra que a família enfrentou 4 dias de trem até chegar a Londrina. Acostumados com o clima árido e quente do Vale do Jequitinhonha, todos foram surpreendidos ao desembarcar na Estação Ferroviária, hoje Museu Histórico Padre Carlos Weiss. Ela recorda que fazia um frio terrível e seus irmãos menores não conseguiam matar a sede porque a água havia congelado dentro da torneira da Estação. A impossibilidade de ação começa a sofrer modificações. A necessidade do homem de se libertar, de *renunciar* a organização social estabelecida, condições básicas para a ascensão da idéia do individualismo apresentado por Dumont, começa a habitar o *campo de possibilidades* de Rosalina. Ao deixar para traz um passado de privações e sofrimento para suplantar um horizonte nunca antes imaginado, se apresenta como um divisor de águas em sua trajetória. Este *indivíduo-fora-do-mundo* sai em busca da sua modernidade, onde é possível assistir às transformações da vida cotidiana através de outros ângulos, outras paisagens, outros valores, outros indivíduos. Começa aí a se delinear o sujeito empírico, capaz de raciocinar, sentindo pela primeira vez a liberdade de ação, sentindo-se como uma *célula básica da sociedade*, apto a vislumbrar projetos (DUMMONT, 2000; VELHO, 1981).

Talvez, pela primeira vez, ao se deslocar de um mundo arcaico e sem perspectivas, para um outro repleto de promessas e novas aventuras, Rosalina tenha percebido que a ordem social não deveria depender de nada além de uma livre decisão sua. Uma decisão humana, “que faz do homem o princípio do bem e do mal e não mais o representante de uma ordem estabelecida por Deus ou pela natureza.” (TOURAINÉ, 1984) Esse deslocamento para a sociedade moderna é o início do processo do homem *multifacetado*, que se vê diante de um ambiente que promete aventura, poder, crescimento, autotransformação e transformação das coisas novas com as quais irá se relacionar. Mas este ambiente novo também se mostra ameaçador, repleto de situações inusitadas que põem em perigo sua referência e sua compreensão do mundo. Estes novos “*impulsos nervosos*” dos quais nos falava Simmel, leva este homem a um turbilhão de acontecimentos cotidianos que anestesiam sua capacidade de reação, que destroem seus reflexos de sobrevivência, que o transformam num ser humano *blasé* (SIMMEL, 1987; VELHO, 1994). Mas, de alguma maneira, Rosalina irá conseguir se desvencilhar deste *tédio*, desta indiferença diante de uma nova realidade.

De Londrina, os imigrantes Cruz seguiram viagem de Jardineira até a Fazenda Terreirão, no então distrito de Tamarana. Seu Pedro conseguiu trabalho na lavoura do Ouro Verde, produto agrícola responsável pelo rápido desenvolvimento de toda a região, e que fez de Londrina a capital mundial do café. Rosalina lembra que nunca tinha visto um pé de café na vida. Os primeiros anos foram muito difíceis, não só pela situação miserável que enfrentavam, mas também pela adaptação cultural a uma nova sociedade que surgia, formada por gente vinda dos mais distantes rincões do Brasil e de outros países. Tudo era diferente, os costumes, o clima, os insetos, a paisagem. O que não havia mudado era a ausência de uma escola e a exploração promovida pelos donos da terra. Rosalina lembra que todos da família participavam dos processos que envolvia a cultura cafeeira. Ela aprendeu a derriçar, rastelar, abanar e a carregar sacos com até 40 quilos. “*Em troca desse trabalho, o dono da fazenda nos pagava com resto de mercadoria. Era arroz quebrado que virava papa, feijão velho que não cozinhava, e farinha de mandioca mal torrada. Para um mineiro comer farinha estragada era um sacrifício,*”³⁷ recorda a narradora. Esta *modernidade limitada*, conquistada pela mobilidade espacial, que havia deixado para trás algumas tradições, ritos e regras, agora se vê diante de uma outra sociedade dominada pela produção e pelo consumo. Privados de alguns suportes divinos, a família de Rosalina continua presa fácil diante da exploração dos donos de terra. Dentro dos 3 grupos que formam esta *sociedade programada* sugerida por Touraine, os pilotos, os passageiros e os náufragos, os Cruz continuam à deriva atrás de um solo fértil e acolhedor, que estivesse protegido das tempestades arrebatadoras (TOURAINÉ, 1984).

Mas esta sociedade dualizada, dividida entre o sadio e o doente, o permitido e o proibido, o central e o marginal, onde o espaço privado avança e se impõe sobre o espaço público, começa a ser palco de operações da batalha e de conflitos entre os novos movimentos sociais e o sistema estabelecido. Uma outra experiência, envolvendo o seu pai, fez com que Rosalina percebesse que os *valores* podem e devem se sobressair sobre as *utilidades* (TOURAINÉ, 1984). Cansados da exploração, alguns trabalhadores da região de Tamarana resolveram organizar um Sindicato Rural. Este foi um dos episódios que marcaram a formação da futura líder comunitária. Rosalina lembra que ela, então com 16 anos, e o pai foram à casa de um dos colonos para realizar uma reunião. Os trabalhadores queriam exigir registro em Carteira, aposentadoria e remuneração adequada. Era inverno de 1964 e o Brasil acabara de ser abalado por um golpe militar que implantara a ditadura no país. Mesmo antes

³⁷ Ao analisar a história de vida de Rosalina daqui por diante, eu utilizo trechos de entrevistas que gravei com a mesma. Estes trechos reproduzem fielmente a maneira de falar e de se comunicar de Rosalina, com os eventuais erros de português.

dos militares já era duro o embate com os proprietários rurais. Naquele momento o clima político não favorecia em nada as reivindicações dos trabalhadores. Mas diante do flagelo e da injusta, sobrevive um espaço de condutas coletivas baseado num imaginário social que visualiza a possibilidade de criação de alternativas futuras positivas. Aí se percebe o espaço de sobrevivência dos sonhos, das utopias ou, pelo menos, de aposta nas possibilidades de *autocriação* social (SCHERER-WARREN, 1993).

Este embrião de um movimento social organizado nasce de um reconhecimento coletivo de um direito e da formação de identidade social. Para Touraine, um movimento social é o esforço de um ator coletivo para se apossar dos “valores” e das orientações culturais de uma sociedade, e assim criar mecanismos para contestar a realidade. Estes questionamentos, antes impossíveis no estado natural, não visam criar um novo tipo de sociedade, mas *mudar a vida*, defender os direitos dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio. Esta primeira tentativa de organização social, da qual Rosalina fez parte, mostra os primeiros indícios da manifestação do *Sujeito*. Sem este engajamento, sem este desprendimento, sem esta participação nas decisões sobre o futuro, o *Sujeito* acaba se perdendo na sua própria individualidade (TOURAINÉ, 1984). Mas as elites brasileiras, durante toda a formação do Estado Nacional, sempre reprimiram qualquer forma de organização por demandas de direitos. Os “subversivos” foram denunciados pelos fazendeiros e a repressão não demorou. Os que assinaram a ata da reunião foram cassados como criminosos e as prisões aconteciam à luz do dia, na lavoura mesmo, para que todos os outros pudessem perceber que não adiantava brigar contra o poder estabelecido. *“Eu estava na plantação capinando. Era hora do almoço e fui pra casa buscar a comida que a minha mãe tinha preparado. Quando voltei, meu pai e mais 11 conhecidos tinham sumido. Algumas pessoas contaram que chegaram alguns militares e acorrentaram meu pai e os outros e levou todo mundo em cima de uma caminhonete. Minha mãe, quando ficou sabendo passou mal e desmaiou.”*

Aos 55 anos, Seu Pedro ficou trancafiado quase 1 mês. Não chegou a sofrer tortura física, mas foi convencido a não se meter mais com reivindicações e melhores condições de trabalho. Vale lembrar que a reforma agrária tinha sido uma das bandeiras do governo João Goulart, deposto pelos militares. Organização sindical, seja na cidade ou no campo, era um assunto proibido. Seu Pedro foi solto, mas o recado estava dado. Rosalina lembra que 2 pessoas que foram levadas junto com seu pai para a prisão em Tamarana nunca mais foram vistas. *“Não me lembro mais os nomes deles, mas eram os colonos que estava a frente da organização dos trabalhadores”,* recorda.

A família Cruz permaneceu na Fazenda Terreirão por quase 6 anos. Em 1968 Seu Pedro arrumou serviço na Fazenda Santo Estevão, na divisa com o Município de Marilândia do Sul. O trabalho era cultivar capim para o Gado Nelore. Mas eles tinham uma parte do terreno onde podiam plantar sua subsistência. A vida continuava dura, mas pelo menos havia uma escola onde os menores podiam estudar. Rosalina, já com 21 anos, não via mais nenhuma possibilidade de se dedicar aos livros. Como filha mais velha seguia de perto os passos do pai no esforço cotidiano para sustentar a família. Ao ver seus irmãos menores desfrutando da possibilidade de aprender a ler e escrever, Rosalina sentia surgir neste novo ambiente a semente de um projeto que iria demarcar seus passos nas próximas décadas: dar educação para os filhos que ela iria ter.

Em 1970 a família se mudou de novo, desta vez para o Sítio Água da Laranja Azeda, no distrito londrinense de Lerrovile. Eles estavam voltando a cuidar de lavouras de café. Desta época Rosalina se lembra que as famílias se reuniam na serraria do Sítio para acompanhar os jogos da Copa do Mundo do México, a primeira a ser transmitida pela televisão. *“O dono da propriedade colocava um aparelho de TV em cima das toras de peroba e o pessoal se reunia para ver o Brasil jogar. No final da Copa teve churrasco e muito foguete.”* Mas o interesse das mulheres estava em outra atração campeã de audiência. *“As mulher gostava mesmo era de assistir os Irmãos Coragem.”*³⁸ *Ainda me lembro da Glória Menezes que fazia dois papel: uma hora ela era a esposa do João Coragem, uma mulher boa. Depois era a esposa do Falcão, e virava uma pessoa ruim. E a história era sobre a briga por causa de um diamante”*. Esta lembrança dentro de sua trajetória suscita uma pequena reflexão. Rosalina guardou em sua memória uma telenovela que trazia à tona, dentro de num ambiente repressor, a luta contra a tirania e a exploração fundiária. Uma peça de teledramaturgia e ficção conseguiu se aproveitar do ufanismo do futebol para deixar um recado sutil num dos principais meios de comunicação de massa do país, e durante um momento perigoso e delicado da nossa história recente. A televisão, mais eficaz transporte ideológico inventado pelo homem, foi utilizada para denunciar a situação sombria e violenta do campo, do *coronelismo*, da injustiça. Isso em pleno governo Médici.

³⁸ Produzida entre Junho de 1970 a junho de 1971, **Irmãos Coragem** foi a segunda telenovela mais longa produzida e exibida pela Rede Globo. Escrita por Janete Clair e dirigida por Daniel Filho e Milton Gonçalves, teve 328 capítulos. A história, exibida às 20 horas durante um dos períodos mais violentos da Ditadura Militar, se passava numa vila do interior de Goiás, chamada Coroado. A história envolvia a luta de três irmãos garimpeiros da família Coragem, contra o senhor absoluto do lugar, o coronel Pedro Barros. A trama misturava faroeste, futebol (já que o país estava embalado com a Copa do México) e exploração latifundiária. Fonte: www.wikipedia.org

A experiência na Água da Laranja Azeda durou pouco mais de 1 ano. “*Veio uma geada forte e queimou todo o cafezal*”, finaliza Rosalina.

Em 19 de dezembro de 1970 um outro acontecimento marcaria para sempre a trajetória da futura líder comunitária. Contrariando os costumes da família e os dogmas da Igreja evangélica Congregação Cristã, Rosalina se casou com José Batista, outro mineiro, natural de Sapucaí. O problema não estava na formação de José, homem trabalhador. O dilema estava no fato de que o noivo era desquitado. Como não havia divórcio no Brasil naquela época, o jeito foi passar por cima das convenções. O amor falou mais alto. “*Meus pais ficaram muito bravos e o pessoal da Igreja não aprovou. Mas depois tudo foi se ajeitando*”. O casamento só viria a ser oficializado nove anos depois. Mais uma vez aflora a atitude moderna como uma *antitradição*, onde prevalece a derrubada das convenções, dos costumes, das crenças (TOURAINÉ, 1994). Rejeitando os impedimentos morais do seu grupo religioso e os pactos e normas familiares, Rosalina previu e lutou para modificar as opiniões, as atitudes, os comportamentos aceitos e propagados. Se a modernidade é a criação permanente do mundo por um ser humano, então é preciso poder e aptidão para o novo. E este poder vem da capacidade deste ser humano se tornar um ator, não para agir em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas para modificar o meio ambiente natural e, sobretudo, social, “modificando as formas de decisão, as relações de dominações ou as orientações culturais” (TOURAINÉ, 1984, p.220).

O mundo, que se apresenta *moderno*, necessita de um ser humano que tenha controle sobre suas ações e sobre sua situação, que conceba e sinta seus comportamentos, que tenha na liberdade o princípio fundamental de sua existência. O primeiro passo rumo a esta liberdade foi dado ao escolher o novo companheiro de caminhada. *O mundo da vida cotidiana*, vivenciado e interpretado por seus antepassados, agora toma novos contornos. Este mundo social pré-organizado, compartilhado por semelhantes organizados em grupos, um mundo que tem seus horizontes determinados no tempo e no espaço, começa a ser dominado e modificado com vista a propósitos mais claros e mais definidos. Com as experiências que armazenou e com seu “estoque de conhecimento à mão”, Rosalina começa a pôr em prática sua ação humana ligada às suas razões íntimas e aos seus objetivos racionais. Esta ação é guiada por antecipações na forma de planejamento e de projeção (SCHUTZ, 1979). Desde a sua infância difícil no Vale do Jequitinhonha, Rosalina já alimentava seu propósito, que mais tarde se transformou num projeto: educar seus sucessores. Através de atos de reflexão, suas experiências foram apreendidas, acentuadas, marcadas. E como todo comportamento é uma experiência de consciência, Rosalina começa a atribuir significado aos seus atos, a definir os

aspectos relevantes deste novo mundo, começa a dar mais atenção à sua vida (SCHUTZ, 1979).

Rosalina da Cruz Teixeira Batista foi morar com José no Sítio Água da Limeira, também nas imediações de Lerroville. Os dois cuidavam da lavoura de café do patrão e plantavam o necessário para a nova família que começava a nascer, e crescer. Em 19 de Novembro nasceu Claúricéia. *“Eu estava roçando a plantação de milho quando comecei a passar mal. Eu fui pra casa e chamaram a parteira. A Céia nasceu 20 minutos depois. Por pouco ela não nasceu no meio do milharal”*. 2 anos depois, em Dezembro de 1972, veio ao mundo Claúrinéia. *“Naquela época eu nunca tinha ouvido falar em exame pré-natal. As criança ia nascendo”*.

Em 1973 os Batista se mudaram para o Sítio 3 Bocas, no distrito londrinense de Maravilha. Eles plantavam cebola, alho e vassoura. Ali foi o primeiro emprego com carteira assinada do Seu José. Foi ali também que nasceu, em maio de 1975, o primeiro e único varão da família, Claudiomar.

Com os filhos nascidos, chegava a hora de tomar outros rumos, encontrar novas alternativas de sobrevivência, trilhar novos caminhos. Somente o indivíduo que desempenha, que trabalha, que age, está inteiramente interessado na vida. E a sua atenção está exclusivamente voltada para a realização de seu projeto, para a execução de seu plano. É a sua *conduta organizada para atingir finalidades específicas* (SCHUTZ, 1979).

Os Batista fizeram parte da onda migratória que varreu o campo brasileiro na segunda metade do século passado. Em menos de 3 décadas, entre os anos 50 e 70, uma Argentina inteira, aproximadamente 30 milhões de pessoas, deixaram para trás a submissão aos elementos da natureza e aos latifundiários, para servir à civilização industrial.³⁹ Expulsos de sua história tradicional, abandonando o saber acumulado de seus ancestrais que trabalharam a terra, toda essa massa desprovida de educação precisou se adaptar a uma nova realidade. E coube às lideranças natas desse movimento criar um novo discurso, propagar uma nova maneira de se comunicar, agregar poder para comandar um batalhão de *despossuídos* e desprovidos de condições mínimas de dignidade. Para enfrentar a *dualização acelerada* (TOURAINÉ, 1984) de um país subdesenvolvido, para combater a patologia social cujo

³⁹ O estudo "Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000", lançado em maio de 2007 pelo IBGE, mostra que na época em que Rosalina nasceu, na década de 1940, 68,7% da população brasileira, estimada em 41,2 milhões de habitantes, vivia na zona rural. Em 2000, 81,2% da população brasileira, estimada em 169,8 milhões de habitantes, já vivia nas cidades. No censo de 1940, o Brasil contabilizava 1.574 municípios. Ao longo dos 60 anos posteriores foram criados 3.933 novos municípios, totalizando 5.507. fonte: www.ibge.gov.br

principal sintoma é a incapacidade de ação, onde a inércia é senhora, para escapar da solidão, da indiferença, da massificação, todo este contingente de estranhos precisava de uma nova identidade. Utilizando a sua criatividade e as minúsculas frestas de liberdade de escolha, o ser urbano precisou engendrar novas redes sociais, novas *redes de significado*, novas unidades sociais mais *afetivas*, reinterpretando e selecionando os símbolos que melhor se encaixam em sua visão de mundo (VELHO, 1994).

Em maio de 1979 a família abandonou a zona rural e se instalou na região sul de Londrina. Mas os Batista não foram obrigados a sair do campo por causa das condições precárias de sobrevivência. A própria Rosalina admite que a vida que levavam no Sítio 3 Bocas era confortável para os padrões rurais: “*Nós tinha uma vida muito boa. Nós plantava de tudo, tinha porco, tinha galinha, tinha salário. E nós tivemos que se desfazer de tudo para vir aqui na cidade para dar educação para os filhos, porque não tinha escola boa lá no sítio. E sem dúvida nenhuma foi a melhor decisão que a gente teve*” . Eles haviam guardado dinheiro e conseguiram dar entrada num terreno de 250m² na rua Tiyome Kawabata. “*A gente comprou uma casa no sítio, desmontou e montou na cidade*”. Em frente à casa se estendia um longo fundo de vale ainda cheio de perobas centenárias. Não demoraria muito para todo o lugar se transformar numa grande invasão de novos migrantes rurais. Estava nascendo os Jardins Novo Perobal, Franciscato e Jatobá.

Encaixo aqui uma hipótese levantada por Gilberto Velho: quanto mais exposto estiver o ator às diversificadas experiências do cotidiano moderno, quanto mais tiver de dar conta de *ethos* e visões de mundo contrastantes, mais marcada será a sua *autopercepção* de individualidade singular. Nas sociedades complexas modernas, a multiplicação e a fragmentação de domínios, envolvendo todas as variáveis políticas, econômicas e simbólicas, constituem um mundo de indivíduos cuja identidade é constantemente questionada e sujeita a alterações drásticas. Este trânsito intenso e freqüente entre domínios diferenciados implica adaptações constantes dos atores, que passam a buscar e produzir uma *margem de manobra* para sua vida em sociedade (VELHO, 1994). É assim que a trajetória de Rosalina passa a ter um significado crucial como elemento *constituído* da sociedade em que ela passa a viver agora.

Os Batista vieram para a cidade atrás de melhores condições de vida e de escola para os filhos pequenos. Porém, nos primeiros anos, parte do sustento da família ainda vinha do campo. Por quase 3 anos Rosalina ainda trabalhou de bóia-fria para conseguir dinheiro. Até meados de 1982 ela cuidou de muita roça de café, milho e algodão em vários

sítios da região. Cansada de enfrentar a dura jornada debaixo de sol e chuva, começou a trabalhar como diarista na cidade.

Em 1983, aos 36 anos, Rosalina conseguiu seu primeiro emprego com carteira assinada. Trabalhava nos *serviços gerais* e logo se tornou cozinheira do Restaurante Dom Rodrigo, no centro de Londrina. Em 85 foi trabalhar na Churrascaria Grande Parada, na saída para Curitiba. E em 88, aos 41 anos, ficou grávida de Larissa.

Ao dar à luz pela última vez, Rosalina decidiu, mais uma vez, mudar seu rumo. Mesmo com uma criança pequena para cuidar, a ex-bóia-fria, ao lado de outras mulheres da região, resolveu lutar pelos direitos que sempre lhe foram negados. Ao renegar o mundo como um pressuposto, como inquestionável, não aceitando-o do mesmo modo como lhe foi apresentado, este novo ator rompe com o inevitável. É este *interesse à mão* que motiva todo o nosso pensar, o nosso projetar, o nosso agir, e estabelece os problemas a serem atingidos por nossas ações. Schutz defende que o indivíduo precisa estar livre para escolher de que grupo quer ser membro e de que papel social quer ser incumbido. Aquele que vive no mundo social é um ser livre e esta liberdade se dá através do seu conhecimento do mundo. Este conhecimento inclui contatos com distintos estilos de vida, meios singulares de entrar em harmonia com ambientes muitas vezes hostis, receitas eficientes para a utilização “de meios típicos que provocam fins típicos em situações típicas” (SCHUTZ, 1979, p. 96). Através dessas tipificações os indivíduos criam seus padrões de linhas de ação e selecionam seus motivos e objetivos, dando origem, muitas vezes, a outros produtos sócio-culturais. Em seu tratado fenomenológico, Schutz desenvolveu a tese geral da reciprocidade de perspectivas tentando entender a troca de pontos de vista e a harmonia de valores entre os indivíduos. As diferenças de concepções dentro de um grupo social se dissolvem quando eu me coloco no lugar do outro, ou quando “Nós” assumimos, escolhemos, interpretamos os objetos do mundo social de maneira a realizar nossos propósitos. Neste relacionamento do “Nós”, é que os indivíduos podem vivenciar juntos o curso da ação (SCHUTZ, 1979).

É desse Indivíduo-Sujeito que nos fala também Touraine, pois “o *Sujeito* é a vontade do indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator” (TOURAINÉ, 1984, p.219). O *Sujeito* empurra o indivíduo ou o seu grupo em busca da sua liberdade através de lutas, de reivindicações, de coragem, contra a ordem estabelecida e contra os determinismos sociais. É pela sua capacidade de respeitar e reconhecer o Outro que o Sujeito se constitui, criando assim as condições de justiça e de libertação. Para o *Sujeito*, o Outro é um complemento e um parceiro de palco. É necessário que o indivíduo sai de si mesmo e fala ao Outro. E a liberdade nasce exatamente neste exercício de projeção, de adoção, de pertença (TOURAINÉ, 1994).

Ao passar a conviver numa comunidade mais estreita, com vizinhos mais próximos e numerosos, Rosalina passou a sentir de perto várias necessidades coletivas. No bairro em que ela escolheu para viver não existia luz, água encanada, muito menos esgoto. O único ponto de ônibus com destino ao centro da cidade ficava a quase quatro quilômetros de distância de sua nova casa. A escola para as crianças também não ficava perto. Mas algo que marcou profundamente as mudanças pelas quais passava, foi a discriminação. *“Nas casa onde trabalhei como diarista eu era muito mal tratada por causa da minha origem e por ser pobre. Eu também conheci mulheres negras que eram discriminada por causa da cor da pele”*. Estas desigualdades sociais e mais as violências sofridas pelas companheiras de classe, foram o embrião da Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato. O *Sujeito*, sendo a *face do bem* defendida por Touraine, luta para que nenhum indivíduo ou grupo seja considerado como um instrumento a serviço do poder e do prazer. O *Sujeito* é a vontade do indivíduo de ser produtor e não somente consumidor de sua experiência individual e de seu meio-ambiente social. Esta vontade é que transforma a estagnação em mobilidade, a submissão em superação. Para o *Sujeito* a lógica da liberdade precisa prevalecer sobre à lógica da dominação social. É a afirmação dos seus direitos como cidadão num mundo onde o ser humano é transformado e tratado como objeto. O *Sujeito* é a *livre produção de si mesmo* (TOURAINÉ, 1994).

CAPÍTULO II

AS BATALHADORAS E OS NEGÓCIOS HUMANOS



40

⁴⁰ O Clube das Mulheres Batalhadoras participa de uma oficina da Pastoral da Criança, realizada no Patrimônio Selva, no Município de Londrina.

Simmel, (2002) diante das lutas feministas do início do século passado por direitos e por condições de trabalho adequadas, refutou a idéia, predominante na época, de que, no processo evolutivo, as mulheres teriam se atrasado em relação ao homem. Diante do desvendamento do mundo psicológico, das necessidades das mulheres assumirem papéis até então exclusivamente masculinos, principalmente no mercado de trabalho, e da participação feminina nas decisões políticas, o sociólogo alemão teria percebido a influência, cada vez mais criativa, da mulher na cultura objetiva, tipicamente masculina. Mas ao contrário de movimentos feministas da época, Simmel não defendia simplesmente a igualdade de condições, mas sim o respeito dos homens pelo universo feminino, fundamental para a concretização da modernidade que se anunciava.

[...] yo pienso que em la ciencia de la historia podría haber funciones específicamente femeninas, realizaciones a partir de los peculiares órganos perceptivos, sensitivos y constructivos del alma femenina que irían desde la comprensión de movimientos populares y las motivaciones de las que no cabe dar cuenta de ciertas personalidades, hasta el desciframiento de inscripciones (SIMMEL, 2002, p.391).

Muito tempo depois das preocupações de Simmel, o universo feminino está intimamente ligado aos movimentos populares. A “alma feminina” citada por ele está presente na maioria das organizações que lutam por direitos sociais em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, como os latino-americanos. Para Touraine, a ação das mulheres, principalmente a partir dos anos 60, que levou o mundo machista das decisões a reconhecer oficialmente a separação entre a reprodução e o prazer sexual, desempenhou um papel decisivo na descoberta de um *Sujeito-ator*.

O movimento cultural mais importante dos nossos dias é o das mulheres. Por um lado, opõe-se à condição feminina tradicional; por outro, está dividido entre duas tendências que representam, na verdade, forças sociais opostas: uma tendência liberal, que luta pela igualdade e atrai categorias elevadas; [...] e uma tendência radical que luta mais pela especificidade do que pela igualdade, desconfiando mesmo das armadilhas desta última, combatendo ao mesmo tempo uma dominação social e sexual [...] (TOURAINÉ, 1994, p.106).

No final dos anos 70, com o enfraquecimento do regime militar, Londrina assistiu ao nascimento de organizações e movimentos sociais incorporando algumas bandeiras específicas do feminismo. Seguindo a tendência apresentada no Brasil, essas mulheres se dedicavam à *dupla militância*: nas questões gerais, relacionadas à redemocratização política

do país, e nas questões específicas, ligadas aos diversos desafios e problemas que atingem as mulheres em virtude de suas condições de gênero. Estes movimentos não propunham apenas a autonomia da ação coletiva diante de um estado repressor, mas visavam também a valorização de uma sociedade com capacidade de decisões políticas (PAOLI, 1998). Mesmo durante o regime militar estas organizações levantaram a discussão sobre igualdade e cidadania. Temas como a violência doméstica, o planejamento familiar, a igualdade de salários, a exigência de creches nas empresas, a dupla jornada de trabalho, a divisão sexual do trabalho e a participação política feminina, vieram à tona. Diante de uma sociedade injusta e sob um Estado autoritário, sobrevivia um espaço de iniciativas coletivas onde o imaginário social cria alternativas para o futuro (SCHERER-WARREN, 1993).

Estas novas entidades coletivas ganharam fôlego a partir dos anos 80 com o enfraquecimento da repressão e com os clamores por liberdade e democracia. A mobilização tinha em vista sanar carências comuns, como a anistia de presos e exilados políticos, a luta por direitos humanos, o direito a representação sindical, a igualdade de gêneros, etc. Estas novas organizações não só tiveram um papel decisivo para a reconstrução de valores democráticos no país, como se constituíram em agentes interlocutores que construíram o diálogo direto entre a população e o Estado (GOHN, 2004). Este novo panorama da prática dos movimentos sociais, aliado a um processo de urbanização desenfreado e violento, fizeram surgir inúmeras reivindicações específicas que visavam a luta por moradias, por serviços de saúde e educação, por emprego, etc. E com a democratização do país, estes movimentos foram obrigados a desenvolver capacidades de negociação política para continuar sobrevivendo e atuando.

É neste ambiente de descobertas que as Organizações Não Governamentais ganham força e representatividade. Estas ONGs agiam na estruturação dos sindicatos e das associações de trabalhadores, na educação popular, no fortalecimento político e social das minorias, no desenvolvimento das questões ditas 'alternativas', como a ecologia e a paz, na denúncia com relação aos 'direitos humanos', na produção de conhecimento e na democratização das informações (LANDIM, 1988). Este novo espaço de socialização permitiu à sociedade civil o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar (GRZYBOWSKI, 1987). Os novos atores políticos e sociais que despontam nesse cenário, mulheres, jovens, negros, índios, pobres e excluídos, robustecem-se com a promulgação da Constituição de 1988.

Mas, defende Gohn, a grande fase das Organizações Não Governamentais viria a partir dos anos 90, com a expansão da economia informal, com o enfraquecimento dos sindicatos, com a fragmentação das atividades produtivas e das relações sociais (GOHN,

2004). O inchaço urbano com suas mazelas, e a generalização da violência invadindo o cotidiano das cidades, impõem aos movimentos sociais uma atuação mais abrangente na luta por direitos. Estes novos intérpretes da realidade emergem da decepção da sociedade civil com a política, tanto com a praticada pelas elites dirigentes como com aquela praticada pelos partidos políticos. Esta nova ação coletiva luta pela defesa do *sujeito* contra o poder do consumismo, contra a concentração de renda, contra os aparelhos de dominação do Estado, e ainda denuncia a ausência do próprio Estado (TOURAINÉ, 1994).

É neste cenário que, em dezembro de 1991, surge o Clube de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, uma Organização Não-Governamental que buscava transformar a realidade pessoal e social das moradoras da região sul de Londrina. Essa realidade era constituída por problemas sociais graves relacionados com a pobreza, com a falta de serviços básicos e com a desigualdade de gênero, principalmente pela violência doméstica, exercida por esposos ou companheiros. Este quadro de opressão e sujeição contribuiu para o desencadeando da baixa auto-estima, do analfabetismo e da dependência química e alcoolismo.

Nós decidimos criar uma associação pra discutir a participação da mulher nas decisão na comunidade. A associação se deu mais da necessidade num primeiro momento da gente resolver uma grande quantidade de problemas que nós tinha aqui no Franciscato, que era as mulher morando em barracos, não tinha água encanada, não tinha rede de esgoto, tinha as privada fora de casa, coberta de tábua, então quando chovia, o terreno é em declive, enchia e a sujeira passava de um quintal pro outro. Então a associação surgiu nessa necessidade de a gente ter uma entidade representativa aonde a gente pudesse aglutinar as mulheres pra não conviver com aquela situação que a gente vivia. A gente era muito discriminada também, pelo resto da cidade, por morar aqui na favela. Não só no centro da cidade, mas também nos outros bairros mesmos, como no conjunto São Lourenço, (conjunto vizinho ao Franciscato) discriminava as mulher quando ia na Igreja porque aqui não tinha asfalto, então a marca do barro era registrado em qualquer lugar. As pessoas pra pegar um ônibus tinha que colocar uma sacolinha de plástico no pé, pra subir, porque todas as ruas aqui não tinha asfalto né. Quando a gente fundou a associação a gente não tinha nem a luz na rua ainda. Então as necessidade das mulheres era que tivesse uma entidade pra junto com a associação de moradores buscar e brigar pelos direito, que a gente precisava na comunidade (ENTREVISTA DE ROSALINA)⁴¹.

Para Arendt, o poder pertence ao grupo e só existe enquanto o grupo permanecer unido. Longe de ser opressão e coerção, o poder é a aptidão humana para agir em conjunto. A ação é como uma marca própria do agente transformador; sem a ação não existe possibilidade de convivência humana. Ao agir entre os outros o indivíduo se revela. E por isso

⁴¹ Aqui também transcrevo trechos das entrevistas realizadas com Rosalina que reproduzem fielmente a maneira de falar e de se comunicar de Rosalina, com os eventuais erros de português.

mesmo acaba contaminando os outros. “É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam” (ARENDR, 2005, p.86). As mulheres que plantaram o embrião do Clube de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato acabaram descobrindo isso na prática. E se depararam com outro achado: o espaço público. Acostumadas a sobreviver numa sociedade onde os espaços privados cada dia mais se sobrepõem aos espaços públicos, a Associação, mesmo ainda desprovida de uma sede, se mostrou o ambiente ideal para as discussões dos interesses coletivos. O espaço público é uma forma de sociabilidade, onde tudo o que vem a público pode e deve ser visto e ouvido por todos. O público significa o próprio mundo que é comum a todos. A ausência do espaço público provoca a discordância e o isolamento (LAISNER, 1998).

As iniciativas e as reuniões do Clube de Mulheres foram ganhando notoriedade na região e em outros bairros vizinhos. A diretoria da época resolveu mudar o nome para Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato - AMBJF, e ampliou suas ações para toda a comunidade, atendendo desde crianças a idosos, sem diferenciação de gênero. Ao se constituir como ponto de referência da comunidade local, a instituição está intimamente ligada aos desígnios do grupo onde está localizada. Quando o indivíduo não se identificava imediatamente com os objetivos e o destino da organização, era a organização que participava do destino pessoal dos seus participantes.

E aí como estratégia de ações pra que as mulheres tivessem vontade de participar a gente já foi elaborando alguns cursos, eventos, fazia bazar de roupa usada pra conseguir dinheiro, fizemos várias *conjicadas* na cozinha da creche. Tudo pra que a população também pudesse ver na associação um espaço de reivindicação (ROSALINA)

Dentro das características forjadas nos anos 90 a AMBJF representa a vanguarda deste tipo de organização e atuou como agente multiplicador para a formação de novas entidades comunitárias de mulheres, principalmente na cidade de Londrina. A AMBJF foi a primeira entidade convocada para discutir a Coordenadoria Especial da Mulher, hoje Secretaria Especial da Mulher. Vale lembrar que Londrina foi a primeira cidade do país a ter uma Secretaria Municipal voltada exclusivamente para questões da mulher. Mas esta *política de parceria* com o poder municipal trouxe mais uma vez a discussão acerca da institucionalização dos movimentos sociais, ou, como alguns autores preferem, da *cooptação* desses novos atores pelos aparelhos Estatais. Neste caso específico a proximidade das lideranças femininas da região com o Prefeito da época, Antônio Casemiro Belinati, político hábil em realizar articulações e portador de notórias atitudes populistas, levantou-se o risco da

domesticação do movimento, na tendência de absorção de suas reivindicações legítimas. Esta ligação recíproca e dinâmica entre movimento social e o poder público faz surgir uma via dupla neste relacionamento, por meio da qual uma legitima a outra. Este círculo vicioso pode descaracterizar a função primordial da mobilização social, que é a liberdade (ALVAREZ, 1988; MACHADO, 1995; MARIANO, 2000).

Mariano percebeu e demonstrou este dilema ao analisar o relacionamento íntimo entre a Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato e o poder público em Londrina. Ela defende que dependendo do grau dessa reciprocidade, e tratando-se de um país como o Brasil com forte tradição de relações clientelísticas no sistema político, questiona-se o grau de autonomia de que dispõem esses movimentos na interação com o Estado. Uma das hipóteses desta pesquisa é que a relação política entre as lideranças da Associação e os representantes do poder público local estrutura-se numa mútua exploração de influência e poder, onde o movimento consegue transitar entre a dependência e a autonomia, desenvolvendo estratégias de sobrevivência que garantem sua continuidade. Mariano defende, depois de analisar as entrevistas com as lideranças da Associação que, ao solicitarem ao governo Municipal recursos financeiros para o funcionamento da organização, e ao buscarem um atendimento privilegiado junto ao Prefeito na época, essas lideranças interagiram com um modo *clientelista* de governar (MARIANO, 2000). Não se questiona que houve este tipo de relação política, porém, nesta permuta de apoio, a população do Jardim Franciscato e das redondezas conseguiu conquistar vários benefícios que haviam sido o foco inicial de reivindicações da Associação. Este quadro começou a mudar com o surgimento das graves denúncias de corrupção envolvendo a administração municipal no início de 1999, e que culminaram com a cassação do Prefeito em Junho de 2000. Com o advento de uma nova força política a partir da eleição de Nedson Micheleti, em 2000, este relacionamento íntimo entre a Associação e o poder praticamente desapareceu.

A estruturação do Espaço Público se deu no final do século passado com uma parceria com a Universidade Estadual de Londrina. Através de um projeto a Associação conseguiu, junto a Fundação norte-americana W.K. Kellogg, dinheiro para erguer a própria sede, a Biblioteca Virtual do Jardim Franciscato.⁴²

⁴² A Biblioteca Virtual está situada numa bifurcação que marca a divisão entre os Jardins Franciscato e o Novo Perobal, na região sul de Londrina, mas a sua referência atinge outros dois Conjuntos, o Novo Perobal e o Jardim Itapoã. A população estimada dessas 4 comunidades é de aproximadamente 12.000 habitantes. Estas localidades surgiram no final dos anos 70 e início dos 80, formadas por invasões e assentamentos. Boa parte dos seus moradores ainda vive em situação precária, em moradias improvisadas e favelas. Oriunda da zona rural, grande parte dessa população não tem acesso à informação, possui baixo nível de instrução escolar, e quase nenhuma qualificação para o mercado de trabalho.

Toda a construção da proposta do projeto foi em cima de muitas reunião com a população. A gente fez uma pesquisa para saber o que a população entendia primeiro sobre o que era uma biblioteca. Eles viam como um espaço onde se poderia possibilitar a educação do cidadão. Então isso pra gente já norteou um caminho pra onde a gente deveria ir. E também viam o prédio como um grande espaço de informação e de divulgação da informação. E uma troca muito grande e rica de experiências (ROSALINA).

Esta mobilização comunitária se dá com o desenvolvimento do sentimento da ação coletiva. É possível afirmar que a grande contribuição dos movimentos sociais nas últimas décadas foi a consolidação do significado de cidadania, na estruturação de espaços públicos, e essencialmente na composição de uma nova identidade coletiva capaz de realizar projetos e efetuar mudanças (SANTOS; OTA, 2002).

É neste espaço singular de decisão comum onde serão desenvolvidas as performances, as explorações, o desempenho, as opções de negociação da realidade. É nestas alternativas dentro de uma nova dimensão sócio-histórica, é neste *campo de possibilidades* que os *projetos* serão formulados e implementados. Como vimos, os *projetos* são conscientes e potencialmente públicos, já que estão ligados a uma organização social e aos processos de mudança social. A viabilidade das realizações vai depender do jogo, da interação, da negociação com outros *projetos* individuais ou coletivos, carregados com todas as diversas visões de mundo e de estilos de vida complexos e heterogêneos que caracterizam a sociedade moderno-contemporânea (VELHO, 1994).

Para Velho (1994) a consciência do *projeto* depende, essencialmente, da *memória*. Estes dois conceitos associam-se, articulam-se, visando dar significado à vida e às ações dos indivíduos. É a *memória* que fornece os indicadores de um passado que produziu as circunstâncias do presente. Sem esta consciência, sem esta associação, não seria possível a constituição das identidades sociais.

Poder comprar este terreno e plantar a sede da Associação das Mulheres Batalhadoras, foi a conservação de uma memória de um passado muito duro. Começou quando as pessoas perderam os seus direitos no campo. Esta questão de entrar o capital, a soja, o trigo, que se deu a origem desse grande movimento aqui no Franciscato e Novo Perobal, oriundo desse pessoal que morava na zona rural. Aonde é a Biblioteca Virtual hoje, era um dos pontos onde os caminhões ficavam pra pegar o pessoal que ia trabalhar na roça. Era um grande movimento de caminhão, kombi, e era um processo bem engraçado porque, quando faltava condução pra ir pra roça trabalhar, o pessoal se organizava para caber todo mundo. Era uma espécie de leilão pras pessoas conseguirem trabalho (ROSALINA).

A AMBJF hoje é uma entidade social, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional. Mas a Associação é acima de qualquer coisa um movimento social que luta para mudar a vida dos seus participantes, para defender os direitos das mulheres e dos homens, para proteger e resgatar os que estão ameaçados pela fome e pela miséria, e também para garantir o direito à livre escolha e à livre expressão (TOURAINÉ, 1994).

Desde sua fundação a Associação transformou-se numa referência de cidadania para milhares de pessoas: capacitou, educou e trouxe oportunidades para que os participantes pudessem descobrir e mostrar do que são capazes. A sua história está marcada pela incessante luta pela garantia dos direitos sociais, civis e políticos. Este seria o significado primordial dos movimentos sociais: construir a autonomia das ações coletivas. Ao mostrar novos horizontes num ambiente dominado pelo esquecimento e pela ignorância, a AMBJF trabalha na formação de uma sociedade mais politizada, aberta aos conflitos através de uma referência democrática (PAOLI, 1998). Uma sociedade despolitizada indica um rompimento do homem com a sua capacidade de discernir critérios e referências de convivência. A politização, ao contrário, desenvolve no homem a aptidão de se comunicar com o Outro, o talento de agir na presença da pluralidade humana. O homem adquire estes mecanismos para atuar na realidade através da política e da cultura, valores que devem andar de mãos dadas (ARENDETT, 2005).

Para ter direitos é necessário pertencer a uma comunidade política que garanta que as ações e que as opiniões de cada um encontrem lugar na condução dos *negócios humanos* (LAISNER, 1998). O Espaço Público criado pela Associação das Mulheres Batalhadoras fez com que os *negócios humanos* encontrassem legitimidade junto ao Poder Público. Através da capacitação política de seus membros e da apresentação de demandas a serem sanadas pelo Executivo, a comunidade do Jardim Franciscato e das redondezas, conseguiu conquistar a realização de obras e projetos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida.

Com a visão e o comprometimento com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico de mulheres e homens, a Associação buscou parcerias para oferecer novos conhecimentos. Na sua sede foram e são ofertados diversos cursos de formação profissional, projetos, cursos ocupacionais, de geração de renda, palestras e reuniões com diferentes atores sociais. Esse espaço constitui-se como um centro de referências com relação às informações necessárias no relacionamento entre a sociedade civil e o estado, possibilitando um efetivo exercício da cidadania participativa no âmbito regional e municipal.

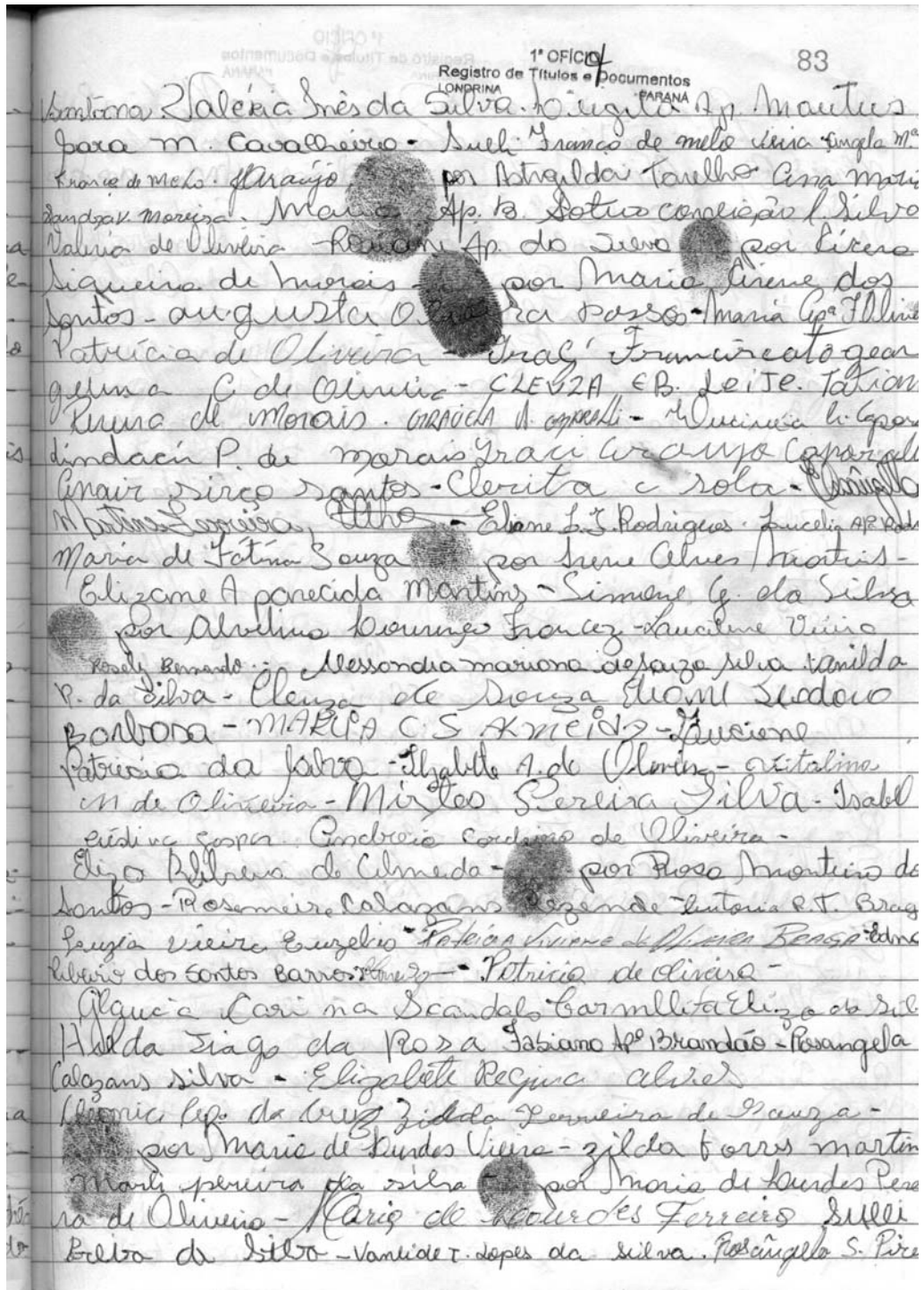
Passaram pelo prédio cursos de datilografia, corte e costura, informática, audiovisual, marcenaria, dança, música, artes plásticas, entre outros. A Associação conta hoje com várias atividades formativas e outros cursos próprios: pintura de tecido, reciclagem de tecidos, de lixo e de madeira, além de assistência jurídica e odontológica, terapia ocupacional e alfabetização. Além disso, o local abriga uma Biblioteca com mais de 5 mil volumes, todos provenientes de doações e devidamente catalogados graças a um convênio com a UEL. É um espaço de socialização política, que permite à comunidade o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar (GRZYBOWSKI, 1987).

Por isso o aparecimento da Associação das Mulheres Batalhadoras foi fundamental para a articulação entre as entidades representativas da sociedade civil dos bairros circunvizinhos ao Jardim Franciscato. A *publicização* do conflito e a *desprivatização* das estruturas decisórias do Estado representam as condições favoráveis ao avanço de construções hegemônicas alternativas. O envolvimento na formação, na discussão, na deliberação e na execução de cursos de capacitação profissional e técnicos e na difusão do conhecimento, mostra a busca pela *partilha efetiva do poder*, o reconhecimento da pluralidade e da legitimidade de novos interlocutores sociais (DAGNINO, 2000).

A AMBJF segue sua busca por novas parcerias para continuar sua missão e para ampliar os objetivos do seu estatuto: estimular o voluntariado; conciliar a prática de direitos estabelecidos e a construção de novos direitos; trabalhar com a comunidade científica em questões relativas a comunidade e efetivar a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

No próximo capítulo iremos descobrir como a utilização deste espaço público acabou transformando indivíduos que estavam *no* mundo em sujeitos que agora estão *com* o mundo. Mulheres que antes viviam numa realidade de extrema exclusão e de insignificância, passaram a existir para os outros e para si mesmas. Mulheres que através de ações destemidas abandonaram a acomodação e se deixaram integrar na sociedade. A adaptação, a passividade, a sujeição a determinismos sociais deram lugar à transformação, à inquietude, ao surgimento de um *sujeito conhecedor* (DUMONT, 2000).

CAPÍTULO III

A "CARIMBEIRA" APOSENTADA⁴³

⁴³ Nome adaptado da carimbadora que era levada para todas as reuniões da diretoria da Associação para carimbar a impressão digital das participantes nas atas. Nas primeiras reuniões no início dos anos 90, a maioria das participantes era analfabeta.

O silêncio é o terreno profícuo para o surgimento da palavra. E é no imenso vácuo silencioso imposto às nossas periferias que nascem as resistências, a indignação, as possibilidades de mudança. É no esquecimento e na solidão das ladeiras suburbanas, que brota a consciência para encarar o que se apresenta inquestionável e imutável. Touraine acredita que é neste ambiente que a forma do Sujeito se traceja. É neste campo abandonado pelo poder público, não reconhecido, não aceito pela sociedade dominante e discriminadora, que este Sujeito encontra o palco perfeito para a sua atuação. É lá, na ausência de espaços públicos, que o Sujeito se reconhece e reconhece o outro. É ali que ele se define por seu esforço em reunir o que foi separado, em jogar luz sobre as sombras das desigualdades, em contaminar com seu potencial transformador, organismos debilitados e desgastados pela miséria. O seu prazer de viver está associado à vontade de empreender, à diversidade de experiências vividas, à seriedade da memória e do compromisso, à vontade de arrebatá-los seus semelhantes para que juntos sejam capazes de trilhar caminhos mais seguros e justos (TOURAINÉ, 1994). A liberdade pessoal precisa ser estendida à coletividade. E isto só acontece quando os indivíduos, antes de se tornarem Sujeitos, adquirem mecanismos de sobrevivência e de atuação imprescindíveis para o combate à opressão e ao silêncio. A palavra, que veio ao mundo através do campo fértil do silêncio, é a mesma que aflige e destrói a ausência de voz que assola nossos bairros pobres. A ignorância impera sobre a camada da população excluída. E a nossa elite, que sempre reprimiu as organizações por demanda de direitos, nunca pareceu se preocupar em mudar isso (PAOLI, 1998) Quanto menos instrução, menos reivindicação.

A preocupação de Rosalina em dar educação para os filhos fez com que sua família abandonasse uma vida pacata na zona rural e enfrentasse a desconhecida e inhóspita zona urbana. Neste trajeto é possível notar algumas características da *modernidade* apresentada por Touraine como a *antitradução*, a derrubada dos costumes e das convenções, a saída do estado natural e a entrada na idade da razão. Ao abandonar o ambiente pacato do campo para ir em busca de um futuro para os filhos, Rosalina deu um passo rumo à modernidade inevitável. Assim como as luzes da ciência e da razão dissiparam as sombras impostas pela Igreja dois séculos atrás, o movimento rumo à cidade significou o combate contra a ignorância e à falta de perspectivas que a vida rural representava.

Este movimento revelou o *sujeito-no-mundo*, que se sente responsável perante si mesmo, perante sua família e perante a sociedade. O indivíduo que se libertou das leis naturais para obedecer aos valores da sociedade no início da Revolução Industrial, também pode ser encontrado no indivíduo contemporâneo que se liberta da visão estreita imposta por um sistema econômico que privilegia cada dia mais a capacitação e o mundo

tecnológico. Esta decisão humana, que faz do homem o princípio da ordem social, é o que distingue o Sujeito dos indivíduos. Esta mesma inquietação com o aprendizado Rosalina continuou alimentando quando, junto com suas companheiras de realidade, criou a AMBJF:

Eu fui a 2ª. Presidente da AMBJF. No início a grande dificuldade de montar a diretoria era a necessidade das mulher saber ler e escrever. O índice de analfabeto aqui era muito alto. As nossas primeiras atas de reunião ta tudo azul ainda. Era a marca registrada da pessoa que não sabia ler e escrever. Até a minha entrada na presidência da associação foi um problema porque uma pessoa da (Secretaria de) Ação Social não queria que eu assumisse a presidência porque eu não tinha leitura. Mas eu assumi e junto com outras mulheres eu fiz o curso de alfabetização de adulto pra poder ter condição de ler e escrever; não muito, mas para contribuir com a responsabilidade que eu tinha acabado de assumir.(ROSALINA)

A trajetória na construção da vida social não se faz sem confrontos, sem embates, sem a coexistência problemática das diferenças, principalmente numa sociedade que privilegia a individualidade. Afinal, se não existe diferença, não existe relação (VELHO, 1981). Este reconhecimento da diferença é um elemento construtivo da sociedade. Mas neste universo feito de conflitos constantes, existe o espaço para a permuta, para a aliança e para a interação em geral. A vida social é constituída através da experiência, da troca e do reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes. “São justamente essas diferenças entre os indivíduos, essas singularidades, que vão permitir que haja relação, porque é isso que possibilita algum tipo de troca, de reciprocidade. A interação é isso; se os indivíduos são iguais, não há sociedade”.⁴⁴

Mas Velho, assim como Touraine, percebeu que o incessante processo de recriação da sociedade, a cura para a devastadora solidão urbana, a luta implacável rumo à liberdade, passa necessariamente pela busca e pelo encontro do *Outro*. Esta liberdade é conquistada através da mobilização em grupos, organizações, associações, movimentos reivindicatórios, e na construção de Espaços Públicos como campos de deliberação e de promoção de cidadania, de cultura, de igualdades.

O conceito de *cultura*, dentro da nossa sociedade complexa contemporânea, envolve uma série de questões sobre aquilo que pode ou não ser comunicado, sobre o que pode ser compartilhado, sobre os limites da negociação da realidade. A noção de cultura envolve o significado do *comportamento desviante* daquele que controla ou rejeita as normas e as regras dominantes, e abrange também os limites para a manipulação dos símbolos

⁴⁴ Entrevista concedida em Julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/316.pdf

ofertados neste incessante novo cotidiano (VELHO, 1981). A aquisição de cultura envolve a interação entre os atores envolvidos neste cotidiano, já que a unidade da vida social não é feita de um indivíduo, mas da relação entre diversos tipos de indivíduos. Neste processo de convívio social, a interação daria aos atores não apenas o papel de reprodutores, mas de *reinventores* da vida social (SIMMEL, 1987). Ao pertencerem a uma mesma cultura, ao falarem uma mesma língua, ao manipularem os mesmos códigos e símbolos, ao compartilharem o que há de comum, os indivíduos tornam-se atores sociais, que trocam com outros atores o sentimento de pertencimento a um mesmo sistema de valores, crenças, gostos, etc. E uma das maneiras de exercitar este pertencimento mútuo foi descobrindo o mundo das letras.

Seguindo os passos de Rosalina, várias outras mulheres passaram pelo curso de alfabetização de adultos. A maioria das integrantes da diretoria da AMBJF era analfabeta crônica, com nenhum contato com as letras. Uma situação comum entre as pessoas idosas provenientes do campo. Ou você vai para a escola, ou para a lavoura.⁴⁵ Essas mulheres decididas a se tornar Sujeitos de sua realidade enfrentaram o desafio de desvendar o mundo das letras. A patologia social, denunciada por Touraine, que assola os países subdesenvolvidos, situação da maioria dos Estados latino-americanos, apresenta como principal sintoma a incapacidade de ação, onde o que sobressai é a inércia, a resignação diante da ordem estabelecida. A grande consequência é a *dualização acelerada* que agrava a divisão entre o sadio e o doente, o central e o marginal, o avançado e o atrasado, os ricos e os miseráveis. O grande desafio está justamente nos indivíduos que precisam perceber a sua própria capacidade de se tornar ator, um agente transformador capaz de derrubar valores instituídos e de alterar a situação ao invés de simplesmente reproduzi-la (TOURAINÉ, 1994). Rosalina e suas companheiras batalhadoras perceberam que isso só seria possível através da educação.

Hoje nós tem na diretoria pessoas que estão cursando a faculdade, uma no curso de secretariado e outra nas ciências sociais, e outras que já fez parte da associação, que hoje não está mais na diretoria, a Joelma, que fez faculdade e trabalha na Prefeitura. Não temos mais nenhuma pessoa que participa das reunião, que decide nas assembléia, que não sabe ler e escrever. Hoje a nossa 'carimbeira' a gente usa somente pra carimbar documento, não mais pra carimbar a ata com o dedo. A questão da educação pra associação ela é a chave pra transformar a sociedade (ROSALINA).

⁴⁵ Segundo o IBGE, em 2001, cerca de 39% dos idosos declararam-se analfabetos. Havia maior proporção de mulheres idosas analfabetas (40,6%) do que de homens (37,5%). Os idosos das áreas rurais também tinham taxa de analfabetismo maior que os das áreas urbanas — 61,3% contra 34,5%.

Ao desenvolverem a capacidade de registrar o próprio nome, ao imprimirem num documento a própria identidade através da escrita, essas mulheres alcançaram a modernidade defendida por Touraine; aquela que se caracteriza pela criação permanente do mundo por um ser humano que desfruta do seu poder e da sua aptidão para criar informações e linguagens. E este poder vem da capacidade de não se conformar com o lugar que ocupa na organização social, modificando as formas de decisão e as relações de dominação. A doença da civilização é combatida pela liberdade de pensamento e de escolha, liberdade conquistada com o simples ato de discernir e juntar letras, de formar nomes e identidades, de ler e chegar às conclusões, de desenvolver o diálogo que oferece o controle das ações e da situação. Uma liberdade que se apresenta como princípio fundamental da existência. “O que era ordem do mundo torna-se princípio de orientação das condutas.[...] Doravante, no mundo moderno, é ele (o homem) que se torna o fundamento dos valores, já que o princípio central da moralidade se torna a liberdade, uma criatividade que é seu próprio fim e se opõe a todas as formas de dependência.”(TOURAINÉ, 1994, p.222).

A independência conquistada através da apropriação do saber pode ser observada em diversas situações no cotidiano dessas mulheres. Um audiovisual produzido pelo Projeto Vídeo Cidadão em 2002, mostra um exemplo desta libertação. O vídeo traz entrevistas com duas senhoras que, mesmo próximas dos 60 anos, resolveram aprender a ler e escrever. O ambiente é a própria sala de aula, onde 10 mulheres estão atentas assistindo à aula da professora Jane. A primeira cena é um close de um caderno aberto sobre uma carteira. Aparece uma mão segurando uma caneta e uma voz que lê a frase: “a semente”. Era como se ali, diante do quadro negro, germinasse o diálogo com o fascinante mundo do alfabeto e se extinguísse o mutismo da ignorância. No primeiro depoimento, a cozinheira Zenira Cordeiro mostra a sua convicção e cita algumas situações que a levaram a procurar o mundo das letras:

Pra abrir a conta no banco. Fui abrir uma conta lá. Cheguei lá, assinei, passou pra um, passou pra outro. Aí não passou. Aí eu tornei assinar de novo. Passou pra uma, passou pra outra, e não passou de novo. Eu falei: eu não vou deixar meu dedo aqui porque agora eu sei ler e escrever. Aí a moça falou assim: ah você tem que escrever que nem que tá na identidade. Quando tava na identidade eu não tava na escola. E agora eu tô na escola e minha letra mudou. Eu vou ter que escrever ruim sempre?! Agora eu tô na escola, eu tô aprendendo. Então agora eu não vou deixar o meu dedo e vou escrever o meu nome correto.

Às vezes tem que escrever uma carta, tem que pedir pra alguém. Quando eu trabalhava eu assinava só o primeiro nome, assinava só Zenira, porque o restante eu não sabia. Pra ler a receita do remédio, ce pega a receita, porque a letra de médico, até eles lá que é professor chega lá e embarça, imagina eu! Então a importância de se ler a receita. A gente vai na igreja, chega lá, na

igreja crente que eu vou, eles chega na gente com a Bíblia pra gente lê. Eu simplesmente vou olhando pra Bíblia. Não sabendo lê mas pra não passar vergonha então eu vou acompanhando né. Aí eu falei assim: é importante, eu tenho que saber ler, e deus vai me dar esta oportunidade. Nós vamos chegar lá, nós tamo chegando lá. Eu junto as letrinha assim pra poder falar algum nominho, mas eu já to conseguindo já. O importante é saber ler e escrever pra poder chegar lá e dar o recado. Entendeu? (ENTREVISTA DE ZENIRA CORDEIRO).

Nesta nossa sociedade *imediatista* e fragmentada o Outro normalmente é descartado, ou encarado como um intruso, um estranho, um perturbador. O Outro quase sempre está associado com a ameaça. Por isso precisa ser tratado como objeto. A funcionária do Banco não quer saber se aquela outra pessoa estava aprendendo a ler e escrever. A sua função é verificar se a assinatura *batia* com a ficha cadastral. Aquela estranha estava perturbando as regras da instituição. Ao solicitar a transformação do indivíduo em *sujeito*, Touraine justifica que “o Sujeito é a vontade do indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator.”(TOURAINÉ, 1994, p.219) Zenira, ao substituir seu polegar pela sua assinatura demonstrou a sua capacidade de ação e de atuação, deixou claro a sua coragem de encarar a ordem estabelecida e de combater os determinismos sociais. É a afirmação dos seus direitos como cidadão num mundo onde o ser humano é transformado e tratado como um “elemento”, uma “peça”, um “componente” descartável; ainda mais dentro de uma instituição financeira que nunca se destacou por sua preocupação com seus clientes menos abastados. Ao correr atrás da instrução necessária para entender o que está escrito na Bíblia e de participar da celebração de sua fé junto com seus semelhantes, Zenira demonstrou o que o sociólogo francês chama de *livre produção de si mesmo*. Fica clara a interação promovida através da manipulação dos símbolos religiosos, através daquilo que agora pode finalmente ser comunicado, pode ser compartilhado. É a lógica da liberdade se sobrepondo à lógica da dominação social. Conseguir decifrar as palavras divinas provocou em Zenira a ação libertadora que a sua fé sempre prometeu. Ao conseguir assinar o próprio nome e se negar a aceitar as regras impostas pela instituição bancária, Zenira ampliou sua *margem de manobra* nas negociações com a realidade que a envolve. Ao se apropriar do saber, Zenira alargou seu potencial interpretativo do seu mundo simbólico, tornando-se assim um elemento *constituitor* da sociedade onde vive (VELHO, 1994). O outro depoimento da dona-de-casa Lídia Dias Cruz também deixa claro a liberdade alcançada com a conquista das palavras:

Era uma coisa que eu tava sempre sonhando, a chegar este dia de eu vim encontrar uma pessoa assim pra me ensinar assim do meu jeito que eu queria. E eu encontrei a Jane (a professora) e ela é uma pessoa maravilhosa a nossa professora. E ela ta ensinando assim do jeito da gente sabe, calma, delicada, parecendo uma criança ensinando pra gente adulta. Então eu to me sentindo muito bem e eu to achando que vou aprender muito mais. Eu sou uma pessoa de idade e parece que eu to ficando mais jovem. Eu to me sentindo isso, eu to ficando mais jovem. Eu tenho assim mais força pra andar, ver as coisas, pensar num futuro melhor (ENTREVISTA DE LÍDIA DIAS CRUZ).

O Sujeito se deixa perceber através da explosão de vozes que um dia foram condenadas ao silêncio e ao esquecimento. Ao tomar contato com o saber, dona Lúdia faz de suas palavras o grito de liberdade diante da falta de instrução que lhe foi imposta durante sua vida. Essas mulheres não freqüentaram a escola porque não gostavam de estudar. Elas não tiveram escolha. Mas agora, numa idade onde as pessoas normalmente deixam de exercitar a mente, onde os aposentados procuram o aconchego do lar para descansar da vida de trabalho e de batalhas, dona Lúdia resolveu rejuvenescer.

O Sujeito não nasce num mundo mágico e imaginário. Ele se concebe no mundo real e fragmentado das desigualdades e se alimenta na falta de sentido da vida miserável de seus semelhantes (TOURAINÉ, 1994). Ao se nutrir da desilusão suburbana, este Sujeito sente o gosto do mal que terá que debelar e reprimir. Essas mulheres foram atrás da libertação das trevas da ausência da educação e acabaram contaminando outras mulheres. Ao se depararem com um novo *campo de possibilidades* através da aquisição de cultura, essas mulheres tornaram-se capazes de criar *projetos* para melhorar suas vidas. A noção de *projeto*, defendida por Velho, enfatiza a *margem de manobra* existente dentro da sociedade para o surgimento de opções e de alternativas visando às transformações sociais. Ao perceber as atitudes de seus semelhantes, estas mulheres, de alguma maneira, decidiram e escolheram o caminho da escola. E isso acontece quando o indivíduo se vê diante de encruzilhadas. Para essas mulheres, que durante suas vidas sofreram as humilhações, as vergonhas as violências provocadas pela ignorância, por serem estrangeiras dentro do seu mundo social, se viram cansadas e resolveram agir. Elas definiram e descobriram o que queriam, de maneira consciente, e colocaram seus projetos em prática. Através deste compartilhamento de símbolos e do desempenho de papéis harmônicos, há certamente um sucesso maior na *negociação da realidade* (VELHO, 1981).

A ‘carimbeira’, instrumento que anunciava a situação vergonhosa da ausência do conhecimento mínimo, foi definitivamente aposentada. O Sujeito não precisa mais molhar e imprimir o seu dedo para ser reconhecido e para provar a sua existência.

Pra pessoa saber os seus direitos e dever ela precisa conhecer esses direitos e dever. E ela não vai saber se não saber ler. Não saber escrever o seu nome, a pessoa é uma estrangeira na sociedade. Ela vai como o vento. É igual um papel dentro da onda, num rio, a onda leva pra qualquer lugar. Dependendo de outro pra escrever pra você, de você achar que não é capaz, de você não poder votar, não poder decidir por nada. Acho que o analfabeto é isso. Essa inquieteza, porque eu também não tive a oportunidade de estudar, não porque não eu não gostava. Porque tem gente que não gosta. Eu toda a vida tive um sonho, de estudar, de ser formada, tinha uma loucura de ter uma formação acadêmica. Não tive a oportunidade, mas também não cruzei os braços. Muitas coisas que a gente trabalha aqui na associação é sobre a nossa vida. Quem é nós aqui no Franciscato?

Porque muita coisa que a gente não teve oportunidade quando criança, que a gente procura, uma maneira, não nós ter esse fruto, de ter essa formação, mas nós poder trazer isso pros nossos filhos (ROSALINA).

O Sujeito associa o seu prazer de viver à sua vontade de empreender, de contestar, de agir sobre o seu meio ambiente. Só assim ele é capaz de modificar seu destino. Ele habita esta modernidade alcançável, que se estrutura na exigência da liberdade e na sua defesa instigante contra tudo o que transforma o ser humano em instrumento, em objeto. O estranho agora está reconhecível e será respeitado. O Sujeito é a afirmação de uma consciência livre e criadora contra a consciência hospedeira de opressão e de desprezo (TOURAINÉ, 1994). Schutz defende que o indivíduo precisa se sentir livre para escolher de que grupo quer ser membro e de que papel social quer ser incumbido. Para viver no mundo social é preciso ser livre. Esta liberdade se dará através do meu conhecimento do mundo. E estas mulheres, através da descoberta das letras, se viram diante de um novo mundo, cheio de novas aventuras e desafios, repleto de vida. A atenção à vida, é portanto, o princípio regulador básico de nossa existência cotidiana. “Define os aspectos do mundo que são relevantes para nós; articula o fluxo contínuo de nossa corrente de pensamento; determina a extensão e a função de nossa memória” (SCHUTZ, 1979, p.68). A escolaridade aumenta nosso *potencial de metamorfose* ampliando nosso sucesso na permanente negociação da realidade (VELHO, 1994).

O Sujeito também se forma através da educação sonhada por Paulo Freire, que faz o homem consciente dos perigos do seu tempo, e que, consciente deles, ganha a força e a coragem de lutar, “ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio ‘eu’, submetido às prescrições alheias”(FREIRE, 1983). Essas mulheres *juntaram as letrinhas*, como disse Zenira, e escreveram a palavra “liberdade”.

Mas outra experiência documentada pelo Projeto Vídeo Cidadão mostra uma outra etapa da formação do Sujeito dentro do espaço público, promovendo a dignidade e combatendo a violência crônica e diária a qual são submetidas as mulheres, periféricas ou centrais.

CAPÍTULO IV

A VIOLÊNCIA SUJEITADA



46

⁴⁶ Rosalina em frente da Biblioteca Virtual acompanhada de alunas do Projeto Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho. (2008)

Os indivíduos lidam, incessantemente, com seus interesses e seus negócios atuando no imenso campo de experiências cotidianas. Por todo o tempo é preciso confrontar-se com outras pessoas, manipular objetos inanimados, conceber e pôr em prática planos e desígnios. Este *mundo da vida cotidiana*, cujos significados nos foram entregues por nossos predecessores, passa a ser o palco das nossas experimentações, onde iremos executar ações, interações, convívios. Mas a nossa atuação não pode se resumir a apenas à arte dos relacionamentos mútuos. Para tornarmos sujeitos do nosso destino é preciso exercer domínio sobre este *mundo da vida*; e só assim, através dos nossos propósitos, conseguiremos modificá-lo. Neste processo contínuo, e na maioria das vezes doloroso, existem aqueles que suplantam os obstáculos apresentados por este mundo ofertado, que se transformam num sujeito-ator que atua no *plano da ação*, munido de projetos e repleto de interesses em enfrentar e modificar a realidade. E há aqueles que desistem, conformam-se com o destino, prosseguem trilhando apenas o caminho que lhes foi apresentado, perambulando pelo *plano dos sonhos*. Para Schutz, a ação humana é um processo motivacional alimentado por razões e objetivos e que são guiados por planejamentos e projeções. Para isso é preciso desenvolver a capacidade de armazenar experiências e tê-las num estoque de conhecimento que deve ficar sempre à disposição.

Para termos consciência de nossa *ação* precisamos consultar o mapa das nossas experiências. E ainda, precisamos contemplar esta ação como já terminada, já executada, já *atuada*. A ação precisa ser projetada. Para isso podemos apelar para o nosso leque de receitas, nossas vocações, nossas experiências acumuladas. Iremos colocar em ação aquele projeto que tem a maior chance de sucesso. Todo “projetar”, dentro da fenomenologia proposta por Schutz, consiste numa antecipação da conduta futura por meio do que ele chamou de *fantasia motivada*. A característica essencial do projeto é a possibilidade prática de desenvolver a ação projetada. Essa possibilidade depende do nosso estoque de conhecimento à mão (SCHUTZ, 1979).

Uma experiência desenvolvida no espaço público da Biblioteca Virtual em 2002 reflete de maneira consistente a capacidade que a líder comunitária Rosalina Batista desenvolveu, dentro de seu estoque de conhecimento armazenado, de organizar um projeto e pôr em prática um plano de ação que teve grande êxito. A AMBJF, em parceria com a Secretaria da Mulher, promoveu um debate sobre direitos e deveres femininos. O *projeto* de Rosalina, como proponente do encontro, era levar discernimento, esclarecimento e ajuda à várias mulheres da comunidade que sofriam, na pele e na psique, a angústia, a aflição, causadas por diversos tipos de violência. Porém, alguns dias antes da reunião, Rosalina reuniu

o pessoal da oficina de audiovisual e sugeriu a realização de um vídeo que discutisse o principal assunto que seria abordado no encontro. Os alunos, na maioria jovens mulheres, convidaram outras mulheres para dar um depoimento sobre o tema. A maioria das entrevistadas era do próprio bairro ou das redondezas, mas o material contou com declarações de mulheres que viviam na área central de Londrina e que participavam de algum projeto ou alguma atividade dentro da Biblioteca. Os alunos confeccionaram um painel feito com colagem de fotos de mulheres, em diversas situações e poses, e que serviu de pano de fundo para as entrevistas. Durante uma semana foram colhidos diversos depoimentos de enfermeiras, advogadas, universitárias, recicladoras de lixo, educadoras, donas-de-casa. Os depoimentos, alguns chocantes, explicitaram a fragilidade de muitas diante de situações absurdas, mas também mostraram as atitudes corajosas que outras tomaram diante de hostilidades e agressões. Todo o material foi digitalizado e editado pelos alunos da oficina. O resultado foi um vídeo com pouco menos de 8 minutos de duração. As histórias pessoais e os tipos de violência denunciados pelas entrevistadas, se misturaram no processo de edição, formando uma amálgama substancial sobre alguns tipos de violência mais comuns sofridos pelas mulheres, independente de sua situação financeira, de sua cor, do seu status, do lugar onde vivia.

Rosalina e suas companheiras de Associação saíram de porta em porta chamando as moradoras da comunidade para participar do encontro. Depois de muito esforço elas conseguiram encher o auditório da AMBJF com aproximadamente 40 mulheres. Antes das autoridades abrirem a reunião, Rosalina propôs que todas assistissem ao vídeo. O que se viu, e se sentiu, durante a exibição do material, faz parte da experiência pessoal de cada uma que estava naquele ambiente. Mas como observador participante, sinto-me a vontade para interpretar o que aconteceu naquela tarde.

A primeira frase do vídeo, proferida por uma dona-de-casa da comunidade, já mostrava o grau de lucidez das entrevistadas, e o aspecto esclarecedor projetado por Rosalina:

Violência é uma agressividade, de qualquer forma, seja numa palavra áspera, seja numa agressão física, uma falta de respeito com a pessoa. Tudo isso é violência.

Ao mesmo tempo em que a platéia se via projetada e se reconhecia na figura corajosa de uma pessoa próxima, ela também se enxergavam numa jovem estudante de enfermagem da UEL que dizia na seqüência:

Eu acho que é tudo aquilo que leva as pessoas a perder a liberdade.

Logo depois, uma outra mulher, que não vivia no Franciscato, e que participava de um projeto local como advogada, proferiu:

Violência pra mim é tudo aquilo que é feito desrespeitando o ser humano, seus sentimentos, seus valores.

Em apenas três frases o *mundo da vida cotidiana* de dezenas de mulheres, subjugadas e crenças na sua inferioridade perante dos desafios da existência, começava a sofrer mudanças. Ao voltar-se para si mesmo, ao se refletir, o indivíduo consegue apreender, acentuar, demarcar suas experiências. Só assim este indivíduo será capaz de atribuir significado aos acontecimentos do seu cotidiano, será capaz de definir os aspectos do mundo que são relevantes para a sua vida, será capaz de determinar a extensão e a função de sua memória. O ato de reflexão é o que determina o interesse pela vida. E este interesse será demonstrado através de seu desempenho e de suas ações (SCHUTZ, 1979). Ao se refletir em suas semelhantes, aquelas mulheres começaram a se enxergar como sujeitos capazes de mudar o que lhes foi apresentado como pressuposto.

Um outro depoimento, de outra moradora do bairro, explicitava a realidade de boa parte das mulheres pobres que vivem presas a um *plano de sonhos*, (ou *de pesadelos*) escravas de uma situação degradante, sem perspectivas, subjugadas por um marido frustrado e repressor:

Meu homem me batia muito, judiava muito de mim. Eu fazia comida e ele jogava fora, falava que as crianças não ia comer, trancava as crianças no quarto. Chegou a me prender dentro de casa e botar fogo na casa, deixou eu sem nada, queimou tudo. Eu dei parte dele né. Ele ficou preso, acho que uma semana, depois eu fiquei com dó dos filhos dele fui e retirei a queixa (DEPOIMENTO DE REGINA).⁴⁷

As únicas experiências armazenadas por esta dona-de-casa davam conta apenas de sua submissão, de sua condição de genitora que precisa proteger suas crias, de sua obrigação de dar suporte para que o homem da casa traga o dinheiro para a subsistência da família. Nem que para isso ela continuasse a apanhar. Mas até os indivíduos desprovidos de *interesse pela vida* têm seus limites:

⁴⁷ Durante a apresentação das mulheres na seqüência dos depoimentos, foi creditado apenas o primeiro nome de cada uma, sem profissão ou ocupação. Na época, o grupo de editores decidiu montar assim para que surgisse a noção de que nenhuma das entrevistadas era mais, ou menos, importante do que a outra. O que interessava ao projeto era a coragem da exposição e o recado dado.

As criança chorava né, pedia: papai, não bate, não bate. Mesmo assim ele continuava batendo. Eu vivi com ele 14 anos. Depois que ele botou fogo na casa a gente se separou (DEPOIMENTO DE REGINA).

A platéia, constituída por muitas mulheres que enfrentavam uma situação semelhante, se identificou, de alguma maneira, com as palavras doloridas e com a fisionomia sofria da depoente. E boa parte deste grupo se deparava, pela primeira vez, não só com a atitude de uma vizinha que expunha suas mazelas conjugais, mas também com a imagem de uma mulher que tomou uma atitude. Algumas jovens, no início de um casamento, se deparavam com uma questão simples: será que vale a pena se submeter a uma vida de sofrimentos por tanto tempo? Para Schutz, somente o que já foi vivenciado é significativo, já que a experiência é reflexiva e reprodutiva. Ao tomar consciência de uma situação o indivíduo passa a atribuir significado aos seus comportamentos. As entrevistas não mostravam alguém que estava se comportando, mas de alguém que se comportou, que tomou uma atitude diante de uma situação extrema. Os nossos diferentes graus de tensão de consciência estão relacionados aos nossos diferentes interesses na vida. A ação se apresenta como o nosso interesse maior, o interesse em enfrentar e modificar a realidade. E este interesse precisa ser despertado (SCHUTZ, 1979).

Meu marido era muito ruim, né, judiava, batia. Uma vez ele me jogou no chão e aí foi na Delegacia da Mulher, só que não tava machucado por fora aí elas nem me atenderam. Não tem como conviver, ficar junto, pra ficar sofrendo, sofrendo os filhos tudo né. Se tiver um jeito de separar. Mas tem jeito que não dá né, tem homem que é muito violento, é muito perigoso, aí é difícil né. No serviço ele estava tudo bem, chegava em casa, já chegava, passava no bar, enchia a cara e chegava em casa e brigava. [...] Até hoje ele fica pra lá, a gente fica pra cá. Nem ele vai ver os filhos, nem os filhos vai ver ele né. Não tem assim aquele amor de família né. Raiva eu não tenho dele, né, mas não tem aquele amor de ir na casa dele né, de encontrar com ele. No dia dos pais não vai ninguém lá, nem ele vem. Quando ele vem aqui em casa, quando a gente encontra assim, conversa, tudo, mas é assim, sem aquele amor de pai de filho. Ah não, casar de novo de jeito nenhum (DEPOIMENTO DE IOLANDA)⁴⁸.

Os depoimentos expunham as feridas causadas pela doença secular da civilização que nos impõem condutas dentro da sociedade programada. Condutas que jamais

⁴⁸ Este depoimento em específico, após a apresentação do vídeo, obrigou as autoridades constituídas, entre elas a Secretária Municipal da Mulher Maria José Barbosa, a debater a denúncia de que havia uma falha grave no atendimento às mulheres vítimas de violência. Como uma mulher que havia apanhado do marido não pôde registrar uma queixa porque não havia sinais físicos do crime? Além de prometer tomar providências para sanar esta situação, a Secretária esclareceu que a Prefeitura possuía um serviço especializado nestes casos, o CAM, Centro de Atendimento à Mulher, que oferece assistência jurídica, social e psicológica, para mulheres em situação de violência.

devem ser contestadas. O papel destinado a estas mulheres era o de criar os filhos, cuidar da casa, cozinhar, e ainda estar disponível para aliviar as tensões e frustrações do chefe do lar, seja na cama ou na disposição de apanhar. São seres humanos sem controle sobre suas ações, sua situação, seus sentimentos. São indivíduos cuja imaginação é sufocada e que não possuem o acesso ao princípio fundamental da existência: a liberdade. Mas ao se enxergar e se reconhecer no Outro, este indivíduo começa a perceber que não está sozinho no *mundo da vida*. Este novo *sujeito* aflora a partir da vontade de agir, de ser reconhecido. Estas mulheres que colocaram a cara no vídeo queriam empurrar o seu grupo, a sua comunidade, em direção à liberdade. É necessário que o indivíduo saia de si mesmo e fale ao Outro. A liberdade nasce neste exercício de projeção, de pertença, de adoção. Este *Sujeito* contesta a ordem estabelecida e se mostra como um dissidente capaz de modificar seu meio ambiente, de lutar contra a dominação e a humilhação. É preciso mostrar para outras companheiras de palco que uma determinada situação absurda precisa ser combatida. O *prazer de viver* precisa estar associado à vontade de empreender, de contestar, de agir sobre o seu meio ambiente. Só assim o indivíduo se torna ator e se vê capaz de modificar seu destino (TOURAINÉ, 1994).

Na violência social ela pesa quando você é vista pelo lugar onde você mora, por aquilo que você não tem, que é aquilo que a sociedade exige de você, né, o capital, o dinheiro, a roupa de marca e esse tipo de coisa assim. Quando você é privada disso você é discriminada no meio. Eu já perdi emprego, pela minha cor, me disseram que eu não poderia mais trabalhar com secretária executiva porque precisava de uma pessoa de boa aparência. Perdi meu emprego por isso. Eu acho que o que mais pesa é a violência psicológica, aquela que a pessoa vai te torturando, sabe, você é incapaz disso, você é incapaz daquilo, pelo fato de ser mulher, pelo fato de ter todas essas qualidades que foram citadas, né. Então esta violência é a pior, ela destrói mais muitas vezes do que aquela com agressão física. Não tem que parar de viver por causa disso, tem que lutar contra isso. Mas não pode parar de viver por isso (DEPOIMENTO DE ANTÔNIA).

O poder é um fenômeno coletivo e existe num grupo unido. O poder, ao contrário da força, só é efetivado quando as palavras são usadas para revelar realidades, para criar relações, é a aptidão humana para agir em conjunto. “Enquanto a força é qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam.” (ARENDDT, 2005, p.211). O ambiente da Biblioteca Virtual se tornou o espaço público, a arena, o palco, onde este poder é compartilhado. O que veio a público ali pôde ser visto e ouvido por todos, e a sua divulgação se tornou mais eficaz. “A esfera pública é o local onde as coisas podem emergir da treva da

existência, é onde a nossa percepção da realidade, que depende totalmente da aparência, é capaz de florescer” (ARENDDT, 2005, p.60).

É no exercício da opinião, da persuasão, da discussão, que se chega a um acordo e a um consentimento público, construindo assim *interesses comuns* (LAISNER, 1998). O espaço público é composto por aquilo que é comum e também por aquilo que é comunicável. Nesta experiência de comunicação comum através do audiovisual, foi possível construir parâmetros onde as participantes puderam distinguir o relevante do irrelevante, o justo do injusto e o legítimo do ilegítimo. A existência do espaço público significa a prática do exercício do poder através da palavra e da ação, e por isso também significa a degustação da liberdade.

A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros. E nenhuma outra atividade humana, sugere Arendt, precisa tanto do discurso como a ação. É somente através de palavras e atos que efetivamos a inserção no mundo humano (ARENDDT, 2005). As mulheres que apareceram no vídeo não estavam apenas discursando, estavam agindo, tomando a iniciativa, imprimindo movimento a um mundo caracterizado pela inércia. Aquelas mulheres estavam se deixando descobrir, revelando não “o que”, mas “quem” alguém é. Esta qualidade reveladora do discurso e da ação vem à tona quando as pessoas estão “com” outras, no simples gozo da convivência humana.

A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas conseqüências imediatas. Juntos, iniciam novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com quem ele entra em contato (ARENDDT, 2005, p.196).

A ação e o discurso daquelas mulheres atuaram sobre outras mulheres que também são capazes de agir e de discursar. Ali foram plantadas *sementes de ilimitação*, pois às vezes apenas uma palavra basta para mudar todo um conjunto de coisas e situações (ARENDDT, 2005).

Ele tomava muito e ele chegava me ofendendo. E eu achava que eu como mulher dele eu era obrigada a viver aquela vida massacrada. Mas a partir do dia a dia eu fui me ensinando, eu fui conhecendo os direitos, e fui me libertando. Tem mulher que sofre o tempo todo, a vida toda e acha que não é muito. E tem mulher que sofre talvez

pouca coisa e acha que é o bastante. Mas não importa se ela sofreu o tempo todo ou ela sofre menos tempo. A mulher não tem que ser massacrada. A mulher ela tem que lutar pra ela ser uma mulher digna (DEPOIMENTO DE LOURDES).

É na situação face a face, é no fato de possuímos o mesmo ambiente, é no relacionamento do “Nós” que o curso da ação se dá. Precisamos vivenciar juntos os diversos episódios e experiências que compõem nossas biografias. É dentro desse nosso relacionamento, desse espelhamento um no outro, desse cruzamento de olhares e intenções, que nascem nossos projetos. Schutz defende que os sujeitos precisam motivar-se reciprocamente. Não é possível ser uma pessoa para os outros, muito menos para nós mesmos, sem uma conexão intencional de nossas vidas conscientes. É neste ambiente comum de comunicação que se originam nossa compreensão mútua e nosso consentimento.

Uma comunidade social se dá com pessoas que participam de um ambiente de comunicação bem sucedida, que compartilham um sistema de relevância similar. O Eu se volta para os outros, apreendendo-os como pessoas (e não como objetos). “A fala do outro e a nossa escuta são vivenciadas em simultaneidade vívida.” (SCHUTZ, 1979, p.162) É através desse exercício de sociabilidade comunicativa que o outro se vê como Eu, e vice-versa. Assim nossos pensamentos se entrelaçam, nossas vidas conscientes revelam a mesma estrutura espaço-temporal. Somos capazes de agir, de pensar, de reter experimentações, de refletir sobre nossa existência, de antecipar o futuro, enfim, de realizar e pôr em prática nossos projetos. Toda comunicação possível pressupõe um relacionamento de afinção mútua entre o comunicador e o receptor da comunicação. Ao se dirigir às suas semelhantes através do audiovisual, aquelas mulheres, agindo como atores sociais, carregavam o *motivo a fim de* conseguir uma reação. Ao compreender a intenção, ao entender a mensagem que foi anunciada, ao despertar para uma situação que precisa ser mudada, este “motivo a fim de” se transformou no “motivo por que” de quem reagiu. É a *reciprocidade de motivos* dinamizando a compreensão mútua das mulheres participantes do evento, através de uma *distribuição social do conhecimento* (SCHUTZ, 1979).

Ao organizar a realização de um encontro para discutir relacionamentos sociais, para revelar uma realidade degradante, para apresentar um plano de ação às suas semelhantes, Rosalina teve a capacidade, dentro do seu *campo de possibilidades*, de conceber um *projeto*. Ao criar a proposta de um audiovisual para ajudar a despertar a consciência das mulheres da sua comunidade, Rosalina pôs em prática uma ação social. E isto implicou algum tipo de avaliação, uma estratégia, um plano para a realização de metas estabelecidas, uma

noção de tempo para a determinação de etapas a serem superadas. Ela descobriu e definiu o que queria, escolheu e apresentou o caminho para o Outro, para as mulheres de sua convivência, e o *projeto* se fez (VELHO, 1981).

Ao engendrar esta movimentação social, Rosalina não estava querendo apenas que sua comunidade lutasse por direitos, justiça, cidadania. Ela queria, de alguma forma, fazer com que suas semelhantes se *autocriassem*, se reinventassem, se redefinissem como sujeitos de sua realidade. Assim elas estariam criando um novo significado de si mesmas. É através desse engajamento que o Outro se liberta da opressão, das imposições, da ordem estabelecida. O reconhecimento das necessidades sociais é o primeiro passo rumo à vontade de viver (TOURAINÉ, 2002). Todas que participaram daquela reunião viram a sua *rede de significados* se ampliar.

CONCLUSÃO

Rosalina Batista, uma líder comunitária, tornou-se a personagem principal deste estudo, embora esse fato não deva ser visto como opção exclusiva de abordagem, como ocorre em análises de trajetórias pessoais. Embora parecido com este tipo de enfoque, o que se pretendeu era propriamente conhecer um fenômeno do qual essa mulher encarnou com perfeição a liderança de um grupo sob os mais importantes aspectos. Em suas atitudes, iniciativas e ações estavam contidos exemplos de passos a serem dados para a conquista da voz e da visibilidade, a consciência de que o diagnóstico de demandas de uma comunidade deve ser permanente e sobretudo esclarecido; nisso também estando presente a convicção de que soluções simples e eficazes têm origem na capacidade de propor projetos.

O conhecimento dessa trajetória é revelador, e aqui residiu o princípio maior da investigação levada a efeito. Este estudo procurou localizar, dentro da trajetória de uma mulher, experiências suficientemente significativas e com potencial de reverter os rumos de uma existência fadada à insignificância. Durante o relato oral de sua trajetória de vida, foi possível perceber a relevância de acontecimentos vivenciados e transmitidos, de experiências adquiridas, reconstruindo processos socioculturais vividos pela narradora. Este estudo parte do princípio de que o sujeito toma consciência de si e de suas aprendizagens e experiências quando vive, simultaneamente, os papéis de ator e investigador da sua própria história. Ao narrar parte de sua vida, Rosalina pôs em prática um processo de autocompreensão, de autoconhecimento de suas práticas, de seus desvendamentos, de suas revelações, de seu papel de construtora da história, não só sua, mas também de seu grupo. Ao ouvir e documentar sua história oral, foi possível captar pistas do que ocorre na encruzilhada entre a vida individual e o mundo social.

Ao focalizar a memória pessoal de Rosalina, este estudo conseguiu compor uma visão de aspectos essenciais do funcionamento e das etapas da existência que moldaram seus comportamentos, e as conseqüências disso para o grupo social próximo da líder estudada. Estas memórias, até então subterrâneas, invisíveis, inacessíveis, escondidas na caverna da exclusão, situadas à margem da história oficial, acabam ganhando relevância quando trazidas à tona, quando apresentadas ao conhecimento de todos. Esta história, *vista de baixo*, sempre atenta às maneiras de ver e de sentir, revela, na vivência individual da heterogeneidade, um ser multifacetado, inacabado, sempre disposto a reinventar os seus múltiplos papéis e a enfrentar as diversas realidades impostas pela modernidade.

Foi possível também identificar como estas mudanças afetaram a vida de toda uma comunidade de excluídos. A ignorância é um rótulo muito utilizado pelas elites dominantes para designar as condutas e os valores dos grupos sociais que elas oprimem. Impor a ignorância é também uma arma muito eficaz promovida por esta mesma elite para manter o controle, a programação, a índole de populações inteiras. As Ciências Sociais já demonstraram, de maneira inequívoca, que o acesso à escolaridade, à informação, às ferramentas comunicativas, é a maior ameaça a um sistema tirânico que se construiu e que se sustenta alimentando-se do vazio mental de uma gigantesca massa disforme e miserável.

Durante séculos o homem lutou para se libertar das garras de uma organização social instituída, impostora, constrangedora, comandada por instituições julgadoras e opressoras. Ao renunciar aos desígnios divinos, ao refutar a fatalidade do seu destino, ao se negar a se prostrar diante de um soberano onipotente, este homem se percebeu como um ser empírico, particular, portador de valores e repleto de singularidades e de sentimentos; um ser capaz de viver em igualdade com seus semelhantes, provendo alternativas de vida. Ao se colocar fora deste mundo imposto e imutável, este homem experimentou a liberdade de consciência, o princípio fundamental do que hoje conhecemos por modernidade. Este trabalho demonstrou que é possível sim identificar estas mesmas características da secularização na trajetória de pessoas que, assim como Rosalina, conseguem libertar-se dos determinismos sociais de uma sociedade desigual, que são capazes de substituir um mundo restrito, estagnado, inativo, por um horizonte fecundo e ilimitado.

Ao abandonar o seu mundo dado como pressuposto, aquele apresentado como um cotidiano inevitável, onde a atitude natural de trabalhar a roça para perpetuar seu grupo social é a única regra prevista, Rosalina, ainda menina, dá os primeiros passos em direção à ruptura de um universo ontológico e imputado. Ao deixar para trás o Vale do Jequitinhonha em direção ao Eldorado paranaense, Rosalina experimenta as primeiras sensações de um ideário individualista, já que o mundo regido pelo destino fora substituído por um outro fardo de desafios, com novos percursos, com inusitados ângulos de visão e amplos campos de possibilidades. A terra estéril de sua infância inerte se transformou num campo fértil, onde a colheita é certa e abundante. Ao experimentar novas relações sociais num ambiente onde sua força de trabalho era mais valorizada, onde a subsistência de sua família podia ser tirada diretamente do solo e não somente de um salário indigno, onde a organização em grupo podia representar uma estratégia de luta contra a opressão patronal, Rosalina inicia a criação da sua própria subjetividade. O seu mundo da vida cotidiana, vivenciado, interpretado e repassado por seus predecessores, cujos horizontes sempre estiveram

determinados no tempo e no espaço, começa agora a ser experimentado, dominado e modificado por ela mesma. Este novo mundo da vida abriu espaço para a emergência de um novo *ethos*, onde predominava um sentimento igualitário, um modo de ser que se alimentava da proximidade com o Outro, com as experimentações de um espírito de coletividade.

Além disso, mesmo permanecendo enraizada no meio rural, a proximidade com o mundo urbano possibilitava o contato com a modernidade. É possível perceber o deslocamento do estado natural, imóvel, para a idade da razão, repleta de incitamentos. A obscuridade de uma vida marcada pela escravidão agora era iluminada pelos valores de uma sociedade movida pela consciência de uma existência social, cheia de papéis a serem desempenhados. Rosalina, ao narrar aspectos relevantes de sua trajetória, nos revela como se deu a descoberta da sua capacidade de organizar o seu estoque de conhecimento. Não só o conhecimento herdado de seus antepassados, mas também aquele produzido socialmente, no contato com diferentes domínios de relevância. Ao tentar se orientar nestas novas situações de sua vida, ela se vê capaz de manipular as experiências que, mesmo inconscientemente, vinha armazenando. Descobre também a aptidão em pôr em ação estes estoques de conhecimento. No lugar de uma vida caracterizada pela linearidade previsível, agora a relação com o mundo da vida se dá numa *circularidade* desafiadora, onde toda a ação possível dependia dos seus conhecimentos adquiridos, assim como todo conhecimento a ser assimilado irá depender da ação que deverá ser realizada. Rosalina começa a descobrir que é capaz de agir. Este contato com um processo motivacional, ligado a razões e objetivos, guia agora este novo sujeito para um futuro que pode ser antecipado, planejado e projetado.

Os diferentes planos revelados por essa consciência da uma vida nova moldam agora o interesse de Rosalina em enfrentar e modificar sua realidade. O plano dos sonhos, que sempre a acompanhou, turvando sua caminhada, agora fora substituído pelo plano da ação, um comportamento afeiçoado pelo incessante interesse pela existência. Esta inefável atenção pela vida se mostra como princípio regulador de seus passos e irá definir os aspectos do mundo que serão relevantes nesta etapa da caminhada, e irá determinar a extensão de sua memória. Rosalina agora é capaz de viver e sentir os seus atos, e a sua atenção pode se voltar para a realização de seus projetos, para a execução de seus planos. Seu estoque de conhecimento, antes relegado aos saberes imediatos do presente, agora serve de código de interpretação e determina a antecipação do que virá. A função seletiva desse novo interesse pela vida agora organiza o mundo em estratos de relevância.

Esta mulher, que sempre desempenhou seu papel de reprodutora de uma ordem estabelecida, sente-se agora como um elemento *constituídor* da sociedade, capaz de

experimental sensações conflituosas e complementares, amores e sofrimentos, desejos e frustrações, decepções e triunfos. As suas alternativas agora são construídas dentro de uma dimensão sócio-histórica, e é possível definir e descobrir o que se quer da vida, e não o que a vida quer de nós. Aflorava a sensação da *antitradição*, a derrubada das crenças e costumes. Isto fica claro na sua atitude de enfrentar as ordens de sua família e as regras de sua igreja ao decidir se casar com um homem desquitado. A rejeição dos impedimentos morais do seu grupo religioso e dos pactos e normas familiares, mostrou a sua luta para modificar as opiniões, as atitudes, os comportamentos aceitos e propagados. A modernidade é a criação permanente do mundo por um ser humano que se sente cheio de poder e apto para o novo. Este poder surge da capacidade deste ser humano se tornar um ator social, um sujeito capaz de confrontar o lugar que ocupa na organização social, de modificar o meio natural e social.

Este mundo moderno se apresentou definitivamente quando Rosalina completou o seu deslocamento rumo à cidade. Neste novo ambiente repleto de novos estímulos e aventuras, pronto a massacrar seus habitantes com um sorvedouro de acontecimentos cotidianos, este novo ser humano que o habita precisa ter o controle sobre suas ações e sua situação, precisa conceber e sentir seus comportamentos. Rosalina, assim como milhares de seus semelhantes que participaram durante décadas, e todavia participam, do êxodo rural brasileiro, se vê novamente diante de um processo de individuação. A realização da idéia de um indivíduo singular é necessária para se manter um mínimo de autocompreensão, alterando constantemente suas formas de decisão, suas relações de dominação e as orientações culturais. É preciso urgentemente utilizar a criatividade suprema, as minúsculas fendas de liberdade e de escolha, para engendrar novos relacionamentos sociais. É essencial reinterpretar e selecionar outros símbolos para decifrar esta nova visão de mundo que só faz ampliar sua rede de significados. Neste novo mundo suburbano, dominado ainda mais pela exclusão e a indiferença, assolado pelo sentimento de solidão, é inevitável a busca e o encontro do Outro, a mobilização em grupos, em novas organizações e associações. É mister, mais uma vez, recriar a sociedade em que se vive. Se no mundo rural o núcleo familiar era o bastante para a sobrevivência, no mundo urbano é forçoso o exercício da interação com outros grupos, a relação com indivíduos diferentes, a permuta, a aliança, o reconhecimento de novos valores.

A *autopercepção* de sua individualidade singular, marcada pela intensa exposição a experiências diversificadas e a visões contrastantes do mundo, reforça e amplia a margem de manobra de Rosalina diante dos novos desafios. O seu campo de possibilidades se amplia, assim como seu potencial interpretativo do mundo simbólico. O questionamento

contínuo de sua identidade, a sujeição às alterações drásticas, a fragmentação de domínios, são características básicas desta nova sociedade complexa e denominada moderna. O contato com esta nova cultura implicava uma constante negociação com maneiras inéditas de comunicação e de compartilhamento; com novas formas de controle, rejeição, regras e manipulação de símbolos. O indivíduo fora do seu mundo natural agora se vê como uma célula básica da sociedade, onde a ordem social dependia de uma livre decisão pessoal e não mais de uma impostura do destino.

Diante desta sociedade movida pela multiplicidade de motivações, por infindáveis conflitos de interesse, caracterizada pelo trânsito intenso entre domínios e experiências, é indispensável a realização de novos projetos. Para isso, Rosalina utilizou o poder de sua memória existencial. O projeto, designado como conduta organizada para atingir finalidades específicas, é dinâmico e precisa ser permanentemente reelaborado, constantemente reorganizado, para oferecer novos sentidos e significados à identidade do portador da memória. Rosalina, ao reconstruir sua identidade, põe em prática mais um vez o seu potencial de metamorfose.

O que se percebe neste momento é justamente a passagem de um indivíduo, inserido num contexto social, a um sujeito que quer ser reconhecido como ator. É este sujeito, adotando um *comportamento desviante*, que empurra o indivíduo e o seu grupo em busca da sua liberdade. Isso se dá através de lutas, de reivindicações, de um arroubo de coragem e ousadia frente à ordem estabelecida. Este sujeito se constitui no respeito e no reconhecimento do Outro, dos seus semelhantes, dos que enfrentam as mesmas mazelas, as mesmas injustiças. É neste exercício de projeção, de pertença, de adoção, que nasce a liberdade. É na prática da mobilidade, da superação, na afirmação dos seus direitos como cidadão, na livre produção de si mesmo, que este sujeito organiza e recria a sua realidade. Mas o sujeito não se faz sozinho. Ele precisa do Outro, de um parceiro de palco. Rosalina percebeu rapidamente que a vida urbana não é um monólogo. Os seus projetos só poderiam acontecer dentro de um movimento social, uma organização que contestasse o procedimento programado, um grupo que negasse os papéis sancionados pelos centros de poder, que combatesse as justificações tecnocráticas da elite opressora. Ficava claro que é na relação ao outro, como sujeito, que o indivíduo deixa de ser apenas uma peça da engrenagem do sistema social, deixa de ser um instrumento de condutas e obediências, e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade.

Ao promover as primeiras reuniões com as mulheres do seu bairro, Rosalina começou a perceber que o poder de modificar sua realidade é um fenômeno coletivo, que pertence a um grupo. Ela, como indivíduo, podia até ter a força de correr atrás de seus planos,

de enfrentar alguns inimigos, de sanar algumas demandas. Mas como sujeito, ela percebeu que somente unindo sua gente em torno de uma organização, juntando seus iguais rumo a uma luta em comum, é que o poder poderia aflorar. Era preciso que as palavras proferidas nas reuniões servissem para revelar estratégias de sobrevivência, e que as atitudes gerassem relações, compromissos, vínculos. O poder, perceberam Rosalina e suas companheiras, era uma aptidão humana para agir em conjunto. Os assuntos de interesse coletivo precisavam ser decididos pelas palavras e pela ação, e não pela força. Era preciso criar uma atmosfera onde todos os moradores do seu convívio social se sentissem iguais, respeitados, onde seria possível um recinto em que a comunicação mútua pudesse se desenvolver, onde o Eu desse lugar ao Nós.

Este espaço público, tão raro nos nossos subúrbios, surgiu junto com o prédio da Biblioteca Virtual. Como vimos na segunda parte desta dissertação, o prédio abrigou e ainda abriga uma diversidade de projetos, oficinas, reuniões, congressos, cursos, que trouxeram aos moradores do Jardim Fransciscato novas possibilidades de aniquilar a invisibilidade, de jogar luz sobre as trevas da existência que encobrem nossas periferias. Ali as pessoas podem ser vistas e ouvidas por todos, seus projetos podem ser compartilhados, estratégias de lutas podem ser traçadas, reivindicações são discutidas. A Biblioteca é o mundo da aparência onde se configura o interesse comum. Neste espaço público, todos podem concordam com todos, o isolamento é banido, e é possível construir parâmetros para que os moradores possam distinguir o relevante, o justo, o legítimo. Ali a realidade se manifesta de maneira fidedigna. Ali a cultura e a política podem andar juntas, já que é através do conhecimento e da ação que a pluralidade humana se manifesta.

Rosalina também percebeu que a sua capacidade de discernir critérios, suas referências de convivência, seus projetos individuais, podiam ser compartilhados no interior daquele prédio que se ergue justamente na encruzilhada da existência dos seus semelhantes. O seu mais antigo e precioso projeto, dar educação aos filhos, foi posto em prática também junto às mulheres que faziam parte do seu movimento social. As batalhadoras analfabetas descobriram o mundo das palavras, e através dele aprenderam que o discurso e a ação andam de mãos dadas, e que através da união desses dois fatores fica mais fácil participar dos negócios humanos.

Desde pequena, a personagem deste estudo, mesmo vivendo num mundo restrito e sem horizontes, sabia que a escola poderia modificar o seu futuro. O seu extraordinário poder de persuasão, herdado e desenvolvido durante o percurso de sua trajetória, agora podia servir para dar voz a uma população muda e condicionada a

permanecer calada diante do esquecimento. A violência, em suas mais variáveis e hediondas aparências, podia agora ser denunciada e combatida. Esta situação *face a face* diante das trajetórias e ações de outras mulheres, quando o Outro está ao alcance da minha experiência, compartilhando os mesmos tempo, espaço e opiniões, contribuiu para o surgimento de uma corrente de consciência comum, capaz de aniquilar os temores mais profundos. Os motivos *a fim de* mudar uma situação imposta e humilhante, levaram aquelas mulheres a assimilar os motivos *por que* deveriam agir. Foi neste ambiente comum de comunicação que o relacionamento do “Nós” emergiu.

E aquela mulher que nunca teve a oportunidade de frequentar uma escola, soube, vasculhando seu estoque de conhecimento, o que dezenas de pesquisadores, sociólogos, antropólogos precisaram de anos para mensurar: a modernidade se faz com mais educação. Rosalina, infelizmente, não conseguiu pôr em prática, por completo, seu principal projeto. Dos quatro filhos, somente um conseguiu chegar à Universidade. Clairicéia hoje está no 3º ano do curso de Ciências Sociais da UEL, e quer ser uma cientista política, para entender melhor sobre o que se passa dentro do estranho e nefasto círculo do poder. Clairinéia completou o ensino médio e tentou sem sucesso o vestibular para Serviço Social por duas vezes. Mas ela não desistiu e está terminando um curso técnico em Meio Ambiente. O único homem do clã, Claudiomar, nunca deu ouvidos aos apelos da mãe e desistiu dos estudos na 8ª série. E a mais nova, Larissa, seguiu um rumo ainda mais inesperado. Ficou grávida aos 17 anos e deu à luz, em novembro de 2006, Camile, uma menina esperta, inquieta e, segundo a avó, destemida como ela. Agora, aos 18, espera a vinda de Vitor Hugo, que deve chegar ao mundo em Abril de 2007. Larissa abandonou a escola na 7ª série, mas promete voltar, mesmo com a responsabilidade de cuidar de uma nova família que se forma.

Mas o projeto familiar de Rosalina acabou contagiando a sobrinha Marlene Teixeira Lopes, moradora do Distrito da Selva, que completa em 2008 o curso de Arquivologia na UEL. Marlene será responsável por recolher, documentar e preservar para a posteridade as memórias e as histórias de vida de muita gente.

Rosalina não foi escolhida como objeto de estudo para servir de exemplo a outras mulheres que seguem inertes e indiferentes diante desse mundo desigual e desumano. Nem tão pouco a vejo, para emprestar um conceito de Schutz, como um *tipo ideal de comportamento humano*. Até porque, mesmo sendo constantemente convidada a participar de congressos e seminários pelo país afora e até no exterior, Rosalina nunca deixou de enfrentar sérias dificuldades financeiras. A sua trajetória ainda está longe de terminar e muitos outros projetos ainda serão formulados e postos em prática no decorrer da sua caminhada social. O

meu interesse em sua trajetória está em poder compreender, através de alguns princípios teóricos, como o destino pode ser substituído pela vontade da ação. Afinal, os fenômenos sociais só podem ser compreendidos através dos códigos e das categorias da ação humana. E aqui, como cientista social, estou, e sempre estarei, interessado no que se passa na mente de um ator individual cujos atos resultam num fenômeno coletivo.

Este estudo também visa contribuir para que as Ciências Sociais possam enriquecer, por meio do filtro da fenomenologia, a enunciação que promove os passos que uma liderança pode adotar, exemplificados pela movimentação inusitada de uma mulher que abandonou as ilusões da caverna da ignorância para se tornar uma distribuidora social de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALVAREZ, Sônia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BOMBASSARO, Luiz Carlos. **Ciência e mudança conceitual**: notas sobre epistemologia e história na ciência. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. (Coleção Filosofia, 30).
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- CAILLÉ, Alain. "Ni holisme ni individualisme méthodologiques. Marcel Mauss et le paradigme du don". **Revue Européenne des Sciences Sociales**, Paris, v.34, n.105, p.181-224, 1996.
- CHIRIAC, Jany; PADILHA, Solange. Características e limites das organizações de base feminina. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: _____ (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p 9-16.
- _____. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: _____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002a. p. 279-302.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2004.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FERRAROTI, Franco. **Histoire et histoires de vie**: la méthode biographique dans les sciences sociales. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.

_____. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António e FINGER, Mathias. **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

FRANCOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 3-13.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores)

LAISNER, Regina. O debate sobre a construção da democracia no Brasil: contribuições teóricas de Hannah Arendt. **Revista Temáticas**, Campinas, n.6, 1998.

LANDIM, Leilah (Org.). **Sem fins lucrativos**: as organizações não-governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 15-25.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Mulher e organização política**: a associação de mulheres batalhadoras do Jardim Franciscato. 2000. Monografia (Especialização em Sociologia da Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MACHADO, Leda M. V. **Atores sociais**: movimentos urbanos, continuidade e gênero. São Paulo: Annablume, 1995.

PAOLI, M. C. Movimentos sociais: cidadania e espaço público. **Revista Nova Cidadania**, São Paulo, v.90, 1998.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PINEAU, Gaston. Experiências de Aprendizagem e Histórias de vida. In: CARRÉ, Philippe e CASPAR, Pierre. **Tratado das ciências e das técnicas da formação**. Trad. Pedro Seixas. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de - Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCI, G. e GROPPPI, A. (Org). **Odilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Ed. Unesp, 1995. p. 205-234.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, Glória Lúcia Silvia Abduch.; OTA, Sueli Naomi. **Mobilização social em comunidades**. Curitiba: Unilivre, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SEIBEL, Felipe; GIANINI, Tatiana. ONGs: Os novos inimigos do capitalismo. **Exame**, São Paulo, v. 40, n. 21, p. 22-29, out. 2006.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e sua vida mental. In: VELHO, Otavio Guilherme.(Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SIMMEL, Georg. **Sobre la aventura**: ensayos filosóficos. Barcelona: Península, 2002.

SOUZA, Elizeu Clementino de. História de vida e formação de professores: um olhar sobre a singularidade das narrativas (auto)biográficas. In.: MACEDO, Roberto Sidney (Org.). **Currículo e docência**: tensões contemporâneas interfaces pós-formais. Salvador: Ed. da UNEB, 2003.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

_____. **O retorno do ator**: ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

_____. **Subjetividade e sociedade**, uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

VIEIRA, Antonio. **Sermões**.São Paulo: Hedra, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 12. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

VON SIMSON, Olga de Moraes. **Experimentos com histórias de vida Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

ANEXOS



-Primeira experiência de organização social dos moradores do Jardim Franciscato e Jardim Perobal se deu na criação de uma horta comunitária. (1991)



-Uma das primeiras atuações do Clube das Mulheres Batalhadoras foi apoiar projetos da Pastoral da Criança, já que boa parte de suas integrantes eram provenientes do meio rural. Esta foto mostra a pesagem de uma criança no Distrito de Guaravera.(1992)



-Palestra promovida pelo Clube das Mulheres Batalhadoras no antigo Posto de Saúde do Conjunto São Lourenço, Zona Sul de Londrina, sobre a importância do aleitamento materno. (1995)



-Oficina: Auto-estima e Valorização do Corpo da Mulher, realizada na casa de uma moradora do Jardim Franciscato. (1995)



-Oficina de Capacitação de Lideranças em Brasília. (1995)



-Teatro Comunitário sobre os cuidados que as mães devem ter com os filhos recém nascidos. Sala de Eventos do CAIC (Centro de Atendimento Integrado a Criança), do Jardim União da Vitória, Zona Sul de Londrina. (1996)



-Desfile de 7 de Setembro com as integrantes da Coordenadoria que se transformou, em 1997, na Secretaria Municipal da Mulher. (1996)



-Conferencista no III Encontro Nacional de Lideranças Comunitárias em Salvador, BA. (1997)



-Posse da Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, antigo Clube das Mulheres Batalhadoras. (1997)



-Reunião para formação do Conselho Comunitário de Saúde do Distrito de Lerrovile, Londrina. (1997)



-Abertura do Congresso Internacional de Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias em Londrina. (1998)



-Rosalina na Biblioteca de mais de 3 mil livros que é aberta à comunidade do Jardim Franciscato, que funciona no prédio da Biblioteca Virtual.(2008)